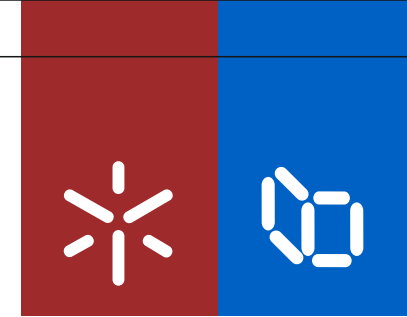


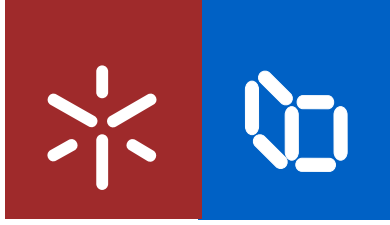


A teoria ideal da justiça num mundo não ideal

Marco Daniel Costa Loureiro

Universidade do Minho
Instituto de Letras e Ciências Humanas





Universidade do Minho

Instituto de Letras e Ciências Humanas

Marco Daniel Costa Loureiro

A teoria ideal da justiça num mundo não ideal

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Filosofia
Área de especialização em Filosofia Política

Trabalho efetuado sob a orientação do
Prof. Doutor Nathaniel Roberto Merrill

Anexo 3

DECLARAÇÃO

Nome

Marco Daniel Costa Loureiro

Endereço electrónico: marco.daniel.loureiro@gmail.com Telefone: 933682039

Número do Bilhete de Identidade: 11545620 1ZZ3

Título dissertação

A teoria ideal da justiça num mundo não ideal

Orientador: Prof. Doutor Nathaniel Roberto Merrill

Ano de conclusão: 2015

Designação do Mestrado

Mestrado em Filosofia – Área de especialização em Filosofia Política

1. É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, ____/____/____

Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Doutor Roberto Merrill, por todo o apoio e orientação.

A todos os que desejam um mundo melhor, pelo amor à justiça.

Aos meus pais, por tudo.

RESUMO

Partindo da distinção entre teoria ideal e teoria não ideal, pretendemos neste trabalho abordar o problema da aplicabilidade prática de teorizações políticas de cariz ideal. Para tal, começaremos por analisar os principais argumentos que põem em causa a aplicabilidade da teoria ideal, e que, consequentemente põem em causa a sua inoperância para a tarefa de encontrar soluções exequíveis para um mundo mais justo.

A partir da análise de vários argumentos realçados por vários autores, discutiremos de que modo a teoria ideal poderá revelar-se um contributo efetivo para o delineamento de políticas que visem o combate à injustiça, e quais as suas possíveis limitações para este fim, o que implica também a importância de perceber que relação deve ser estabelecida entre a teoria ideal e a teoria não ideal para implementar uma teoria da justiça eficaz.

ABSTRACT

Starting from the distinction between ideal theory and nonideal theory, in this work we will address the problem of practical applicability of ideal-oriented political theories.

In order to do this, we will start by analysing the main arguments that call into question the applicability of ideal theory, and consequently call into question its ineffectiveness to the task of finding achievable solutions for a fairer world.

By analysing several arguments stressed by several authors, we will discuss how ideal theory may prove to be effective to help designing policies that can fight injustice, and what their potential limitations for this purpose are, which also implies the importance of understanding which relationship must be established between ideal and nonideal theory to carry out an effective theory of justice.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	ii
RESUMO	iii
ABSTRACT	iv
ÍNDICE	v
INTRODUÇÃO	1
PARTE I – A FILOSOFIA POLÍTICA E A SUA RELAÇÃO COM A TEORIA IDEAL	4
CAPÍTULO 1 – TEORIA IDEAL E TEORIA NÃO IDEAL – UMA DEFINIÇÃO PRELIMINAR	5
1.1. A teoria ideal e a teoria não ideal, segundo John Rawls	5
1.2. O debate atual sobre a teoria não ideal	7
CAPÍTULO 2 – A FILOSOFIA POLÍTICA COMO PRESCRITORA DE PRINCÍPIOS NORMATIVOS PARA UMA SOCIEDADE JUSTA	13
2.1. O caráter avaliativo da filosofia política	13
2.2. Avaliação transcendental ou avaliação comparativa?	14
PARTE II – A TEORIA IDEAL POSTA À PROVA	17
CAPÍTULO 3 – O PROBLEMA DO INCUMPRIMENTO DA TEORIA IDEAL	18
3.1. O problema do incumprimento – considerações iniciais	18
3.2. A teoria ideal em confronto com a escassez de recursos: a refutação de Farrelly	20
3.3. A natureza humana e o não cumprimento da teoria ideal em Estlund	23

3.4. Más idealizações, falsos pressupostos e o papel limitado da teoria ideal-----	26
--	----

CAPÍTULO 4 – PRINCÍPIOS E FACTOS: HÁ DIREITOS IDEAIS?

-----	31
4.1. Princípios e factos-----	31
4.2. Os princípios e a ideologia-----	37
4.3. Os princípios e os direitos – há direitos ideais?-----	39
4.3.1. Direitos ideais e direitos reais, segundo Katherine Eddy-----	40
4.3.2. Os direitos globais, segundo Gilabert-----	43

CAPÍTULO 5 – AMARTYA SEN E A JUSTIÇA COMPARATIVA--

5.1. Institucionalismo transcendental e justiça comparativa-----	47
5.2. Características da justiça comparativa-----	51
5.3. As críticas de Sen ao institucionalismo transcendental-----	54
5.3.1. Problemas gerais do institucionalismo transcendental-----	55
5.3.2. Críticas à teoria da justiça de Rawls-----	60
5.4. Conclusão-----	64

III – A TEORIA IDEAL E A SUA APLICABILIDADE PRÁTICA-----

CAPÍTULO 6 – PAPEL DA TEORIA IDEAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, E SUAS LIMITAÇÕES-----

6.1. A centralidade do problema do não cumprimento para a discussão da relevância prática da teoria ideal da justiça-----	68
6.2. A teoria ideal da justiça e a justiça comparativa de Sen-----	79
6.3. A teoria ideal da justiça e os direitos-----	83
6.4. Teoria ideal e realismo político-----	87
CONCLUSÃO-----	94
BIBLIOGRAFIA-----	101

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como principal motivação responder a uma crítica recorrente à filosofia em geral, e à filosofia política em particular – a de que é uma tarefa puramente teórica, pouco realista e desligada do mundo real. Como seres racionais que somos, mesmo os maiores defensores do pensamento filosófico não podem dar-se ao luxo de simplesmente ignorarem estas observações, principalmente quando são sustentadas com argumentos, não fosse a filosofia uma tarefa eminentemente argumentativa. Ademais, hoje temos à disposição todo um conjunto de saberes que se foram autonomizando, e que, no entender de muitos, substituem o papel outrora desempenhado pela filosofia política. Assim, as ciências sociais, tais como a economia, a sociologia e a ciência política, conferem, segundo este ponto de vista, um tratamento mais realista e mais informado da sociedade e dos sistemas políticos, e conseqüentemente, contribuirão de modo mais eficaz para a resolução dos problemas da justiça que todos os pensadores políticos desejarão, certamente, ajudar a resolver.

Neste âmbito, o tema central desta dissertação, a saber, a análise do papel da teoria ideal e da teoria não ideal na construção teórica de soluções para o problema da justiça (o que implica resolver o problema da aplicabilidade prática da teoria ideal) revela-se extremamente útil para responder a essa crítica. Ao analisarmos os argumentos que contrariam a relevância de uma teoria ideal para a teoria política estaremos a lidar com a questão da aplicabilidade das teorias da justiça de cariz filosófico, e, em última instância, com a questão da relevância da filosofia política.

Para discutirmos estas questões, dividiremos este trabalho em três partes. A primeira parte, cujo título é *A filosofia política e a sua relação coma teoria ideal* é composta por dois pequenos capítulos, cujo objetivo principal é, antes de tudo, definir os conceitos de teoria ideal e de teoria não ideal. O primeiro capítulo, *Teoria ideal e teoria não ideal*, fará uma breve incursão sobre o tratamento destes conceitos na literatura, desde o seu aparecimento, com John Rawls, até à atualidade.

No segundo capítulo discutir-se-á o carácter normativo da teoria ideal, e conseqüentemente, da filosofia política. Neste capítulo ficará já patente um argumento simples e intuitivo, mas também forte, a favor da teoria ideal. É que se a teoria ideal é essencialmente normativa, então não se reduz a factos, nem pode ser simplesmente por eles aniquilada. Além do mais, ainda que os factos limitem as possibilidades de aplicação

das teorias normativas, a teoria ideal não é substituível pelas teorias não ideais, dado que tem um papel avaliativo das possibilidades exequíveis. Ou seja, as teorias não ideais dizem o que é exequível, as teorias ideais dizem o que é o melhor. Esta primeira parte tem uma dimensão reduzida, porquanto o seu objetivo é o de definir preliminarmente os conceitos e a relação dos mesmos com a filosofia política.

A segunda parte, intitulada: *A teoria ideal posta à prova*, tratará dos principais argumentos contra a possibilidade de aplicação real da teoria ideal. Deste modo, no capítulo três será analisado o problema do incumprimento da teoria ideal. Sendo que uma definição essencial de teoria ideal é a de que é uma teoria que pressupõe o total cumprimento dos seus princípios, o problema do incumprimento prende-se com o facto de que a sua aplicabilidade limitada contraria o seu pressuposto de total cumprimento. A questão central sobre a qual nos debruçaremos consiste em saber até que ponto uma teoria perde relevância por não ser inteiramente cumprida.

O capítulo quatro será consagrado à análise da relação entre princípios e factos e a relação destes com a teoria ideal e a teoria não ideal. Partindo da argumentação de G.A.Cohen sobre a independência dos princípios relativamente aos factos, procurar-se-á analisar de que modo esta posição poderá constituir uma defesa da teoria ideal. Procuraremos também aduzir alguns problemas a esta argumentação, mostrando que os factos não são inteiramente dispensáveis para uma teoria ideal forte. Ainda neste capítulo discutiremos o problema dos direitos e a sua relação com os factos. Neste âmbito discutiremos até que ponto os problemas de exequibilidade de uma teoria ideal poderão legitimar não se cumprirem determinados direitos.

O último capítulo da segunda parte será dedicado a Amartya Sen, mais especificamente à sua crítica do institucionalismo transcendental. Em primeiro lugar, identificaremos o institucionalismo transcendental com a teoria ideal. A partir de tal identificação, analisaremos as críticas feitas por Sen. De seguida formularemos uma tentativa de resposta ao argumento segundo o qual o institucionalismo transcendental não é eficaz para fazer comparações entre estados não ideais. Tentaremos mostrar que a teoria ideal pode ser útil para guiar as nossas ações, mesmo em contextos desfavoráveis. Porém, essa utilidade não põe de parte – pelo contrário – pressupõe a análise cuidadosa dos constrangimentos factuais. Partindo da análise feita no capítulo quatro, a qual se debruçou sobre a independência dos princípios relativamente aos factos, concluiremos que os factos

são efetivamente importantes para mostrar padrões de incumprimentos da teoria ideal, e que esses padrões deverão levar-nos a esclarecer as razões prioritárias dos nossos princípios, bem como pesar os custos de implementação dos mesmos em contextos desfavoráveis. Mas, ao proceder desta forma, argumentaremos também que é possível compatibilizar a teoria ideal com o modelo de justiça comparativa defendido por Sen.

Finalmente, na terceira e última parte da dissertação, *A teoria ideal e a sua aplicabilidade prática*, tiraremos as consequências necessárias de todos os argumentos analisados ao longo do trabalho. Daí concluiremos a relevância da teoria ideal e também as suas possíveis limitações. Se concluirmos que os princípios podem ser analisados à luz dos constrangimentos factuais, dessa análise não resulta necessariamente a queda dos princípios, na medida em que não são exequíveis, mas também não se seguirá necessariamente dessa análise a defesa intransigente de todos os princípios que compõem a teoria, independentemente desses constrangimentos. Assim, procuraremos defender que a teoria ideal não é de todo incompatível com o modelo de justiça comparativa defendido por Sen, nem incompatível com uma visão realista da política, desde que se comprometa a reanalisar os seus princípios à luz de constrangimentos factuais.

PARTE I

**A FILOSOFIA POLÍTICA E A SUA RELAÇÃO COM A
TEORIA IDEAL**

CAPÍTULO 1

TEORIA IDEAL E TEORIA NÃO IDEAL – UMA DEFINIÇÃO PRELIMINAR

1.1. A teoria ideal e a teoria não ideal, segundo John Rawls

Na sua obra, *Teoria da Justiça* (1993), John Rawls estabeleceu uma distinção importante que é atualmente debatida, a distinção entre teoria ideal e teoria não ideal. Veremos que a sua concepção de teoria ideal e não ideal é problemática, no sentido em que diz respeito à relação entre o que um teorizador considera moralmente desejável e o que é politicamente exequível, e o que é exequível numa determinada circunstância histórica nem sempre se coaduna com o que é considerado ideal; veremos também que tal distinção é importante para clarificar o papel da filosofia política, nomeadamente no que diz respeito à aplicabilidade prática das suas teorias.

Em primeiro lugar, importa referir que aquilo que se entende por ideal em Rawls não é já o mesmo que se entendeu numa boa parte de filosofia ocidental, desde Platão até Kant. Para Platão, por exemplo, as Ideias tinham uma realidade substantiva, eram a verdadeira realidade, sendo as coisas do mundo sensível uma mera cópia destas ideias. A teoria ideal de Rawls já não partilha desse realismo conceptual (Rosas, 2012).

Para Rawls, uma teoria ideal da justiça pretende instituir os princípios de uma sociedade perfeitamente justa, no sentido em que se pressupõe que todos os indivíduos da sociedade são racionais e buscam a realização do seu interesse. Os princípios da justiça derivam, pois, da posição original. Os indivíduos, dotados de racionalidade, escolherão os princípios que permitirão garantir a liberdade de todos, mas maximizando a condição daqueles que estão em pior posição na sociedade. O acautelamento dos mais desfavorecidos é racional na medida em que na posição original não sabemos que lugar ocupamos na sociedade, se somos bem ou mal sucedidos. Como tal, ao melhorarmos a condição daqueles que estão pior colocados na sociedade, podemos estar a melhorar a nossa própria condição.

Rawls reconhece que esta sociedade perfeitamente justa tem de ser concretizável, isto é, sob a forma daquilo a que chama de “utopia realista”. Neste sentido, há lugar para

pensar nas contingências que poderão impossibilitar a concretização dos princípios da justiça. As medidas a tomar para aumentar a justiça em condições não ideais corresponderão, para Rawls, à teoria não ideal.

A teoria ideal será caracterizada pelo total cumprimento dos princípios por ela prescritos, ao passo que a teoria não ideal corresponderá ao seu não cumprimento, total ou parcial. Porém, Rawls salienta que a teoria não ideal deverá ser um meio para se conseguir implementar o ideal. A impossibilidade de cumprimento pode dar-se por diferentes razões. Essas razões serão voluntárias ou involuntárias. A pobreza poderá ser, por exemplo, uma condicionante involuntária do cumprimento da teoria ideal. Uma condicionante deliberada poderá ser, por exemplo, a injustiça institucional (Simmons, 2010). Se as instituições públicas funcionam de modo injusto para os seus utentes, a solução não ideal será, segundo Rawls, a desobediência civil (*ibid.*: 17).

É necessário referir, no entanto, que Rawls é prudente neste traçar de caminho do não ideal para o ideal, uma vez que não defende que os cidadãos deixam de ter imediatamente o dever de obedecer sempre que uma lei é injusta: «Quando a estrutura básica da sociedade é razoavelmente justa, segundo o que as circunstâncias concretas permitem, devemos reconhecer as leis injustas como vinculativas, desde que não excedam certos limites de injustiça» (Rawls, 1993: 273). Seja por contingências económicas, falhas humanas ou outras, existe sempre a possibilidade de as instituições funcionarem de modo injusto, apesar de a Constituição estar de acordo com os princípios prescritos pela teoria ideal da justiça. Mas se a teoria ideal aponta os princípios da sociedade justa, claro que uma sociedade democrática deverá perseguir os objetivos neles inscritos. Por outras palavras, Rawls é suficientemente realista para perceber que podem existir limitações à implementação do ideal de justiça na vida real, quer sejam voluntárias ou involuntárias, e de grau diverso, mas mantém-se fiel ao propósito de as implementar. O dever de obediência à lei, aliás, é constitutivo de uma sociedade democrática.

As principais críticas feitas a esta conceção de Rawls sobre o papel transitório da teoria não ideal prendem-se com a possível não exequibilidade da teoria ideal, o que desde logo torna inglório o propósito de pretender que a teoria não ideal seja um meio de alcançar o ideal. Porém, partindo do princípio de que se deve ter como objetivo atingir o estado social prescrito pela teoria ideal, que características deverá ter a teoria não ideal para se atingir esse fim?

Segundo a concepção de Rawls, a teoria ideal traça o objetivo, a teoria não ideal dita a rota a seguir para se chegar a esse objetivo (Simmons, 2010: 12). Dado que essa rota tem um destino – o ideal prescrito – terá de ser moralmente permissível; em segundo lugar, terá de ser politicamente possível; e finalmente, terá de ser eficiente no que concerne à transitoriedade para o estado prescrito pela teoria ideal (*ibid*: 18).

A dificuldade maior será a de explicar como é que o que é politicamente possível se adequa ao que é moralmente permissível, de modo a atingir o ideal. Apesar de o próprio Rawls ter deixado este campo por explorar, é razoável defender que a questão de determinar o que é exequível parece ser tarefa das ciências sociais, ao passo que a determinação do que é moralmente permissível ficará ao encargo da filosofia política (*ibid*: 19). Muitas questões se colocam neste ponto. Por exemplo, a questão temporal. Se a melhor decisão a curto prazo puder colocar em causa o que a teoria ideal prescreve a longo prazo, deve-se fazer, a acreditar em Rawls, o que não coloque em risco atingir o ideal. Porém, quem pensa na exequibilidade poderá argumentar que nunca se pode controlar o longo prazo, e pode-se, pelo contrário, tomar decisões práticas na atualidade para debelar um determinado problema corrente. Em suma, mesmo que concordemos com a necessidade da teoria não ideal estar ao serviço da teoria ideal – o que é em si mesmo problemático – poderemos não concordar quanto ao modo de o fazer. Em última análise, não obstante a sensatez e realismo de Rawls ao perceber a importância da teoria não ideal no que diz respeito à aplicabilidade prática dos princípios, a ideia segundo a qual os filósofos políticos poderão dar um contributo para a resolução prática dos problemas é, ainda assim, problemática.

1.2. O debate atual sobre a teoria ideal e a teoria não ideal

Na atualidade, há vários autores que se debruçam sobre esta distinção que Rawls introduziu. A ideia de Rawls segundo a qual a teoria ideal pressupõe o cumprimento estrito da teoria é geralmente aceite pelos autores. Porém, os desenvolvimentos teóricos desta distinção trouxeram novos contributos, além de terem colocado novos problemas que serão por nós analisados.

Um dos traços distintivos da teoria ideal, segundo estes autores, traduz-se na não imediatidade das suas soluções. Este carácter possibilita-a pensar a longo prazo, e as

soluções por si prescritas pressupõem o completo cumprimento da teoria. Valentini descreve-nos, a este propósito, a teoria ideal como uma teoria de *end-state*, no sentido em que nos dá um objetivo final para o qual deverá caminhar uma sociedade (2012: 661). O completo cumprimento traduz-se na aceitação e realização de tudo o que a teoria prescreve por parte dos indivíduos aos quais ela se aplica. A teoria não ideal, pelo contrário, aplica-se a situações correntes, de curto prazo, e muitas vezes implica desvios relativamente ao que é recomendado, o que permite ajustamentos para resolver um dado problema (Stemplowska, 2008). Dado que a teoria não ideal pretende resolver problemas concretos, adapta-se a uma determinada situação. Nesse sentido, Valentini descreve-nos a teoria não ideal como teoria transicional, uma vez que procura melhorar a justiça de forma gradual, adaptando-se aos constrangimentos que a conjuntura social, política e económica possa enfrentar (2012: 661). Ao adaptar-se a uma dada situação, a teoria não ideal pode avaliar se o problema que se propõe resolver está efetivamente a ser resolvido ou não. A teoria ideal, pelo contrário, liberta da função de resolver problemas imediatos, tenta mostrar qual é a solução ideal, independentemente das circunstâncias. Por exemplo, no domínio da justiça tenta mostrar qual é a sociedade perfeitamente justa. A questão do cumprimento da teoria reveste-se de grande importância, porque se a teoria ideal pressupõe o total cumprimento, se tal não acontecer poderá significar que ela é, na prática, inoperante.

Além do cumprimento total ou parcial da teoria, podemos encontrar outras diferenças entre a teoria ideal e a teoria não ideal. Por exemplo, alguns autores mencionam a relação que uma e outra têm com os factos. A sensibilidade aos factos é uma característica associada à teoria não ideal, ao passo que é frequente associar-se a teoria ideal a uma menor (ou até a nenhuma) sensibilidade aos factos. O facto de uma dada teoria ter sensibilidade aos factos significa que reconhece e incorpora factos no seu modelo. Pelo contrário, uma teoria insensível aos factos é aquela que dispensa os factos para construir o seu modelo (Hamlin & Stemplowska, 2012: 6). Se a teoria ideal tenta encontrar uma solução ideal, independentemente das circunstâncias históricas ou de outras considerações factuais, é lógico pensar-se que não seja necessário ser sensível aos factos. Porém, o importante é discutir se é efetivamente correto idealizar-se, se essa idealização não encontrará eco na realidade.

A este propósito há uma outra distinção importante, a saber, a distinção entre abstração e idealização. A abstração está conotada com a teoria não ideal, ao passo que a idealização

está conotada com a teoria ideal. A abstração consiste em deixar de fora da teoria alguma complexidade de um problema para que a sua resolução seja facilitada; a idealização consiste em fazer suposições (*ibid.*:5). Neste sentido, a abstração tem sensibilidade aos factos, e revela-se uma ferramenta que poderá ser útil para servir a teoria, ao passo que a idealização não tem utilidade¹. A acreditar nas limitações da idealização, efetivamente os factos são o único garante de exequibilidade de uma teoria. Porém, até que ponto é que os falsos pressupostos não serão importantes? Stemplowska chama a atenção para o facto de que alguns problemas poderão exigir falsos pressupostos, na medida em que, por exemplo, se esses problemas implicam certo nível de generalização, é impossível estar na posse de todos os factos relevantes para poder fazer face à resolução desses problemas (Stemplowska, 2008: 327).

Esta questão da idealização serve muitas vezes de pano de fundo para uma crítica à teoria ideal, a de que é uma teoria utópica. Esta é também uma distinção recorrente entre teoria ideal e teoria não ideal. A teoria ideal é frequentemente caracterizada como utópica, ao passo que a teoria não ideal está mais associada a uma teoria realista. O argumento central dos realistas políticos é o de que uma justiça perfeita é imaginável mas não exequível. A teoria ideal pressupõe total cumprimento mas este não é possível só pelo facto de ser imaginado. Logo, pressupor um total cumprimento é irrealista. (Valentini, 2012: 658).

Stemplowska descreve-nos também a estrutura de uma teoria normativa. Segundo esta autora, todas as teorias normativas são estruturas compostas por *inputs* e *outputs*. Os *inputs* correspondem aos pressupostos da teoria e os *outputs* são os princípios finais, e as regras que se seguem desses princípios. Assim, uma teoria normativa terá um conjunto de valores, frases normativas expressando posições valorativas – os *inputs* –, e terá também um conjunto de argumentos e modelos analíticos que terão a função de ligar esses princípios num todo coerente que permita responder a um determinado problema que a teoria se propõe resolver (por exemplo: o que é a justiça) – os *outputs*.

¹ Stemplowska dá-nos um exemplo paradigmático da diferença entre abstração e idealização, que se prende com a recomendação sobre a responsabilidade dos indivíduos. Recomendar que todas as pessoas sejam responsáveis pelas suas ações, assumindo que todos farão escolhas sensatas e sábias é um exemplo de idealização, porque se pressupõe algo errado sobre uma quantidade de pessoas. Pelo contrário, recomendar que as pessoas sejam responsáveis pelas suas ações porque essa ação promove geralmente um efeito de incentivo positivo sobre as pessoas é uma abstração, na medida em que esta última justificação corresponde à verdade, embora ignore outros factos igualmente importantes, o que pode tornar a recomendação igualmente errada. (Stemplowska, 2008: 321).

Por vezes a teoria normativa faz também recomendações, que são propostas concretas de ações e políticas que estejam de acordo com os princípios defendidos. O que pode distinguir uma teoria ideal de uma teoria não ideal a este respeito é aquilo a que Stemplowska designa por recomendações desejáveis e exequíveis. (*ibid.*: 323-325). Fazer recomendações implica que se pretenda aplicar os princípios defendidos a medidas concretas. Para tal, essas medidas têm de estar de acordo com os princípios – ou seja, devem ser desejáveis; e também devem ser efetivamente concretizáveis – devem ser exequíveis. A teoria ideal tratará do que é desejável, enquanto que a teoria não ideal tratará do que é exequível. Quanto a este ponto parece evidente que Rawls estaria de acordo com a posição de Stemplowska. O ponto de cisão será o de saber se as teorias não ideais serão ou não as únicas que poderão resolver os problemas reais com que se deparam as sociedades políticas reais. Alguns autores dirão que a exequibilidade das recomendações dispensa necessariamente toda e qualquer idealização, outros defenderão o contrário.

Uma outra autora, Robeyns, descreve-nos a teoria ideal como uma ilha paradisíaca que nunca foi por nós visitada e de cuja existência temos dúvidas. A metáfora reforça a ideia segundo a qual ela não nos dá instruções sobre como prosseguir políticas públicas de modo a atingir a justiça perfeita. Esta será como a ilha paradisíaca à qual queremos chegar. Robeyns defende ainda que a teoria ideal pode ser compreensiva ou pode ser parcial. Será compreensiva se especificar todas as condições da justiça ideal. Será parcial se especificar princípios mínimos de justiça, deixando em aberto outros princípios (Robeyns, 2008).² Um argumento que pode ser usado contra esta ideia da teoria ideal parcial é o de que se queremos prescrever uma teoria ideal da justiça, então não fará sentido desenvolvê-la apenas num domínio específico, uma vez que esse domínio não será independente dos outros (Simmons: 2010: 22). Ou seja, se queremos uma justiça ideal, não podemos idealizar a educação ideal, ignorando a justiça social num sentido mais geral, uma vez que esta influencia a educação.

Neste capítulo traçamos uma breve descrição geral do debate em torno da teoria ideal e teoria não ideal. Esta distinção aparece inicialmente na obra *Teoria da Justiça*, de Rawls, e na atualidade vários autores tentam distinguir a diferença entre as duas. Vimos

² A teoria ideal poderá ser parcial em vários sentidos. Poderá ser parcial se se focar em apenas um domínio específico, como sejam a saúde ou a educação, por exemplo. Poderá também ser parcial em termos geopolíticos, se se aplicar apenas dentro da fronteira de um Estado-Nação (Robeyns, 2008: 344).

que uma diferença fundamental que encontramos na literatura entre a teoria ideal e a teoria não ideal prende-se com o cumprimento das suas prescrições. A teoria ideal prescreve normas com a assunção implícita de que serão integralmente cumpridas – daí que quando se fale de teoria ideal se pense normalmente em teorias que prescrevem as condições ideais de uma justiça perfeita. Liberta dos constrangimentos de exequibilidade pode pensar no mundo como ele deve ser, assumindo que todos se irão comportar de modo racional.

Porém, como iremos analisar, vários problemas se colocam a esta questão da exequibilidade. Mesmo que consideremos, como Rawls, que a teoria ideal poderá ser um meio transitório para chegar aos objetivos inscritos na teoria ideal, nada nos garante que, mesmo que nos esforcemos para lá chegar, eliminemos todos os incumprimentos da teoria. Ademais, como saberemos que os princípios em si são passíveis de ser alcançados, pelo menos de acordo com aquilo que é pretendido pela teoria?

Por exemplo, imaginemos a clássica recomendação normativa de Marx segundo a qual se deve abolir a propriedade privada. Imaginemos que as consequências da implementação dessa recomendação numa dada sociedade vai gerar problemas económicos que resultarão em baixos salários. Mesmo que se recorra à teoria ideal para se implementar medidas que alieirem esse problema, para que gradualmente se consiga implementar a recomendação, poderá sempre dar-se o caso de que as consequências futuras dessa implementação não resultem em melhorias significativas das condições de vida desses trabalhadores. Se assim acontecer, deve-se persistir na implementação do princípio? Deve-se reformular o princípio? Serão os princípios independentes dos factos?

Stemplowska analisa precisamente este exemplo e admite que este tipo de recomendações poderá não conseguir ser nem desejável nem viável, uma vez que se os custos da sua implementação numa dada sociedade forem muito superiores aos possíveis ganhos, rapidamente deixa de ser vista como desejável (Stemplowska: 2008: 334-335).

Estes problemas abrirão caminho à consideração segundo a qual a teoria ideal poderá ter um papel limitado na construção de um mundo mais justo, uma vez que se não se tiver em conta os problemas de exequibilidade da implementação dos princípios de nada ajudará considerarmos que os princípios defendidos pela teoria são corretos. Como notou Robeyns, torna-se necessário compreender as limitações da teoria ideal, uma vez que nada se seguirá automaticamente das suas prescrições (Robeyns: 2008: 359). Assim, a teoria

ideal poderá ter um papel limitado. Será como que uma ilha paradisíaca à qual gostaríamos de chegar, mas só os teóricos não ideais poder-nos-ão ajudar a fazê-lo, só eles nos poderão fornecer, em suma, a rota para lá chegar (*ibid.*: 361).

No capítulo seguinte analisaremos a relação da filosofia política com a teoria ideal e com as ciências sociais. A propósito deste problema da exequibilidade da teoria ideal, analisaremos a relação da filosofia com as ciências sociais e veremos qual a função da filosofia no âmbito da elaboração de teorias que façam recomendações para um mundo mais justo.

CAPÍTULO 2

A FILOSOFIA POLÍTICA COMO PRESCRITORA DE PRINCÍPIOS NORMATIVOS PARA UMA SOCIEDADE JUSTA

2.1. O caráter avaliativo da filosofia política

Apesar da possibilidade de inoperância da filosofia política para resolver problemas prementes da política real, não deveremos descartar rapidamente a sua importância. Por exemplo, Swift lembra-nos que a filosofia política tem um cariz prático na sua génese, uma vez que procura indicar orientações para a ação (Swift, 2008: 364). Ainda que seja insuficiente para construir soluções práticas, imediatamente aplicáveis aos problemas reais, poderá ter um papel avaliativo das práticas políticas, o que sem dúvida se reveste de importância prática, porque permite distinguir soluções defensáveis de soluções injustas.

Claro que uma das críticas apontadas à teoria ideal, e consequentemente à filosofia política, é o caráter inconsequente da mesma. Quando se pensa a justiça em termos ideais, poderá não se pensar nas implicações reais dessa teoria. Muitas vezes a realidade poderá desmentir o ideal. Por outras palavras, a realidade pode mostrar a impossibilidade da sua realização prática. Neste ponto, há que notar possíveis divergências de posições acerca do papel da filosofia política. Se é uma avaliação, sê-lo-á perante políticas concretas, ou, pelo contrário, independentemente dessas políticas? Tradicionalmente, os filósofos fizeram teorias políticas que prescreviam dadas orientações para a ação política. Como tal, a filosofia política não é meramente uma avaliação das políticas feitas, mas antes um trabalho teórico que implica prescrever normativamente como deverá ser uma sociedade justa. Mas se a filosofia política não é uma simples avaliação das políticas feitas, como pode uma teoria ideal da justiça avaliar uma determinada ação política real?

Por exemplo, a teoria da justiça de Rawls é uma teoria normativa, independente dos contextos políticos concretos. Prescreve um conjunto de princípios que devem regular uma sociedade justa. Poderá essa teoria avaliar factos políticos concretos?

Swift argumenta que a filosofia política tem um papel relevante em condições não ideais porque há duas tarefas distintas no que diz respeito à aplicação prática das teorias

ao “mundo prático”: a tarefa da determinação de exequibilidade, que deverá ser da responsabilidade das ciências; e a tarefa da avaliação dos estados do mundo possíveis de realizar (*ibid.*: 367). De seguida veremos a crítica de Amartya Sen à ideia de que a filosofia sirva para avaliar dois estados do mundo não ideais. A crítica de fundo é que uma conceção de justiça perfeita não nos ajudará a decidir qual de dois cenários possíveis não ideais poderá ser melhor (Sen, 2010). Se assim for, o carácter avaliativo que Swift defende que a filosofia tem será, na prática, inoperante, uma vez que não permite comparar qual de dois estados não ideais permite reduzir efetivamente a injustiça no mundo.

2.2. Avaliação transcendental ou avaliação comparativa?

Um problema apontado ao carácter avaliativo da filosofia política corresponde à distinção que Sen fez entre justiça transcendental e justiça comparativa. A justiça transcendental tenta estabelecer os princípios normativos de uma sociedade perfeitamente justa, ao passo que a justiça comparativa pretende elencar diversas soluções práticas possíveis, de modo a escolher a que melhor serve o propósito de reduzir as injustiças. Sen argumenta no sentido de mostrar que comparar essas soluções dispensa qualquer tipo de idealização de uma sociedade perfeitamente justa (Sen, 2010). Mas, se assim for, o carácter avaliativo da filosofia que Swift defende perderá a sua importância prática, porque o que é necessário é comparar estados do mundo não ideais para se poder efetivamente determinar qual dos dois estados permitirá reduzir as injustiças no mundo.³

Tomemos o seguinte exemplo que Swift avança. Numa dada sociedade, pode-se tomar uma de duas decisões políticas: ou melhorar a educação das crianças, mas aumentando a desigualdade de género; ou diminuir a desigualdade de género, piorando a educação das crianças (Swift, 2008). Trata-se de um exemplo de política real, que suscita uma decisão política em circunstâncias não ideais. Como decidir qual das duas opções é a melhor? Seguindo o raciocínio de Sen, deve-se escolher a hipótese mais eficaz na redução global da injustiça, independentemente de qualquer consideração ideal da justiça. Mas não pode dar-se o caso de não ser fácil chegar a um consenso relativamente à questão de saber qual das duas situações reduz a injustiça? Poder-se-ia pensar, por exemplo, que a melhor

³ No capítulo 5 será analisada em profundidade a argumentação de Amartya Sen sobre esta questão.

solução a longo prazo seria melhorar a educação das crianças à custa de uma menor igualdade de gênero, porque a educação em si será impulsionadora de uma maior igualdade no futuro, o que permitirá reduzir a desigualdade. Assim, faremos uma escolha com base na comparação das situações, optando por aquela que melhor permita reduzir as injustiças. Para tal, não é necessário fazer qualquer idealização da sociedade perfeitamente justa. Mas esta escolha descomprometida de qualquer teorização de cariz ideal sê-lo-á efetivamente? Poder-se-ia argumentar contra Sen que pensar de modo estritamente comparativo, neste caso, é já fazer uma escolha valorativa, que implica reflexão filosófica. Estamos a escolher a hipótese que promove o maior bem-estar da maioria, de acordo com um raciocínio consequencialista. No fundo, o que se entende por teoria não ideal é justamente o que determina, de modo mais objetivo possível, qual das ações possíveis à disposição de quem tem a responsabilidade de tomar decisões num determinado contexto é a melhor, entendendo-se por melhor o que trará menores consequências negativas para o menor número de pessoas. O argumento de Sen consiste em dizer que para fazer isto é insuficiente e até mesmo desnecessário pensar-se qual é a sociedade idealmente justa, que é o que os filósofos fazem. Como tal, o argumento de Swift segundo o qual a filosofia é importante porque permite avaliar qual ou quais das ações exequíveis num dado momento é melhor parece cair por terra. Esse parece ser o papel das ciências sociais, que têm simultaneamente a vantagem de darem um contributo importante à sociedade no que concerne ao diagnóstico de problemas reais e à elaboração de propostas de soluções exequíveis. Na parte II iremos analisar em profundidade os argumentos de Sen e veremos possíveis respostas aos problemas colocados.

Por agora estão lançados os dados do problema. A filosofia política tem-se dedicado a teorizar sobre qual é a sociedade idealmente justa. O que se pretende perceber é se ela terá algum papel na política real, e consequentemente se poderá ser relevante na procura de soluções reais para os problemas políticos. A questão que nos propomos resolver é se a teoria ideal tem efetivamente um papel relevante na determinação avaliativa das ações desejáveis. Seguramente que se a filosofia política tem um papel relevante na discussão dos problemas reais, então é porque ajudará a avaliar qual das soluções disponíveis é a melhor, e que soluções são inaceitáveis. Parece evidente que as teorias que pretendem ajudar a resolver questões políticas concretas deverão ser desejáveis, mas também exequíveis, como referiu Stemplowska (Stemplowska, 2008). Como tal, há que perceber até que ponto a determinação do que é desejável em termos ideais é compatível com o

que é exequível em termos práticos. Tal problema corresponde a uma das principais críticas feitas à teoria ideal, a de que implica o total cumprimento mas, caso seja aplicada poderá não ser integralmente cumprida, o que acarretará o insucesso prático da mesma. Trataremos deste problema no capítulo seguinte.

II – A TEORIA IDEAL POSTA À PROVA

CAPÍTULO 3

O PROBLEMA DO INCUMPRIMENTO DA TEORIA IDEAL

3.1. O problema do incumprimento – considerações iniciais

O problema do incumprimento é um problema central da teoria ideal. Vários autores definem a teoria ideal como aquela que procura instituir os princípios de uma sociedade justa. Para tal, um requisito necessário é o de que os membros aos quais se aplica a teoria a cumpram. A teoria da justiça de Rawls, por exemplo, pressupõe que os indivíduos aos quais se aplicam os princípios da justiça, dotados de razão, sob um véu de ignorância, concordem com os princípios prescritos pela teoria, e que a cumpram.

Autores como Stemplowska definiram a teoria ideal desta forma. Esta autora analisou em detalhe aquilo a que chamou o não cumprimento da teoria ideal. Se a teoria ideal pressupõe que os sujeitos a cumpram, qual será, em última instância, o seu valor prático? Se a teoria ideal prescreve os princípios a seguir para se alcançar uma sociedade justa, faz sentido argumentar que esses princípios deverão ser seguidos estritamente. Mas sabemos que no mundo real há várias contingências que impedem que os princípios sejam completamente cumpridos.

Analisemos o exemplo dado por Stemplowska. Imaginemos que para resolver o problema da pobreza prescreve-se que os mais ricos devem dar uma parte do seu salário aos mais pobres. Ora, eles não farão isto voluntariamente, por mais que consideremos que esta é a coisa justa a fazer. Portanto, apesar de ser justo, o facto de simplesmente ignorarmos que esta condição não será cumprida não é eficaz, e, consequentemente, esta prescrição é desnecessária. Porém, Stemplowska nota que mesmo que esses princípios não sejam seguidos, é importante pensar numa situação ideal em que eles são seguidos (Stemplowska, 2008.: 331). Mais adiante analisaremos melhor porquê.

No entanto, há que notar que a própria concepção segundo a qual a teoria ideal exige um cumprimento formal estrito é problemática. Hamlin e Stemplowska defendem que é um erro identificar a teoria ideal com o total cumprimento formal (Hamlin & Stemplowska, 2012: 4). Em primeiro lugar, é necessário definir o que se entende por total cumprimento. Para Estlund, cujas posições analisaremos em detalhe, há uma diferença

entre o que não acontece porque é impossível de acontecer e o que apenas é improvável que não aconteça. O que é improvável de acontecer poderá sê-lo por vários motivos. Poderá ser por razões culturais, escassez ou egoísmo humano, mas para Estlund estas razões não serão impedimento à validade de uma teoria ideal. Apenas o que é impossível de fazer pode bloquear a validade da teoria ideal.

Além disto, talvez seja injusto acusar as teorias ideais de ignorarem a questão do cumprimento, ou de pressuporem erroneamente que as suas prescrições serão infalivelmente seguidas. Por exemplo, é comum acusar-se os teorizadores políticos de idealismo, no sentido em que se pressupõe que fazem depender as suas prescrições do altruísmo humano. Um exemplo disto corresponde justamente ao exemplo dado atrás. Defender a redução da pobreza através da solidariedade voluntária dos membros da sociedade mais abastados poderá encontrar um entrave na falta de motivação dos mesmos para o fazerem. Mas será obrigatoriamente verdade que os teóricos ideais ignoram a possibilidade de os membros não cumprirem estas prescrições? É perfeitamente possível que uma teoria ideal integre na sua estrutura medidas institucionais a serem seguidas para evitar o não cumprimento dos membros. Neste caso, poderia passar por recomendar a integração de programas escolares que desde cedo ensinassem sobre o valor e importância da solidariedade, ou que o Estado fosse responsável pela disseminação de centros de apoio para os mais necessitados, estimulando desse modo o voluntariado social. Em suma, a teoria ideal também se pode preocupar com questões que se prendem com o desenho institucional, é o que concluem Hamlin e Stemplowska (2012: 4-5).

Ainda assim, é difícil deixar de identificar a teoria ideal com o cumprimento total das suas prescrições. Mesmo que aceitemos que os teóricos ideais possam preocupar-se com possíveis incumprimentos dos indivíduos, prescrevendo regras para o funcionamento justo das instituições, essa prescrição continuará a ser ideal, na medida em que terá como objetivo estabelecer as condições de uma sociedade perfeitamente justa e não prescrever políticas concretas para uma sociedade concreta. Assim, definir a teoria ideal como uma teoria que prescreve os princípios que subjazem a uma sociedade perfeitamente justa, exigindo para isso o cumprimento estrito desses princípios, encerra aparentemente uma contradição – é que essa exigência não é muitas vezes exequível.

No decorrer deste capítulo analisaremos alguns argumentos que respondem ao problema do incumprimento da teoria ideal.

3.2. A teoria ideal em confronto com a escassez de recursos: a refutação de Farrelly

Farrelly é um dos pensadores que põe em causa o papel da teoria ideal no que diz respeito à sua utilidade para a construção de teorias que ajudem os decisores políticos a delinear políticas públicas concretas. Parte do exemplo da teoria da justiça de Rawls para mostrar as fragilidades da teoria ideal. Partindo da análise dos princípios da justiça de Rawls, Farrelly mostra como a prioridade dada por Rawls ao princípio das liberdades básicas sobre o princípio da diferença pode ser, na prática, inoperante. É que numa dada situação de escassez de recursos, obedecer a esta prioridade pode ser, em si mesmo, injusto. Isto porque a escassez de recursos exige um equilíbrio dos bens primários (Farrelly, 2007). Ou seja, nem sempre é possível, numa conjuntura desfavorável, garantir todas as liberdades a todos os cidadãos.

Na prática, todos os direitos têm custos, e ignorar este facto é um erro. Defender que o princípio das liberdades deve ter prioridade sobre a questão da desigualdade significa, nomeadamente, que é injusto sacrificar as liberdades – liberdade de pensamento, liberdades políticas, direito à propriedade privada, entre outras – em nome da igualdade. Embora esta questão em Rawls seja mais complexa do que aqui está descrito, uma vez que o princípio da diferença defende que só pode haver diferenças de rendimentos se essas diferenças se traduzirem na maximização das condições de vida dos mais desfavorecidas, a prioridade do princípio das liberdades sobre o da diferença traduzir-se-á, sem dúvida, na defesa da ideia segundo a qual a liberdade não pode ser sacrificada em nome da igualdade.

Farrelly contesta este escalonamento de princípios. O argumento é o seguinte: dar prioridade às liberdades básicas impede que um governo, em contexto desfavorável, tome outras ações necessárias e porventura mais urgentes do que as que terá de tomar se quiser seguir o modelo da teoria da justiça de Rawls. Por exemplo, o direito ao voto tem custos e, numa situação desfavorável, pode ser mais importante e eficaz tomar medidas para aliviar a pobreza extrema com os recursos disponíveis (*ibid.*: 854). Nestes contextos, quem toma as decisões políticas tem de estabelecer comparações e avaliar o que é mais importante fazer, tendo em conta os recursos disponíveis. A teoria ideal não permite fazer estas comparações, mas sim a teoria não ideal.

Mas será que Rawls ignoraria esta questão da escassez de recursos? Farrelly reconhece a moderação de Rawls, e Rawls menciona a necessidade de se construir aquilo a que chama de utopia realista. Porém, a tónica de Rawls consiste sempre em salientar que a teoria não ideal é uma resposta quando as condições não permitem alcançar o ideal, mas sempre tendo em vista o ideal.

A este propósito, Farrelly nota que Rawls reconhece que para que os seus princípios sejam exequíveis, eles dever-se-ão aplicar a sociedades, no mínimo, moderadamente ricas. Mas, para Farrelly, isto já viola o véu de ignorância. Se os indivíduos devem desconhecer o seu lugar na sociedade, a bem do princípio, também deveriam desconhecer as condições da própria sociedade (*ibid.*: 849). Em última análise, Farrelly contesta o facto de Rawls pretender que qualquer sociedade tenha de se tornar numa democracia liberal. Muitas sociedades podem não o querer, ou não o poder fazer.

Mas será que os argumentos de Rawls que sustentam os seus princípios da justiça segundo a ordem prioritária por ele estabelecida perdem o seu valor porque em contextos desfavoráveis poderá ser mais injusto seguir essa ordem do que não o fazer? Como notou Stemplowska, o facto de nem sempre ser possível o cumprimento integral dos princípios ideais não impede que seja importante pensar em situações hipotéticas em que esses princípios sejam cumpridos. Pensar deste modo possibilita uma clarificação de valores que orientam a ação política. Em última instância, se não pensarmos em termos ideais não mudamos a sociedade (Stemplowska, 2008: 331-332). No caso da teoria da justiça de Rawls, a ideia segundo a qual o primeiro princípio tem prioridade sobre o segundo mostra-nos que as liberdades básicas não podem ser sacrificadas em nome do valor da igualdade. Por outro lado, o segundo princípio indica-nos que a liberdade não pode ser tal que resulte no sacrifício dos mais desfavorecidos. Em termos práticos, por exemplo, há liberdade de enriquecer, mas esse enriquecimento deve ser acompanhado de justiça social. Ou seja, quem ganha mais dinheiro deve pagar mais impostos, deve criar postos de trabalho, etc. O facto de numa determinada circunstância de penúria não ser possível fazer isso não torna este escalonamento errado, apenas inviável. O papel da teoria ideal é o de, justamente estabelecer o que deve ser feito em tal condição de escassez de recursos.

Além desta crítica do escalonamento dos princípios da justiça, podemos ainda destacar a crítica mais geral ao pensamento liberal igualitário, por parte de Phillips. O argumento principal é o seguinte: a ideia dos mercados eficientes, ao serviço de uma distribuição

igualitária dos recursos corresponde, muitas vezes, a uma concepção idealizada dos mercados. Por exemplo, a teoria da justiça de Rawls inscreve-se numa defesa dos mercados, que deverão ser eficientes de modo a produzir a riqueza necessária para promover a igualdade social. A abundância que resulta de uma economia de mercado plena não permitirá excessivas desigualdades. Ademais, cabe à teoria ideal defender uma justa repartição da riqueza, uma vez produzida. Ora, esta ideia deve ser testável e não meramente dedutível de conceitos (Phillips, 2008: 3-4). Por outras palavras, a ideia dos mercados eficientes não deve ser dedutível de conceitos abstratos. É, portanto, um erro, fundamentar uma teoria da justiça com base numa concepção idealizada dos mercados. As consequências desta concepção resultam na ideia de que o mercado é uma ferramenta neutra, que pode ser usada para a promoção da igualdade. Ora, para Phillips, o mercado real não é neutro, é antes composto por um conjunto de instituições com norma próprias (*ibid.*: 22). Como tal, essas instituições não se comportarão necessariamente de acordo com as prescrições do liberalismo igualitário. Elas poderão não se comportar como uma ferramenta neutra, ao serviço da teoria.

O argumento de Phillips salienta, pois, a importância de fundamentar a eficiência dos mercados em dados empíricos, e não simplesmente em partir do princípio de que os mercados criam a abundância – tal será o erro do pensamento liberal igualitário. Parece claro que esta ideia é testável, até porque as democracias liberais ocidentais são economias de mercado plenas. Apesar de parecer intuitivo que tais sociedades produzem abundância, também é claro que por vezes geram crises que põem em causa o cariz igualitário do liberalismo igualitário. Mas, uma vez mais, na senda do que defende Rawls, não será a tarefa da teoria não ideal procurar soluções que permitam novamente a geração de riqueza necessária para promover a igualdade?

Em suma, poderá sempre objetar-se que se partirmos de um ponto de vista ideal, apesar de se poder clarificar os valores, na prática estaremos impedidos de ter uma visão objetiva dos problemas, tendo em conta os condicionalismos que possam existir. Porém, talvez essa acusação seja injusta. Não é forçoso que o centramento em princípios ideais nos incapacite de tomar decisões objetivas, de acordo com as circunstâncias. No caso de Rawls, ele nitidamente reconhece que por vezes não é possível implementar os princípios da justiça, e que nessas circunstâncias a teoria não ideal revela-se importante, muito embora o seu escopo deva ser o de progressivamente implementar a teoria ideal. Por exemplo, se Rawls reconhece que é importante que a sociedade à qual se aplicam os

princípios da justiça seja, pelo menos, moderadamente rica, então será um papel da teoria não ideal construir um modelo teórico que permita que a sociedade em questão consiga atingir esse objetivo, para que depois seja possível implementar os princípios da justiça.

No entanto, um problema que pode apresentar uma visão ideal da justiça, exigindo ela um pleno cumprimento dos seus pressupostos, é o possível dogmatismo das suas prescrições. Se um teorizador ideal se apega em demasia aos seus argumentos poderá querer implementá-los a todo o custo, mesmo que em situações adversas eles possam resultar em piores condições gerais para os membros da sociedade. Mas, mais uma vez, tal erro não se coloca forçosamente. O facto de Rawls reconhecer o papel importante da teoria não ideal atesta a sua moderação, e o reconhecimento das contingências. Porventura, esse reconhecimento poderá possibilitar também ajustes e aperfeiçoamentos da própria teoria ideal. Se assim for, também a teoria ideal poderá «aprender» com a teoria não ideal. Na verdade, os princípios ideais que os teóricos constroem poderão não ser puros, no sentido em que são completamente independentes dos factos. Ainda que os princípios possam não se plasmar na realidade, o ideal de justiça segundo o qual não podemos sacrificar as liberdades básicas em nome da igualdade poderá reforçar-se em eventos históricos que consistiram na supressão de direitos e liberdades, em nome da igualdade, como aconteceu em regimes comunistas do século XX.

3.3. A natureza humana e o não cumprimento da teoria ideal em Estlund

Estlund é um autor cujas posições o distanciam desta visão crítica da teoria ideal, reforçando precisamente a ideia de que a teoria ideal não perde o seu valor pelo facto de não ser implementada.

A questão central à qual Estlund procura responder é a de saber se a natureza humana poderá constituir um constrangimento a uma teoria ideal da justiça. Uma teoria falhará na prática se os humanos aos quais se aplica não se adequarão a ela. Esta é a crítica recorrente à teoria ideal – ela não é realista porque não é cumprível.

As razões para os membros de uma sociedade não cumprirem os requisitos da teoria podem ser diversas. Estlund refere, por exemplo, a estrutura motivacional e o egoísmo (Estlund, 2011: 209). As pessoas não cumprem a teoria, por exemplo, porque não são altruístas e porque não estão motivadas para tal. Estlund discorda de que o simples facto

de as pessoas não agirem de acordo com a teoria a porá em causa, uma vez que por não o fazerem não significa que não o pudessem fazer.⁴ Deste modo, só será um constrangimento à teoria aquilo que efetivamente os humanos não podem fazer.

Todavia, poderá ser problemático determinar o que as pessoas não fazem embora pudessem fazer, e o que não podem efetivamente fazer. Estlund dá-nos o exemplo de Platão, que na *República* dita que todos os filhos deverão ser retirados da guarda dos pais biológicos para serem criados pela comunidade (*ibid.*: 211-212). Deste modo, todos os filhos seriam da comunidade, por assim dizer. Será esta prescrição - sem dúvida exigente e dificilmente aceite de bom grado, pelo menos nas sociedades desenvolvidas ocidentais - um exemplo do que os humanos não podem fazer em qualquer circunstância? Note-se que bastaria registar-se um exemplo de uma sociedade no mundo que cumprisse esta prática para se concluir que esta exigência da teoria não corresponde a algo que efetivamente não se pode fazer.

Estlund argumenta que, mesmo que consideremos que há algo intrínseco na natureza humana que impossibilite as pessoas de terem a motivação para fazer coisas como criar os filhos de toda a gente imparcialmente, como se fossem seus filhos, o facto de não “conseguirem querer” não implica que não o possam fazer, uma vez que só se poderá dizer que alguém não possa fazer algo se, mesmo que o tentasse fazer sem desistir, não fosse bem-sucedido. Assim sendo, qualquer problema de motivação não é suficiente para bloquear a teoria ideal. Como tal, mesmo o pressuposto de Platão, que obrigava que todos os filhos fossem tirados da guarda dos pais e fossem criados pela comunidade é possível de ser satisfeito (*ibid.*: 212-213).

Com efeito, ao longo da história humana houve diversos eventos que sucederam em alguns países e não noutros, por exemplo. Dependendo da cultura onde se inserem as pessoas, poderão conseguir ou não fazer determinadas coisas. Por exemplo, em sociedades não laicas, e nas quais a religião tem um papel central na sociedade, imaginemos que esta dita que as mulheres não podem ter os mesmos direitos do que os homens (por exemplo, não podem conduzir). Será apenas uma questão de egoísmo ou de falta de motivação o não cumprimento de uma teoria ideal que prescreva que os homens e as mulheres devem ter os mesmos direitos? Sem dúvida que num sentido mais lato da

⁴ A este propósito, Estlund distingue a expressão *won't do* da expressão *can't do*. A primeira corresponde ao que as pessoas não fazem, embora pudessem fazer, e a segunda corresponde efetivamente ao que as pessoas não podem fazer de todo (Estlund, 2011: 212).

expressão eles podem comportar-se de modo a respeitarem a igualdade de direitos. A prova disso é que as nossas sociedades liberais do ocidente o fazem, a despeito de poderem subsistir ainda algumas diferenças de tratamento de homens e mulheres. Porém, em função dos condicionalismos culturais, pode ser muito difícil para pessoas de uma sociedade cumprir requisitos da teoria, e pode ser mais fácil o cumprimento dos mesmos noutra, como se denota do exemplo dado. No fundo, é muito difícil determinar o que é a natureza humana, dado que, precisamente, como nos diz Estlund, o facto de numa dada sociedade as pessoas não cumprirem a teoria ideal, não significa que não o possam fazer.

Esta observação parece suportar a ideia segundo a qual a teoria ideal é sempre viável, visto que à exceção de exigências claramente impossíveis de satisfazer, como por exemplo, a exigência de que os seres humanos desafiem a lei da gravidade, voando, pode-se alegar que mesmo o mais improvável de ser feito não é de todo impossível. Como tal, se não é impossível, se não for cumprido não será culpa da teoria, mas dos indivíduos que não se comportam de acordo com as exigências da teoria.

Este argumento utilizado por Estlund no sentido de mostrar que uma teoria que prescreva algo improvável de ser concretizado não é, todavia, impossível é aquilo a que chama de teoria aspiracional sem esperança.⁵ Ele reconhece que há prescrições teóricas que dificilmente poderão ser cumpridas, mas há desde logo um problema em recusar uma teoria porque dificilmente será concretizada: pode-se cair no risco do realismo complacente, que consistirá em nada se mudar por demasiado apego ao que existe (Estlund, 2014: 115). Por outras palavras, o máximo realismo será um imobilismo. Toda a mudança pressupõe uma alteração na realidade vigente. Poder-se-ia, no entanto, achar mais sensato optar por uma teoria mais provável de ser concretizada, ainda que não complacente.

Mas o argumento central de Estlund é o de que uma teoria normativa sem esperança poderá ser a teoria correta. No fundo, os teóricos políticos que trabalham no campo da teoria ideal não se devem envergonhar de prescrever normas que dificilmente serão cumpridas, porque eles deverão trabalhar sobre como é que a sociedade deve estar organizada politicamente, e não sobre como está efetivamente.

⁵ A expressão usada é: *hopeless aspirational theory* (Estlund, 2014).

Mesmo que aceitemos como bons os argumentos de Estlund, subsiste a questão de saber se a teoria ideal pode ajudar ou não a teoria ideal; se a teoria ideal poderá ter, no fundo, alguma utilidade prática.

3.4. Más idealizações, falsos pressupostos e o papel limitado da teoria ideal

Ainda que aceitemos a ideia segundo a qual o valor de uma teoria ideal não depende do seu real cumprimento, ainda poderemos tentar responder à questão de saber se a teoria ideal poderá ou não ser útil para a concretização das políticas concretas, e se sim, em que medida.

Robeyns é uma das autoras que tenta responder a esta questão. Uma teoria ideal serve para conceber uma sociedade perfeitamente justa, e para tal, evidentemente, necessita de idealizar. Robeyns define idealização como um pressuposto que descreve o mundo de modo diferente do que ele é efetivamente (Robeyns, 2008: 352).

Porém, as idealizações podem ser más. Uma idealização é má quando não serve propósitos legítimos para a teoria. Ela dá-nos o exemplo de uma teoria que não tem em linha de conta a necessidade que os humanos têm uns dos outros. Tal pressuposto não servirá uma teoria, porque os seres humanos necessitam uns dos outros. Na prática, ignorar esta dependência mútua dos seres humanos poderá permitir situações reais de injustiça, porque, por exemplo, nas sociedades atuais a distribuição dos cuidados de saúde é muito desigual, e, no entanto, uma boa parte dos que prestam cuidados de saúde são mulheres, pobres e imigrantes. Ora, pressupor que os humanos são todos independentes uns dos outros (ou que o devem ser) poder dar azo a que estas injustiças permaneçam (ibid.: 359).

Se para Estlund o valor de uma teoria ideal é independente de os membros de uma sociedade à qual se aplique cumprirem as suas prescrições ou não, conquanto essas prescrições não sejam impossíveis de cumprir (podem ser improváveis), Robeyns considera que uma teoria que se sirva de idealizações como a referida anteriormente é uma teoria mal conseguida.

Tendo em conta estas considerações, como responde Robeyns à questão da utilidade da teoria ideal para a teoria não ideal? Uma vez que as teorias ideais partem de

pressupostos que não correspondem ao que acontece na realidade, os seus princípios poderão correr o risco de serem completamente inúteis num mundo não ideal. Partamos do princípio defendido por Estlund, a saber, que a teoria ideal tem valor mesmo que os cidadãos aos quais se aplique não se comportem de acordo com ela, ou seja, os princípios da teoria ideal são corretos ou incorretos em si mesmos, independentemente da sua concretização real. Mas, como saber se a teoria é correta ou não? Sem dúvida que depende da valorização moral dos argumentos que compõem essa teoria, uma vez que não dependerão de factos. É perfeitamente concebível a ideia de que um princípio continuará a ser correto, ainda que sempre que se tenha tentado aplicá-lo não o tenhamos conseguido fazer. Mas isso significará que não seja necessário fazer os ajustes necessários para tornar o princípio viável num contexto desfavorável?

Robeyns salienta que esperar que as idealizações se materializem poderá ser uma tarefa inglória, uma vez que as pesquisas da psicologia cognitiva já mostraram que os mecanismos causais de injustiças provocadas por fatores como sejam preconceitos e práticas culturais são extremamente persistentes. Por outro lado, como estes princípios pressupõem a existência de condições que não existem no mundo real, querer implementá-los sem mais delongas poderá ter consequências imprevisíveis, incluindo a de se agravar as injustiças, ao invés de as combater (*ibid.*: 357-358).

Assim sendo, a teoria ideal será como que um farol que indicará o caminho a seguir. Mas determinar como lá chegar será uma tarefa da teoria não ideal. Contudo, o seu papel prático é limitado, porque as decisões públicas práticas devem ter em conta, sobretudo, a questão de como chegar aos princípios prescritos, e isso é determinado pela teoria não ideal. Além disso, em situações de contingência, por vezes só a teoria não ideal permite estabelecer prioridades, como nos diz Farrelly (Farrelly, 2007).

Em suma, há duas questões diferentes que se entrecruzam no que concerne à relação entre teoria ideal e teoria não ideal. A primeira é a que corresponde à posição de Estlund, segundo a qual uma teoria ideal não perde o seu valor pelo facto de não ser concretizada; a segunda diz respeito à utilidade prática da teoria ideal para a elaboração de um suporte teórico com vista à concretização de políticas públicas no “mundo real”. Para Estlund, só algo que seja impossível de fazer constituirá um bloqueio à teoria ideal. Porém, exatamente porque por vezes é difícil implementar princípios exigentes em determinadas sociedades, pode-se alegar que a argumentação de Estlund é demasiado idealista, porque

na prática ignora a exequibilidade real da teorização ideal. Por exemplo, seria certamente difícil implementar o preceito platónico da educação comunitária nas atuais sociedades liberais ocidentais. Por outras palavras, pode-se concordar com a ideia expressa na primeira questão, a de que a teoria ideal é correta independentemente da sua concretização, mas se a teoria ideal se propõe a indicar o que deve ser feito para construirmos uma sociedade justa e essa proposta nunca é implementada, de que servirá fazê-lo?

A este propósito é útil discutir a questão dos falsos pressupostos, expressão de Stemplowska para designar teorias que se baseiam em pressupostos que podem não se concretizar. Essa inutilidade poderá ter várias causas. Stemplowska destaca a possibilidade de as teorias ideais estarem mal informadas (Stemplowska, 2008: 326). Uma vez mais, autores como Estlund poderiam replicar dizendo que a teoria ideal não tem de estar informada, uma vez que trabalha sobre como as coisas deveriam ser e não como são na realidade. Para Stemplowska, o perigo de uma teoria normativa é o de as suas conclusões não resultarem num aumento da justiça real. Tal poderá acontecer porque a teoria não prescreve recomendações desejáveis e exequíveis, e, por sua vez, isto poderá acontecer porque a teoria ignora não cumprimentos, ou porque apesar de a teoria ser obedecida, não resolve o problema que se propõe resolver (*ibid.*: 329-330). Porém, nota também que mesmo que a teoria não seja cumprida, é importante pensar numa situação em que tal aconteça. Estlund diria que não o fazer é cair no erro do realismo complacente. Stemplowska acrescenta que, mesmo que a teoria não seja cumprida, permite-nos saber o que é desejável idealmente. Se não pensarmos assim, não tomaremos ações no sentido de nos aproximarmos do ideal. Dá-nos o exemplo dos colégios privados. Se em condições ideais considerarmos que não é justo haver educação privada, isso fará toda a diferença na orientação geral das nossas políticas concretas. Defender que não deve haver educação privada não é contraditório com defender o ensino privado em condições não ideais, por exemplo, caso não seja possível num dado local instalar uma escola pública por razões orçamentais (*ibid.*: 332).

Em guisa de conclusão, poderemos dizer que no que diz respeito à questão de saber se a teoria ideal tem utilidade prática ou não, o importante a discutir é se uma teoria é defensável unicamente pela argumentação moral levada a cabo pelo seu proponente, independentemente dos factos. Se Hamlin e Stemplowska nos falam da sensibilidade aos factos, uma questão relevante para avaliar é a de saber se uma teoria ideal pode dispensar

os factos com o intuito de fazer recomendações desejáveis e exequíveis com vista à construção de uma sociedade plenamente justa. O problema das más idealizações e dos falsos pressupostos, no fundo, põe em relevo esta questão.

Só podemos saber efetivamente se a recomendação de uma teoria ideal poderá ser exequível se a testarmos. Neste sentido, a teoria não ideal poderá ser útil, porque, munida de um conjunto de indicadores claros e objetivos, poderá explicar o porquê de uma recomendação falhar, quais os constrangimentos que terá de superar, ou mesmo se é viável. Mas, assim sendo, poder-se-ia perguntar se a teoria ideal será útil de todo. É que se cabe à teoria não ideal avaliar e testar o que pode ser feito, será ela a avaliar as conjunturas e construir soluções viáveis para os problemas concretos. Parece ser assim que funcionam as instituições democráticas. Por exemplo, perante a atual crise das dívidas soberanas dos Estados Europeus, o que se faz é avaliar a problema e delinear uma solução económica e política, com base nas teorias económicas e políticas. Para tal, parece não ser necessária qualquer recomendação de carácter ideal.

Não obstante estas considerações, esta conclusão poderá ser precipitada. Se é verdade que as soluções para os problemas prementes à primeira vista dispensam considerações teóricas ideais, assim poderá não ser. Em primeiro lugar, as soluções não ideais não são conclusivas, no sentido em que se apresentam como inequívocas e unânimes. Deste modo, mesmo entre cientistas políticos e economistas há discordâncias sobre qual será a melhor solução para o problema da crise das dívidas soberanas, sendo uns defensores de medidas de austeridade que ajudem a equilibrar as contas públicas, outros defensores de uma austeridade menos forte e de uma mutualização da dívida. Ora, se há diferentes soluções, o que deve ser feito também dependerá de decisões que não serão exclusivamente factuais. Mesmo no que diz respeito ao modo de aplicar medidas de austeridade há escolhas ideais a fazer. Por exemplo, o facto de o Tribunal Constitucional ter impedido a aplicação de cortes dos subsídios de férias e de Natal propostos pelo Governo decorre de valores inscritos na Constituição Portuguesa que não podem ser desfeitos pelo contexto desfavorável. Em suma, as recomendações propostas pela teoria ideal poderão ser contrariadas pela realidade, mas em contextos desfavoráveis há valores gerais que poderão manter a consistência, apesar desse contexto. Esses valores são clarificados por questões analisadas pela teoria ideal. Por exemplo, pode-se sacrificar a igualdade de tratamento entre trabalhadores públicos e privados num contexto desfavorável? Podem-se cortar direitos, liberdades e garantias fundamentais inscritos na

Constituição em contextos excepcionais desfavoráveis? Este é um exemplo de questão que se prende mais com princípios e valores do que com factos.

Swift defende que as ciências devem determinar os estados do mundo possíveis de realizar e a filosofia deve avaliar qual dos estados é melhor e pior (Swift, 2008: 367). Num contexto desfavorável como o descrito, perante soluções diversas, certamente que os filósofos poderão ajudar a avaliar princípios e valores centrais de uma sociedade, como sejam a liberdade e a igualdade.

No próximo capítulo analisaremos um problema que também se relaciona com a questão do cumprimento, a relação entre os princípios e os factos, nomeadamente, em que medida são os princípios independentes dos factos.

CAPÍTULO 4

PRINCÍPIOS E FACTOS: HÁ DIREITOS IDEAIS?

4.1. Princípios e factos

Neste capítulo será analisada a relação entre os princípios e os factos. Esta análise é importante para decifrar as questões que analisámos sobre teoria ideal e teoria não ideal. Como vimos, é frequente associar-se a teoria ideal aos princípios que regem uma sociedade justa, e geralmente considera-se que a teoria não ideal é mais sensível aos factos do que a teoria não ideal. Determinar até que ponto os princípios são independentes dos factos ajudará a perceber se a teoria ideal poderá ser independente de factos que possam demonstrar a sua inexequibilidade. Se os princípios são independentes dos factos, então poderão ser corretos independentemente do que acontece no mundo não ideal. Se assim for, torna-se possível sustentar a ideia segundo a qual a teoria ideal tem valor independentemente das realizações práticas, como, por exemplo, Estlund defende.

Gerald Cohen é um dos filósofos que defende que os princípios são independentes dos factos. Ele defende que sempre que um facto suporta um determinado princípio, apenas o faz na medida em que há um outro princípio mais geral que explica este facto. Ou seja, os princípios são independentes dos factos, uma vez que, em última instância, nenhum facto fundará o princípio geral.

Um exemplo por ele proposto para ilustrar esta ideia é o da liberdade religiosa. Cohen admite que o princípio segundo o qual deve haver liberdade de prática religiosa pode ser suportado pelo facto de a religião ser importante, pelo menos na vida de alguém. Porém, este facto só suporta o princípio na medida em que um outro princípio mais geral suporta, por seu turno, esse facto: se algo é importante na vida de alguém, então deve haver liberdade de o alcançar (Cohen, 2008: 225).

Poderemos representar este exemplo do seguinte modo:

P2 (Princípio dois): Deve haver liberdade de prática religiosa.

F1 (Facto um): A religião é importante na vida de algumas pessoas.

P1 (Princípio 1): Se algo é importante na vida de alguém, ele deve ser livre de o perseguir.

O que Cohen sustenta poderá ser representado assim:

P1 → F1 → P2

Com este argumento Cohen não só legitima a teoria ideal, como lhe confere uma importância decisiva para a construção teórica de uma sociedade mais justa.

Porém, será que os princípios são efetivamente independentes dos factos? O exemplo descrito por Cohen parece convincente. O princípio geral de que deve haver liberdade para alcançar algo que é importante para a vida de alguém fundamenta os factos que poderão sustentar o princípio da liberdade religiosa. Mas, e se os factos mostrarem algo que possa pôr em causa esse princípio geral? Por exemplo, imagine-se que numa determinada sociedade a liberdade religiosa é a causa de conflitos sociais graves. Se assim é, o que é que acontece ao princípio que Cohen considera fundador de tudo o resto?

Primeiro que tudo, há que notar que um defensor da teoria ideal clássica poderia rejeitar, logo à partida, a ideia de que o facto de haver graves conflitos sociais numa dada sociedade pudesse pôr em causa o princípio geral segundo o qual, se algo é importante na vida de alguém, ele deve ser livre de o perseguir. Se as prescrições da teoria não são completamente cumpridas, o princípio geral não tem de estar necessariamente errado. A violência que decorre de haver conflitos religiosos deve-se ao fanatismo religioso de alguns indivíduos e não ao facto de o princípio estar errado. Assim, se quisermos manter-nos fiéis ao princípio, aqueles que cometerem crimes em nome da liberdade religiosa deverão ser punidos, e os que o não fazem deverão poder usufruir da liberdade religiosa. Mesmo que os factos comprovem que desta decisão política decorre mais violência, esta atuação é a que está de acordo com a prescrição da teoria.

Porém, se se puder determinar empiricamente que nesta sociedade descrita, ainda que as autoridades façam um esforço para combater a criminalidade associada ao fanatismo religioso, haverá um grande risco de haver um incremento de violência, e que poderá ser muito mais eficaz a proibição de, pelo menos, algumas práticas religiosas, então, pelo menos algumas pessoas que haviam endossado o princípio geral de Cohen poderão ser levados a repensá-lo.

Um defensor de Cohen poderia retorquir que se o facto de a liberdade religiosa ser causadora de conflitos põe em causa o princípio geral de que se algo é importante na vida de alguém, então deve haver liberdade de o alcançar, só põe em causa esse princípio na medida em que viola um outro princípio: ninguém deve ser livre de alcançar os seus objetivos se daí resultar danos graves para outras pessoas. Assim, poder-se-ia reformular o princípio geral original, o que resultaria no seguinte princípio:

Princípio reformulado: se algo é importante na vida de alguém, ele deve ser livre de o perseguir, a menos que daí decorra prejuízo para os outros.

Assim, mesmo que sejamos levados a reformular o princípio geral inicial, continuaremos a fazê-lo à luz de um outro princípio que sobre este terá precedência. Mas o que importa destacar é que os factos são importantes. Mesmo que aceitemos que os factos que suportam princípios pressupõem sempre um princípio mais geral que os fundamente, há acontecimentos que podem apoiar ou pôr em causa esses princípios, como foi mostrado no exemplo dado. O que mostra este exemplo é que o “mundo real” implica sempre aspetos indeterminados que a teoria ideal não prevê, e que podem funcionar como restrições à mesma. Evidentemente, caso questionemos o princípio inicial à luz dos factos que explicam a forte tendência para a violência caso se permita a liberdade religiosa, o princípio: ninguém deve ser livre de alcançar os seus objetivos se daí decorrer prejuízo para os outros deverá ter precedência sobre o princípio: se algo é importante na vida de alguém, então deve haver liberdade de o alcançar. Mas, em termos práticos, aplicando estes princípios, só saberemos se deve haver liberdade religiosa se pudermos determinar empiricamente se essa liberdade vai prejudicar os outros. Como tal, mesmo que aceitemos que os princípios são independentes dos factos, a sua aplicação concreta está dependente dos factos. Mais do que isto, por vezes são os acontecimentos do «mundo não ideal» que nos fazem questionar os princípios que tínhamos como certos, e, por vezes, a reformulá-los.

A reformulação dos princípios corresponde a uma clarificação dos mesmos. Essa clarificação não significa necessariamente abdicarmos do princípio. A clarificação dos princípios implica sempre uma análise e hierarquização das razões prioritárias desses princípios. Dessa clarificação surgirá a decisão de abdicarmos do princípio ou de o mantermos, mas fazendo cedências à sua aplicação no curto prazo, tendo em conta as

condicionantes conjunturais. O volume dessas cedências prender-se-á com a análise do maior ou menor cumprimento das razões prioritárias no contexto não ideal.

Analisemos um último exemplo para ajudar a clarificar este ponto. Imaginemos o princípio de Marx que recomenda a abolição da propriedade privada⁶. Se a análise das sociedades em que foi aplicado este princípio nos levar a concluir que os trabalhadores tinham rendimentos inferiores aos trabalhadores das sociedades capitalistas, bem como piores condições de trabalho e menos direitos em geral, que consequências terá isso para a teoria? Como vimos, não é necessariamente verdade que se deva desde logo excluir o princípio – deve-se distinguir o princípio da sua aplicação. Contudo, o facto de a falha ser sistemática e em diversos contextos políticos parece dar mais força à não exequibilidade da teoria que prescreve esse princípio. Dever-se-á ter em conta vários fatores.

Em primeiro lugar, uma análise empírica responsável deve desde logo tentar perceber a causa ou as causas dessa falha. Isso é importante para perceber em que medida o princípio enfrenta dificuldades dificilmente ultrapassáveis ou não. Se o que está em causa é o despotismo da classe dirigente, o princípio será salvaguardado se for aplicável numa sociedade mais democrática. Mas os factos também podem ajudar a perceber que uma sociedade democrática pode depender de uma economia de mercado não completamente controlada pelo Estado. Todos esses fatores (estudados por várias ciências sociais) são importantes para mostrar a dimensão do não cumprimento desse princípio.

Além desta análise empírica das causas, também importa a análise das consequências. Assim, se da análise das consequências da aplicação deste princípio a sociedades concretas resultar que, como dissemos, os trabalhadores vivam pior e tenham menos direitos, então, para decidirmos se devemos ou não alterar o princípio, deveremos analisar os valores subjacentes a esses princípios, tal como nos indicou Swift (2008). Assim, devemos perguntar-nos o que realmente queremos com a aplicação do princípio da abolição da propriedade privada. A clarificação dos valores e das razões desses princípios ajuda-nos a perceber o objetivo do princípio, e isso é importante para decidir se se deve ou não alterar o princípio em face dos factos que possam contrariá-lo. Assim, imagine-se que defendemos o princípio da abolição da propriedade privada porque achamos que é a melhor forma de combater desigualdades (eu consideramos injustas) entre os detentores

⁶ Centramo-nos na análise de Marx (1963), mas este problema da propriedade privada foi objeto de análise de muitos outros autores. Proudhon, por exemplo, considera que a propriedade privada é totalmente injustificável, na medida em que é, na realidade, uma usurpação das classes trabalhadoras, dado que não recebem um salário condizente com aquilo que produzem.

dos meios de produção e os trabalhadores. Ao eliminarmos a propriedade privada, deixa de haver cisão entre proprietários e trabalhadores, mas resta a classe dirigente, que poderá ter muito mais regalias do que os trabalhadores. Se o que queremos, no fundo, são boas condições de vida para os trabalhadores e condições de trabalho humanas, e se os factos mostrarem que nas sociedades onde foi aplicado este princípio essas boas condições de vida não se verificaram, então teremos aí uma justificação para proceder a uma revisão do princípio. Poderemos ainda considerar que é em si mesmo injusto que quem mais produza valor receba a menor parte desse valor. Claro que se pode defender o princípio por várias destas razões e não apenas uma. Por exemplo, pode-se defender que devemos abolir a propriedade privada porque queremos boas condições de vida para os trabalhadores e consideramos injusto que quem mais produza valor menos receba desse valor. Se assim for, se os factos mostrarem que dificilmente os trabalhadores têm melhores condições de vida numa sociedade em que esse princípio seja aplicado, a segunda justificação para a aplicação do princípio não deixa de estar salvaguardada. Assim, apesar de os trabalhadores terem um rendimento inferior ao dos trabalhadores das sociedades capitalistas, ainda assim a exploração do valor que produzem é menor. Mas se defendermos este princípio por estas duas razões, para decidir se deveremos mantê-lo tendo em conta o não cumprimento evidenciado pelos factos, o que deveremos fazer é analisar os valores que queremos defender ao aplicar este princípio e hierarquizá-los segundo a sua importância. Assim, aqui estamos a defender o princípio em nome do bem-estar e da liberdade, na medida em que queremos defender a dignidade e o conforto económico dos trabalhadores, por um lado. Por outro estamos a defender o princípio em nome da igualdade e também da dignidade, na medida em que consideramos intrinsecamente incorreto que quem produza valor receba dele apenas uma parte diminuta. Porém, defendemos a dignidade, no primeiro caso, porque só com uma vida economicamente estável é que alguém poderá ter a segurança e real capacidade para desenvolver todas as suas capacidades.

A segunda justificação para a defesa do princípio também tem por base a defesa da dignidade, mas já não por uma questão estritamente económica, mas mais por uma questão de igualdade e de respeito. Se o trabalhador produz riqueza e recebe uma parte demasiado pequena dessa riqueza estará a ser explorado, o que em si mesmo é injusto e até humilhante. Assim, se a primeira justificação do princípio não é cumprida e a segunda sim, o trabalho a fazer é avaliar qual das razões para defender o princípio é mais

importante. Se concluirmos que o aspeto económico é mais relevante do que a justiça intrínseca de receber uma parte da riqueza condizente com o trabalho produzido, então haverá justificação para alterar o princípio; caso concluamos que deve prevalecer a justiça intrínseca de não explorar o trabalho, então será mais correto manter o princípio, ainda que os resultados económicos decorrentes da sua aplicação sejam provavelmente piores do que se não fossem aplicados.

Em suma, ainda que os princípios defendidos por uma teoria ideal estejam bem fundamentados, a sua não exequibilidade pode levar-nos a fazer uma clarificação dos mesmos. Esta clarificação traduz-se na hierarquização das razões prioritárias desses princípios. Como vimos neste exemplo, pode haver várias razões para defendermos um determinado princípio. Assim, podemos defender o princípio da abolição da propriedade pela injustiça intrínseca de explorar a mais-valia dos trabalhadores ou podemos defendê-la para garantir a prosperidade e bem-estar das classes trabalhadoras. Claro que a disjunção «ou» não se revela adequada, na medida em que pode-se defender o princípio por estas duas razões e muitas outras razões. Mas a clarificação das razões prioritárias implica analisar as várias razões e hierarquiza-las. Essa hierarquização permite fazer escolhas num contexto desfavorável. Em primeiro lugar, permite perceber se devemos manter a defesa do princípio. Em segundo lugar, a manter a defesa do princípio, permite perceber que concessões podemos fazer, tendo em conta que numa dada conjuntura desfavorável, não é possível implementar com sucesso esse princípio⁷.

Claro que há questões que tornam esta discussão mais complicada. Por exemplo, podemos achar que a prosperidade económica é demasiado importante para ser ignorada. Porém, dada a importância do valor da igualdade, poderá valer apenas implementar o princípio, esperando que os problemas que estão na base do insucesso económico da aplicação da abolição da propriedade privada sejam resolvidos. Uma vez mais, como defende, por exemplo, Estlund, o facto de não haver cumprimento de uma parte da teoria que possamos considerar importante não significa que não o possa ser. Porém, se a questão da exequibilidade da teoria está no centro da nossa preocupação, a análise cuidada dos factos importa de sobremaneira para esta discussão, na medida em que se estamos a

⁷ Iremos explicar mais à frente como se pode fazer escolhas aproximadas da teoria ideal, na impossibilidade de implementar integralmente a teoria ideal. Sen é um autor que analisaremos no capítulo cinco e que se debruça sobre a questão das comparações entre estados não ideais e a teoria ideal. A sua conclusão, conforme veremos, é que a teoria ideal não é útil para fazer comparações entre as suas prescrições e a realidade não ideal, nem para comparar diferentes realidades não ideais. Partindo da análise desta objecção, iremos tentar argumentar como é possível estabelecer comparações entre a teoria ideal e os estados do mundo não ideais, condição necessária para fazer escolhas aproximadas da teoria ideal.

projetar no futuro o cumprimento da nossa teoria, a análise dos factos permitir-nos-á perceber os seus limites e desafios, ao mostrar-nos não cumprimentos que essa teoria enfrentou.

Outro problema analisado por Joseph Raz, que analisa a tese de Cohen sobre princípios e factos, tem que ver com o facto de os princípios que possamos considerar insensíveis a factos desempenharem um papel limitado no pensamento prático (Raz, 2010: 15).

Raz considera que há duas teses implícitas na tese de Cohen sobre princípios e factos: a tese da aprovação, segundo a qual qualquer pessoa lúcida encontrará uma razão básica para um princípio que possa depender de algum facto num outro princípio que não dependa de um facto (*ibid.*: 5)⁸; a tese da não dependência factual em última instância (*ibid.*)⁹, que defende que um princípio só é sensível a factos na medida em que também possa ser sensível a um outro princípio que o não seja.

A conclusão a que Raz chega é a seguinte: a tese da aprovação falha, porque muitas vezes as pessoas conseguem emitir razões epistémicas para a sua ação que não são independentes de factos. Ainda que se possa retorquir que não é sobre razões epistémicas do dia-a-dia que se debruça a tese de Cohen, mas antes sobre razões teóricas, a verdade é que as razões teóricas que possamos conhecer para guiarmos as nossas ações são sensíveis a todas as crenças que temos (*ibid.*: 15). Por outras palavras, muitas vezes não encontramos explicações para suportar as nossas ações fora do âmbito dos factos. Ainda que a segunda tese implícita, a tese da não dependência factual em última instância se mantenha intacta, Raz conclui igualmente que esta não desempenha um papel fulcral no pensamento prático, uma vez que, na maioria dos casos, os princípios que possam ser suficientemente informativos no dia-a-dia para se constituírem como guias úteis para a ação prática são, por norma, sensíveis aos factos (*ibid.*).

4.2. Os princípios e a ideologia

Uma forma tradicional de se defender a teoria ideal consiste em salientar que as decisões políticas implicam necessariamente a mobilização de valores. As ideologias

⁸ No original: *Endorsement thesis* (Raz, 2010:5).

⁹ No original: *No ultimate factual dependence thesis* (*ibid.*:5).

políticas enquadram diferentes perspetivas sobre a atuação política. As ideologias correspondem, pois, a princípios gerais que devem orientar as decisões políticas.

Mills é um autor que analisa criticamente a função da ideologia, ao serviço de uma teorização ideal. Mais do que se debruçar sobre a questão dos princípios serem ou não independentes dos factos, Mills argumenta que a teoria ideal é uma representação abstrata dos interesses de uma minoria (Mills, 2005: 172).

Esta abstração decorre da ignorância (propositada ou não) dos factos históricos que deram origem à formação de uma determinada sociedade. Por exemplo, tendo em conta a história dos Estados Unidos da América, uma teoria ideal que parta do princípio de que há uma igualdade entre todos, independentemente dos factos que fazem parte da matriz histórica do país, é uma teoria que ignora a discriminação a que estiveram sujeitos as mulheres, os negros e outros grupos sociais (*ibid.*: 181). Para Mills, a tradição liberal igualitária democrática abstrai a opressão dos grupos sociais. Tal abstração é contraproducente, na medida em que redundará num não reconhecimento dos obstáculos à implementação dos ideais.

Uma vez mais vemos aqui o problema do não cumprimento, associado à questão dos princípios. Se para Estlund os princípios valem por si mesmos (o que está certo não é condicionado pelo que existe), para Mills é sempre resultado de interesses de uma minoria. Assim, num país como os Estados Unidos da América, os fundadores liberais redigiram a Constituição abstraindo a história, nomeadamente a opressão dos escravos. Por este motivo, os princípios carecem de uma fundação factual, ancorada na história da formação do país.

Porém, não é claro que os princípios sejam impeditivos de um conhecimento exato dos factos históricos. Uma vez mais, na senda de Estlund, se consideramos correto que todos os homens devem ser iguais, independentemente do género, raça ou credo, pouco importará se a origem do país ao qual se quer aplicar este ideal tenha sido marcada pela opressão ou não – ela deve ser abolida.

Porém, Mills foca uma questão importante, a questão dos interesses por detrás dos princípios defendidos. Uma teoria, seja ela ideal ou não ideal, deve ser apoiada em argumentos sólidos. Uma teoria ideal da justiça procede de uma análise rigorosa de argumentos. Tais argumentos poderão certamente transportar interesses particulares,

representativos de uma determinada classe. A clarificação dos princípios defendidos por uma teoria ideal também servem para perceber a dimensão destes interesses classistas. Ainda que a teoria ideal seja bem argumentada e clara, há sempre razões e valores que importa clarificar. A importância dessa clarificação, como vimos, é a de permitir uma resposta da teoria ideal aos constrangimentos factuais que evidenciem padrões de não cumprimento. Mas ao clarificarmos os princípios poderemos também descortinar interesses minoritários que possam estar na base de uma teorização ideal.

4.3. Os princípios e os direitos – há direitos ideais?

Uma das características principais do pensamento ideal consiste na concepção de direitos que devem ser garantidos universalmente. Um dos exemplos desta concepção é o pensamento republicano, nomeadamente os pensadores que se debruçaram sobre as revoluções americana e francesa. O que estes pensadores puseram em evidência é a necessidade de uma Constituição que garanta os direitos que os cidadãos têm, e que não dependem de nenhum governo ou vontade – existem e os governos apenas serão legítimos na medida em que obedecem a essa Constituição, que é o documento que plasma esses direitos e que vincula o poder político à obrigação de os fazer cumprir. Thomas Paine é um dos pensadores que funda esta concepção política centrada nos princípios, destacando que a Constituição é propriedade de uma nação e não daqueles que exercem o governo (Paine, 1792).

As sociedades democráticas liberais da atualidade são tributárias deste pensamento. Nesta medida, o que as Constituições dos Estados democráticos garantem é que há alguns direitos que não podem ser postos em causa, independentemente das vicissitudes históricas.

Exploraremos de seguida dois autores que analisam a relação entre os princípios e os direitos.

4.3.1. Direitos ideais e direitos reais, segundo Katherine Eddy

A tese central de Katherine Eddy consiste em considerar a teoria ideal dos direitos um erro. Como tal, uma teoria ideal da justiça centrada em direitos ideais é um erro (Eddy, 2008: 463).

Eddy começa por distinguir entre direitos morais reais e direitos morais ideais. Em primeiro lugar, um direito real não se deve confundir com um direito legal. Um direito moral pode ser real, ainda que não esteja consagrado na lei. A distinção entre direito real e direito ideal não radica, pois, no facto de este ser inscrito na lei ou não. Por exemplo, numa sociedade em que não há liberdade de expressão, um cidadão pode alegar que num Estado justo ele poderia emitir livremente as suas opiniões. Esse direito é real, ainda que não lhe seja concedido. O facto de não lhe ser concedido não se deve a qualquer tipo de impossibilidade, não depende de condicionantes materiais, mas da não vontade dos governantes de conceder-lhe essa liberdade. Como tal, um direito ideal será um direito que não é exequível, ainda que os governantes o quisessem garantir (*ibid.*: 2008: 466-467).

No entanto, nem todos os direitos que possamos reclamar são reais. Por exemplo, o direito de os doentes de cancro serem curados é um direito ideal se essa cura não existir. Se tal acontecer, o direito a essa cura efetivamente não existe. Porém, será um direito real ter acesso à cura quando ela existir, o que confere aos governantes um dever real de disponibilizar aos cidadãos essa cura nessas condições (*ibid.*: 467).

Há, pois, duas razões para que um cidadão não tenha acesso a um determinado bem de que necessita: ou por incompetência ou falta de vontade do governante, ou por escassez de recursos. A primeira razão não retira o direito ao cidadão, trata-se de um direito real; a segunda razão não confere direitos ao cidadão, trata-se de um direito ideal.

A pergunta que se impõe é a seguinte: até que ponto uma escassez de recursos não resulta de incompetências dos governantes? Esta pergunta não será fácil de responder, mas é determinante para a clarificação do que é um direito real ou do que é um direito ideal.

Em suma, a posição crítica de Eddy relativamente às teorias da justiça que radicam numa conceção de direitos ideais tem muito em comum com algumas críticas já analisadas, nomeadamente, a necessidade de fundar uma teoria da justiça em dados

exequíveis que tenham em conta condicionantes históricas ou a escassez de recursos. Porém, não é desimportante a sua ressalva da necessidade de um governante fazer cumprir uma lei que seja justa, sempre que lhe for possível fazê-lo. Ou seja, os meta-direitos são uma exigência de uma teoria da justiça, só direitos que não são de todo exequíveis o não são.

A existência de meta-direitos traduz-se de duas maneiras. Em primeiro lugar, não é admissível ganhos de recursos à custa de atos errados. Um exemplo disto será garantir a fertilização *in vitro* à custa de doadores à força (*ibid.*: 469). Além disto, um governo não tem o dever de fornecer a cura para o cancro quando ela não existe, mas tê-la-á quando tal existir (*ibid.*: 467).

É curioso como Eddy compatibiliza a questão dos meta-direitos com a ideia segundo a qual só há direitos reais. No fundo, um direito não é só real quando existe efetivamente, mas quando é possível e justo existir. Mas o direito real não se segue de um princípio. O princípio: X tem o direito de comer está condicionado pela existência de comida. Como tal, os princípios não se confundem com os direitos reais (*ibid.*: 476-478).

Mas se os factos são importantes para delinear uma teoria da justiça, admitir a existência de meta-direitos não equivalerá a considerar-se importante os ideais? Se se considera que é importante fazer chegar os alimentos suficientes para uma vida digna a todos os membros de uma sociedade, caso haja alimentos disponíveis, é porque se considera que há um princípio segundo o qual todos devem ter acesso à quantidade mínima de nutrientes para viver com saúde independentemente do seu mérito ou estatuto. Esta poderia ser uma argumentação levada a cabo por Cohen para defender a primazia do princípio sobre o facto. O facto de não haver alimentos disponíveis apenas indicará que esse princípio não poderá ser satisfeito, embora o deva ser, assim que seja possível.

É claro que há uma diferença substancial entre defender-se que os princípios são inquestionáveis, mesmo que a sua aplicação seja difícil num determinado contexto, e defender-se que os factos determinam se um dado princípio pode ser assegurado ou não. A primeira conceção parece corresponder à linhagem republicana que teve um marco importante nas duas revoluções (americana e francesa). Pensadores como Thomas Paine, que teorizou estas revoluções, parecem defender que os direitos são independentes de qualquer contexto histórico. A legitimidade de um governo assenta, para Paine, no respeito criterioso da Constituição, que o vincula ao integral cumprimento do que esta

prescreve. A Constituição mais não é do que um documento que plasma todos os direitos que todos os cidadãos possuem, e que devem ser garantidos pelo governante.

Como tal, um governo republicano é estabelecido para proteger o interesse do povo, por oposição a um governo de sucessão hereditária, cujo exercício do poder se faz para proteger o poder do rei, e que, como tal é irracional e ilegítimo (Paine, 1792). Este otimismo em relação ao estrito cumprimento de uma Constituição, onde assentará toda a legitimidade do governante, parece ser o que distingue Eddy desta visão clássica republicana dos direitos.

O que importa ressaltar é que uma visão ideal da sociedade não é necessariamente incompatível com uma visão realista da política, tal como foi analisado atrás.¹⁰ Lembremo-nos da teoria aspiracional sem esperança de Estlund: o que é improvável de ser alcançado não é, todavia, impossível. Se juntarmos a isto que o que está certo pode não corresponder ao que é, então ganhará força a ideia segundo a qual a teoria ideal deve centrar-se no que deve ser feito e não no que é, porque só desta forma se poderá mudar a sociedade e evitar o que Estlund apelidava de realismo complacente.

Mesmo que não sejamos tão devotos da ideia segundo a qual apenas o que é impossível de ser alcançado poderá bloquear a teoria ideal, na linha do que defende Estlund, as democracias liberais atuais são baseadas no direito constitucional exatamente porque se considera que há um conjunto de meta-direitos que deverão ser assegurados. Na verdade, como vimos, Katherine não nega isto, apenas contesta que se possa fundar uma teoria da justiça nos ideais, visto que a teoria ideal ignora a exequibilidade. Como vimos, esta é uma crítica recorrente à teoria ideal. Mas só havendo um conjunto de direitos globais que consideremos vitais para uma sociedade justa poderemos aspirar a uma sociedade justa. Caso esses direitos não possam ser satisfeitos num dado momento histórico, pelo menos, é o reconhecimento da sua importância que nos permitirá lutar pelo seu cumprimento futuro.

10 *Vide*: Stemplowska (2008). Stemplowska considera que, não obstante os perigos da teoria normativa (nomeadamente o perigo de as suas recomendações não se repercutirem num real aumento da justiça) é importante pensar numa situação ideal, ainda que não seja praticável, pois só assim poderemos raciocinar sobre os constrangimentos àquilo que desejamos, e simultaneamente, só assim poderemos avaliar diferentes possibilidades de atuação política.

4.3.2. Os direitos globais, segundo Gilabert

O escopo de Gilabert é o de mostrar a importância dos direitos globais para alcançarmos um mundo justo. Segundo ele, existe um dever internacional de aliviar a pobreza. Há, portanto, direitos humanos indiscutíveis e que não dependem da motivação dos governos nem da existência de instituições ou de uma particular responsabilidade de um país sobre outros (Gilabert, 2008: 411).

Para começar, Gilabert rejeita a hipótese segundo a qual a ausência de instituições internacionais que possibilitem a redução da pobreza no mundo é uma razão suficiente para que não haja responsabilidade por essa pobreza. Haverá pelo menos três razões possíveis para argumentar-se que não há uma responsabilidade pela pobreza no mundo: 1 – falta de instituições internacionais que permitam o combate à pobreza de um modo eficaz; 2 – falta de motivação dos países que poderiam prestar essa ajuda; 3 – falta de responsabilidade direta.

Primeiro há que tentar perceber quais são os direitos globais que deverão ser defendidos incondicionalmente. Segundo o Igualitarismo Geral Global, todas as pessoas deverão ter acesso às mesmas oportunidades em todo o mundo. De acordo com uma perspectiva de Justiça Global Básica todas as pessoas deverão ter direitos básicos universais. Aceitar a primeira perspectiva implica que se deva perseguir o objetivo de criar esquemas institucionais que permitam garantir a todos os cidadãos do mundo as mesmas oportunidades. Aceitar a segunda perspectiva implica que se deva perseguir o objetivo de criar esquemas institucionais que permitam que direitos humanos fundamentais sejam aplicados (*ibid.*:419).

A primeira perspectiva será mais exigente e difícil de alcançar do que a segunda. Porém, parece intuitivo que se deva lutar pela implementação de direitos humanos fundamentais, dos quais fará parte, evidentemente, o direito à subsistência, o que implicará o combate à pobreza no mundo.

Um dos argumentos apresentados contra a ideia deste dever prende-se com a primeira razão acima apresentada, a ideia de que na ausência de instituições globais para resolver o problema da pobreza global, tal não será possível. O argumento é o seguinte: os deveres de justiça só existem entre aqueles que já partilham uma comunidade política, e não há

uma comunidade política global, conseqüentemente, não há um dever de justiça global (*ibid.*: 423).

O argumento que corresponde à falta de motivação segue-se, no fundo, a este. Segundo este argumento não há um dever de justiça distributiva global porque este dever só existirá entre aqueles que partilhem um sentido de compromisso ou solidariedade entre eles, o que normalmente não existe entre pessoas distantes (*ibid.*:426-427).

O outro argumento prende-se com a ideia de responsabilidade. Segundo este só há um dever de aliviar a pobreza global se esta decorre diretamente de uma ação sobre as pessoas vítimas dessa pobreza (*ibid.*: 424). Por outras palavras, recusa-se a ideia de responsabilidade negativa. Se não temos responsabilidade direta pelo que acontece de negativo noutros países, não temos responsabilidade de todo.

Gilbert rejeita estes três argumentos. No que diz respeito à ausência de instituições internacionais que permitam uma luta eficaz à pobreza global, é evidente que é importante que existam, mas a sua ausência não retira de modo alguma a responsabilidade. Dada a crucial importância dos direitos básicos globais, o seu cumprimento não deverá estar condicionado por contingências.

Quanto ao argumento da falta de motivação, também não colhe. Segundo Gilbert, a argumentação segundo a qual não há um dever de garantir direitos básicos universais se prende com a falta de um *ethos* global de solidariedade centra-se na não exequibilidade de aplicar esquemas de justiça distributiva global, e não na sua moralidade (*ibid.*: 428).

O mesmo se poderá dizer da questão da responsabilidade direta dos países na pobreza global. Ainda que se possa argumentar que os países ricos possam não ter responsabilidade direta na pobreza de outros países, – o que é discutível, na medida em que há relações políticas e económicas entre os países pobres e ricos – uma vez mais, se partirmos do princípio de que os direitos básicos globais são indiscutíveis na sua correção moral, então não se poderá rebatê-los com base na não exequibilidade política.

Mas será a visão de Gilbert completamente alheia ao problema do não cumprimento? Para alcançarmos o ideal do cumprimento da justiça distributiva global, ele propõe-nos aquilo a que chama de uma perspectiva transicional.¹¹ Admitindo-se o futuro político como

¹¹ No original: *Transitional Standpoint* (Gilbert, 2008: 431).

incerto, deve-se implementar os princípios desejados de modo cauteloso, uma vez que a aplicação desses princípios pode não funcionar. A experimentação política deve ser cautelosa, uma vez que as suas consequências podem ser imprevisíveis. A mudança necessária deverá estar sujeita a deliberações públicas (*ibid.*:434-438).

Esta cautela experimental vem de encontro ao problema central da relação entre teoria ideal e teoria não ideal. Se os princípios são independentes dos factos, deve-se perseguir sempre as recomendações da teoria ideal. As contingências humanas e políticas não servem de desculpa para a não implementação desses princípios. Porém, as políticas são sempre feitas num contexto social e político preciso. Se é verdade que um princípio não é necessariamente posto em causa por não ter sido implementado, ou até por ter sido de tal modo incorretamente aplicado que se traduziu no contrário do que defendia, também é verdade que os resultados práticos de uma impossibilidade de aplicação dos princípios ou de uma incorreta aplicação dos mesmos, ou ainda de uma correta aplicação mas que não se consubstancia numa melhoria generalizada das condições de vida das populações permitem-nos reavaliar esses princípios. Os factos possibilitam encontrar padrões de inexequibilidade, o que pode ajudar a reformular o princípio.

Esta cautela experimental corresponde, pois, ao reconhecimento de que, sendo a teoria ideal um guia essencial para a tomada de decisões políticas – Gilabert foi claro a este propósito, ao argumentar que a ausência de condições institucionais não isenta a responsabilidade política do cumprimento de direitos básicos globais – não é, todavia, totalmente independente das condições da sua aplicação. Por outras palavras, os princípios não são totalmente independentes dos factos, ainda que os factos não sirvam, por si só, para contrariar a legitimidade dos princípios ideais. Este é precisamente um dos pontos centrais da nossa argumentação.

Evidentemente que este reconhecimento poderá assumir diferentes proporções. Gilabert parece dar uma primazia aos direitos básicos sobre qualquer condicionante factual. Se as condições políticas para implementação dos direitos básicos não existirem, é responsabilidades dos políticos criarem-nas, sejam quais forem as condicionantes. A cautela experimental apenas significa que se deve ter em conta as possíveis consequências não desejadas da aplicação das medidas que visem garantir o cumprimento dos direitos básicos.

No próximo capítulo analisaremos os argumentos de Amartya Sen a favor de um modelo de justiça comparativa em detrimento de um modelo a que designa de institucionalismo transcendental. Veremos que o modelo de justiça comparativa por ele defendido põe em causa a pertinência e necessidade da teoria ideal. A partir das objeções de Sen ao modelo de justiça transcendental, contestaremos o seu argumento segundo o qual a teoria ideal não é útil para fazer comparações. O nosso argumento central parte precisamente do pressuposto de que se os constrangimentos factuais obrigam a uma clarificação das razões prioritárias dos princípios defendidos, então, dessa clarificação surgirá a necessidade de abdicarmos de princípios ou mantermos esses princípios, mas encontrando uma solução não ideal que respeite as suas razões prioritárias. Neste segundo caso, é necessário conseguirmos comparar a teoria ideal com os estados do mundo não ideais, por modo a conseguirmos fazer uma escolha política aproximada do ideal.

CAPÍTULO 5

AMARTYA SEN E A JUSTIÇA COMPARATIVA

5.1. Institucionalismo transcendental e justiça comparativa

Sen desenvolveu um conjunto de argumentos a favor de um modelo de teoria da justiça centrada naquilo a que chamou de realizações sociais, mais preocupada com os comportamentos reais e menos com os arranjos institucionais, o que, conforme veremos, põe em causa a necessidade de uma teoria ideal para incrementar a justiça.

Em primeiro lugar, analisemos a distinção conceptual que ele faz entre institucionalismo transcendental e justiça comparativa.

O institucionalismo transcendental é um modelo teórico que procura analisar os arranjos institucionais perfeitamente justos a que deve obedecer uma sociedade se efetivamente pretender ser justa. Assim, o que este modelo almeja é caracterizar a justiça perfeita. Daí o termo transcendental: não há qualquer necessidade de comparação entre diversos arranjos institucionais, trata-se de descobrir os princípios de uma justiça perfeita, sem possibilidade de serem transcendidos. Por outro lado, este modelo transcendental preocupa-se em determinar quais são os arranjos institucionais certos, sem se preocupar com a sua aplicação concreta num determinado contexto histórico e cultural (Sen, 2009: 42). Um exemplo deste modelo bastante analisado por Sen na sua obra: *A ideia de justiça* é justamente a teoria da justiça de Rawls. O que Rawls pretende fazer é encontrar princípios que deverão orientar o funcionamento das instituições políticas. Se esses princípios forem integralmente cumpridos, a sociedade será perfeitamente justa.

Sen menciona que este é o modelo defendido pelos filósofos contratualistas do iluminismo, como Hobbes e Rousseau, que se concentravam na identificação dos arranjos institucionais que tornassem uma sociedade justa (*ibid.*: 42-43).

O modelo da justiça comparativa, pelo contrário, não se centra nos arranjos institucionais que conduzam a uma sociedade perfeitamente justa, mas antes na comparação entre diferentes realizações sociais para desse modo determinar como reduzir a injustiça (*ibid.*: 46). Repare-se que já não se trata aqui de pensar uma sociedade

perfeitamente justa, mas em reduzir as injustiças. Poder-se-ia argumentar, desde logo, que a defesa deste modelo é pouco ambiciosa, quando comparado com o modelo institucional, dado que não pretende alcançar uma sociedade perfeitamente justa, mas apenas reduzir a injustiça. Porém, a argumentação que Sen desenvolve é no sentido de mostrar a ineficiência e a desnecessidade do institucionalismo transcendental.

De acordo com esta distinção, identificaremos o institucionalismo transcendental com a teoria ideal e a justiça comparativa com a teoria não ideal. Se o institucionalismo transcendental foca-se nos arranjos institucionais conducentes à justiça perfeita, nessa medida pressupõe que os seus princípios sejam completamente cumpridos. A justiça comparativa, pelo contrário, focando-se mais nas realizações sociais efetivas, procurando reduzir as injustiças mais do que pondo o seu foco numa ideia de justiça perfeita, aceita cumprimentos parciais e procura um modelo teórico para combater injustiças tendo em conta contextos desfavoráveis.

Antes de nos debruçarmos mais detalhadamente sobre as críticas feitas ao institucionalismo transcendental veremos como Sen começa por mostrar a importância de um modelo comparativo, em detrimento de um modelo institucional. O que diferencia essencialmente o institucionalismo transcendental da justiça comparativa é que esta permite fazer comparações de uma forma muito mais eficaz. Para sustentar esta tese Sen procede à distinção entre proximidade descritiva e proximidade valorativa (*ibid.*: 55).

A proximidade descritiva corresponde às semelhanças que poderemos notar entre descrições de dois objetos. Por exemplo, uma mistura de vinho tinto e vinho branco é mais parecida com vinho tinto do que o vinho branco, porque a mistura contém também vinho tinto. Por esse motivo, a cor bem como pelo menos algumas das características desse vinho (aroma, textura, etc...) estarão presentes nessa mistura, ainda que diluídas no vinho branco.

A proximidade valorativa corresponde às semelhanças valorativas entre dois objetos. Pegando no exemplo dado, se eu gostar mais do vinho tinto, seria de imaginar que eu gostasse mais de uma mistura de vinho tinto com vinho branco do que apenas vinho branco? Segundo Sen não, exatamente porque a proximidade descritiva não equivale a uma proximidade valorativa. O “vinho ideal” não serve como base para decidir entre vinho branco e a mistura de branco e tinto. Do mesmo modo, saber que a Mona Lisa é a pintura mais perfeita do mundo não nos ajuda a escolher entre um Dalí e um Picasso

(*ibid.*). É que, uma vez mais, mesmo que possamos dizer que as características de um aproximam-se mais da Mona Lisa do que o outro, essa proximidade é meramente descritiva e não valorativa.

Também Swift se debruça sobre este problema. O problema central que enfrenta uma teoria ideal é a dificuldade de comparação entre um estado não ideal do mundo e a teoria que propõe um modelo de justiça perfeita. Ele dá-nos o exemplo de um estado social em que só há duas opções: ou melhorar a educação das crianças, piorando a desigualdade de género; ou melhorar a desigualdade de género à custa de uma pioria da educação (Swift, 2008: 375). Evidentemente que num contexto ideal as duas coisas teriam de ser defendidas. Mas nesta situação, saber o que deve ser feito implica determinar o que mais se aproxima do ideal. Sen acha que este exercício é inútil, pelas razões apresentadas.

Esta argumentação de Sen relaciona-se com o problema do «segundo melhor». Quando pensamos em fazer a melhor opção em contextos não ideais, pensamos na segunda melhor opção, dado que a opção ideal não pode ser satisfeita. A este propósito Swift descreve-nos ainda o exemplo de Goodin. Goodin imagina que o Rolls Royce é o carro ideal. Não sendo possível adquirir esse carro, qual deveríamos escolher? Se imaginarmos três características que valorizamos e que são satisfeitas pelo carro, poderíamos pensar que um carro que apresentasse duas dessas três características seria melhor do que um outro que só apresentasse uma delas. Mas, na verdade, não é forçosamente verdade que esse seja o preferido. Como tal, o problema do segundo melhor não é resolvido pela determinação da proximidade valorativa (*ibid.*: 375).

Assim sendo, o institucionalismo transcendental não serve para fazer comparações entre estados do mundo não ideais. Portanto, o institucionalismo transcendental é inoperante para resolver situações concretas do mundo real, uma vez que no mundo real é necessário escolher entre várias possibilidades não ideais.

Mas será realmente assim? A resposta de Swift é que para resolver o problema do segundo melhor é necessário ir à base dos ideais e analisar os valores que lhes subjazem. Por exemplo, se valorizamos os valores da liberdade e da igualdade e não é possível implementá-los no grau desejado num dado contexto social, como saberemos que políticas implementar? A resposta não é, claro está, fácil, mas passará por fazer uma avaliação das razões pelas quais valorizamos os dois valores e tentar tomar a opção que mais se coaduna com a importância que damos a esses valores (*ibid.*: 377).

Como foi analisado no capítulo precedente, quando os factos contrariam os princípios, podemos manter-nos fieis ou não aos mesmos. O argumento que pretendemos desenvolver foi o de que não há uma total independência dos princípios normativos em relação aos factos. Isto porque, apesar de uma coisa serem os princípios e outra a sua aplicação, há uma conexão entre eles. Por exemplo, se um princípio falha sistematicamente em vários contextos, significa que há um padrão recorrente de não cumprimento da teoria. Claro que isso não implica necessariamente eliminar esses princípios, mas deve levar a reequacioná-los. Uma forma de o fazer é justamente a de fazer a avaliação proposta por Swift, que consiste em analisar os valores inerentes aos princípios defendidos. A clarificação dos valores que realmente pretendemos implementar ajuda a perceber em que medida os princípios que foram postos em causa de algum modo pelos factos devem ser alterados ou não, e em que medida. Essa clarificação permitirá hierarquizar os valores, o que, por sua vez facilitará a tarefa de decidir se deveremos manter os princípios intocados ou não, conforme analisamos no capítulo precedente, a propósito do exemplo da abolição da propriedade privada.

Valentini é uma autora que também discorda do ponto da argumentação de Sen. Segundo ela, efetivamente uma descrição da justiça perfeita não é tudo o que importa para alcançar um mundo mais justo, mas é uma parte importante (2011: 7). Segundo a argumentação de Sen, por exemplo, não é necessária uma teoria da justiça ideal para saber que a fome é injusta e que deve ser combatida. Um modelo de justiça comparativa consegue combater de um modo mais eficaz este problema, exatamente porque é capaz de analisar e comparar diferentes realizações sociais para determinar qual delas é melhor para este propósito de redução da injustiça. Esta afirmação tem como pano de fundo a ideia segundo a qual uma teoria da justiça transcendental não permite comparações, mas também que não é necessária, visto que é relativamente intuitivo saber que, por exemplo, a fome é injusta, ou que uma sociedade onde se prende pessoas arbitrariamente é mais injusta do que uma onde tal não acontece. Valentini concorda que efetivamente há um conjunto amplo de questões que reúnem este consenso. Não é preciso efetivamente ideias transcendentais de justiça para determinar que se deve eliminar a fome ou que se deve combater o abuso de poder que permite prender-se pessoas arbitrariamente. Mas Valentini acrescenta que esse consenso não existe a propósito de todas as questões importantes para a clarificação da justiça. A teoria da justiça transcendental é necessária, pois, para todas as questões que implicam divergências. Essas diferenças existem no que diz respeito à

distribuição de recursos escassos, por exemplo (*ibid.* 8). Por este motivo há pensadores mais libertários, que argumentam que o Estado deve interferir pouco na economia, e outros mais igualitários que consideram importante que o Estado intervenha e redistribua a riqueza, cobrando impostos para proteger os mais desfavorecidos. Sen poderia, no entanto, responder que estas questões que não reúnem consenso dispensam qualquer enquadramento transcendental. A justiça comparativa seria o modelo indicado para, com base numa discussão pública que clarificasse diferentes realizações sociais, escolher as políticas mais adequadas para diminuir a injustiça. Claro que Sen não ignora que há questões mais difíceis de resolver do que saber que uma sociedade em que há fome é mais injusta do que outra onde não há. Mas a argumentação dele centra-se na determinação de um modelo teórico que permita uma escolha social através da discussão pública democrática. De seguida procuraremos caracterizar este modelo.

5.2. Características da justiça comparativa

Da análise da distinção entre institucionalismo transcendental e justiça comparativa ficou já patente um argumento central de Sen a favor da justiça comparativa – o institucionalismo transcendental é desnecessário e insuficiente para fazer comparações entre estados do mundo não ideais.

Segundo Sen, a justiça comparativa corresponde a um modelo teórico contrário ao trabalho de pensadores iluministas que se focavam sobretudo, como vimos, nos arranjos institucionais que permitiriam instituir uma sociedade perfeitamente justa. Este modelo encontra raízes nos trabalhos teóricos de matemáticos franceses do século XVIII, como Borda e Condorcet, que pretendiam encontrar um modelo matemático que permitisse chegar a avaliações agregadas baseadas em prioridades individuais. O objetivo principal destes trabalhos seria evitar arbitrariedades e instabilidades nos procedimentos de escolha social (Sen, 2009: 146).

Por vezes, os resultados desses trabalhos traduziam-se em conclusões pessimistas. Um exemplo clássico disto é o paradoxo de Condorcet, que mostra como a escolha de uma preferência pode ter resultados paradoxais, mesmo que se escolhida por sistema democrático de maioria (*ibid.*).

Sen baseia-se neste modelo para fundar um modelo comparativo que permita reduzir as injustiças no mundo. O objetivo da justiça comparativa é o de promover um modelo racional de comparação de realizações sociais para encontrar as melhores soluções que permitam uma efetiva redução de injustiças. Para tal, é preciso arranjar um dispositivo social que permita fazer escolhas racionais. Uma das condições para tal é a existência de um sistema democrático que promova, mais do que haver meramente eleições, discussões públicas. Ou seja, a democracia é importante não apenas porque permite escolher por maioria, mas porque fornece procedimentos que permitam uma discussão pública consciente e racional, com base na qual a sociedade poderá fazer as escolhas que melhor promovam o bem-estar social.

Uma das características importantes da justiça comparativa é que promove uma imparcialidade aberta. O que Sen designa de imparcialidade aberta é uma imparcialidade que não se circunscreva apenas a uma sociedade, mas que procure uma grande abrangência para evitar aquilo a que chama de paroquialismo (*ibid.*: 184-185). Por outras palavras, uma imparcialidade aberta permite uma discussão mais informada, e «mais imparcial» na medida em que consegue acolher pontos de vista divergentes, socorrendo-se de realizações sociais provenientes de culturas diferentes e até discordantes da nossa. Claro que Sen admite que a imparcialidade também desempenha um papel relevante na teoria da justiça de Rawls. Porém, tratar-se-á de uma imparcialidade aberta, uma vez que se circunscreve a uma sociedade. Outra cisão entre uma imparcialidade aberta e fechada é que a imparcialidade de Rawls é contratualista, pressupõe uma unanimidade, ao passo que a que Sen propõe não exige unanimidade. O meio de decisão é comparativo e não transcendental e procede de uma discussão pública através da qual serão comparadas diversas realizações sociais para decidir qual deverá ser escolhida.

Outra característica da justiça comparativa corresponde ao designado conhecimento posicional. O conhecimento posicional corresponde à ideia de que a posição de um indivíduo afeta a sua observação. Por exemplo, o Sol e a Lua, vistos da Terra, parecem ter a mesma massa (*ibid.* 224). O conhecimento posicional relaciona-se com a imparcialidade aberta, dado que acolhe a ideia de que o nosso conhecimento é influenciado pela nossa posição, isto é, pela nossa cultura. Claro que a imparcialidade aberta tem também muitas vantagens. Efetivamente, ao defender uma imparcialidade aberta que seja capaz de abranger uma diversidade de pontos de vista culturais, Sen estará sem dúvida a evitar o paroquialismo, ou seja os preconceitos culturais, permitindo uma

aprendizagem com as culturas diferentes da sua. Além disso, esta visão universalista é certamente muito importante no mundo atual, uma vez que muitas ações políticas de um país têm efeitos noutros países. Por exemplo, a invasão do Iraque por parte dos americanos teve um forte impacto na população iraquiana, não só pelos efeitos diretos da guerra sobre ela, mas também um impacto económico (ibid. 192).

Mas que implicações terá o conhecimento posicional para a ética e para a política? Será a defesa de valores universais incompatível com a ideia de conhecimento posicional? À primeira vista assim parece, dado que o conhecimento posicional pressupõe que o conhecimento é influenciado pelas culturas particulares. Como escapar, pois, de um relativismo cultural daqui decorrente, e como compatibilizar esta conceção do conhecimento com a defesa dos Direitos Humanos e de valores como a democracia e o bem-estar. Certamente não será fácil responder a esta objeção. Todavia, da leitura da obra de Sen parece claro que ele não defende uma visão relativista da justiça. Por exemplo, a justiça comparativa implica uma discussão pública informada, e esta depende de um sistema democrático eficaz. Portanto, a justiça comparativa não é tão aberta que permita uma conceção não democrática da justiça. Por outro lado, um dos argumentos mais fortes de Sen é o de que não é preciso conceber uma justiça perfeita para escolher qual de vários estados do mundo não ideais é menos injusto. Por exemplo, reduzir a fome é reduzir a injustiça, sejam quais forem as particularidades culturais que possam condicionar o modo de pensar a justiça.

Assim, nem todo o conhecimento posicional é necessariamente subjetivo. A garantia da objetividade posicional é justamente a resolução de problemas de justiça através de uma discussão pública informada e democrática, que permita reduzir gradualmente problemas que ninguém de boa-fé possa considerar que não devam ser resolvidos, como sejam a fome, a guerra, etc... Abrir a discussão pública às diversas culturas não significa, pois, abrir mão de valores fundamentais (por exemplo, os que estão inscritos nos Direitos Humanos), mas apenas perceber que há uma grande diversidade de modos de resolução de problemas, e que, porventura, estes não podem ser resolvidos sempre do mesmo modo, exatamente porque, se as sociedades são diferentes, as soluções poderão ter de ser igualmente diferentes.

No entanto, Sen reconhece alguns problemas no conhecimento posicional. Um dos mais relevantes é aquele que Sen designa de ilusões objetivas. Ele usa alguns exemplos

para ilustrar este problema. Destacamos aqui dois: onde há mais mulheres subordinadas há menos mulheres cientistas, o que alimenta o preconceito de que as mulheres são menos competentes do que os homens no domínio científico; os estados indianos menos desenvolvidos e com mais doenças são aqueles em que há uma menor percepção da doença, o que significa que a percepção da doença é afetada pelo contexto socioeconómico. Estes dois exemplos ilustram como um conhecimento posicional poderá alimentar preconceitos que impeçam um incremento da justiça, dado que se traduzem em ilusões objetivas. A objetividade resulta de a ilusão decorrer dos factos. No primeiro exemplo, efetivamente as mulheres têm menores competências científicas, mas apenas porque têm menos oportunidades para estudarem. O exemplo da percepção da doença é também paradigmático, na medida em que permite-nos concluir que quanto piores forem as condições de vida menor será o espírito crítico para avaliar essas condições.

A resposta do próprio Sen a estas limitações do conhecimento posicional centra-se na ideia da imparcialidade aberta. Esta imparcialidade tem origem na ideia de espetador imparcial formulada por Smith, e que, em linha gerais, propõe a convocação sistemática de perspetivas vindas de outras paragens. Este tipo de imparcialidade, como vimos, tem a vantagem de evitar o paroquialismo, isto é, o centramento excessivo na nossa cultura, e que não nos permite comparar as nossas realizações sociais com as de outros locais. Essa comparação permitiria, sem dúvida, aprender e melhorar mais rapidamente. Ora, se isto é válido para a nossa cultura ocidental, também é válido para culturas em que haja muita pobreza e em que as mulheres são discriminadas. O espetador imparcial exige que nos descentremos do nosso círculo cultural para percebermos as possíveis vantagens de realizações sociais de outros locais (*ibid.*:240-241).

5.3. As críticas de Sen ao institucionalismo transcendental

Uma vez analisadas algumas das características da justiça comparativa preconizada por Sen, importa agora analisar algumas críticas ao institucionalismo transcendental. Uma vez que o institucionalismo transcendental, como vimos, está intimamente ligado ao tipo de teorias ideais que têm sido alvo de análise no nosso trabalho, é importante perceber os argumentos que Sen lhe endereça.

Em primeiro lugar faremos uma análise de alguns argumentos gerais contra o institucionalismo transcendental. De seguida debruçar-nos-emos sobre críticas específicas à teoria da justiça de Rawls.

5.3.1. Problemas gerais do institucionalismo transcendental

Uma das críticas mais fortes que Sen fez ao institucionalismo transcendental já foi analisada no início deste capítulo, a de que o institucionalismo transcendental não é necessário nem suficiente para fazer comparações entre diversos contextos não ideais. Se assim for, pode-se também sustentar que dificilmente a teoria ideal servirá para incrementar a justiça no mundo, uma vez que muitas (se não todas) as decisões políticas tomadas implicam fazer uma opção entre diversos cenários não ideais. No entanto, este argumento merece uma análise cuidada.

Dividamos a argumentação de Sen em duas partes. A primeira parte dirá respeito à questão de o institucionalismo transcendental não ser necessário para fazer comparações. Que uma conceção de justiça perfeita não seja necessária para fazer opções entre circunstâncias não ideais parece claro. Efetivamente, parece óbvio que uma sociedade onde não há muitos pobres e onde se prende arbitrariamente pessoas é menos injusta do que outra em que há muitos pobres e se prende arbitrariamente pessoas, como notou Valentini. Porém, a mesma autora salientou que nem todas as questões da justiça se prendem com coisas tão óbvias quanto isto. Assim, ainda que dificilmente haja discordâncias quanto à necessidade de eliminar a fome ou os abusos do poder do Estado, não é tão óbvio que haja a mesma concordância quanto ao modo de distribuir bens escassos, e as teorias ideais também servem para clarificar como se deve fazer isso (Valentini, 2011: 8).

Em suma, o institucionalismo transcendental não é tudo o que importa para uma teoria da justiça, mas também é importante. O problema da fome e da arbitrariedade do poder não esgotam a justiça. Neste ponto, parece haver um paralelismo com Stemplowska, quando esta afirma que, ainda que a teoria ideal faça falsos pressupostos, se a descartarmos estaremos a rejeitar problemas extensos, porém necessários para uma teoria

da justiça eficaz (2008: 326)¹². A aceitarmos este contra-argumento de Valentini, rejeitaremos a ideia de que o institucionalismo transcendental não é necessário para fazer comparações (pelo menos às vezes é-o).

Claro que Sen poderia responder a esta objeção. Certamente que haverá questões mais complexas, tais como o modo de distribuir recursos escassos. Se não houvesse divergências quanto ao modo como distribuir recursos escassos, não haveria diferentes partidos políticos com propostas políticas diferentes. Porém, da análise dos argumentos de Sen pode-se concluir que essas decisões políticas dispensam um enquadramento transcendental. Para resolver questões mais complexas não é preciso ter a ideia de uma justiça perfeita, basta ter um mecanismo de decisão democrática, através do recurso a uma discussão pública que permita comparar diferentes realizações sociais para determinar a ação política que melhor permita melhorar as condições de vida da sociedade¹³.

Mas Sen não diz apenas que o institucionalismo transcendental não é necessário para fazer comparações. Diz também que não é suficiente para fazer comparações. O núcleo central da argumentação reside na distinção entre aproximação descritiva e aproximação valorativa. Ou seja, não há qualquer garantia que um estado social não ideal que obedeça a muitas das características do estado social ideal seja preferível a outro que não tenha tantas características em comum com esse estado, como vimos a propósito do exemplo do vinho tinto e do quadro do Dalí. Por outras palavras, não só não é preciso, segundo Sen, teorias ideais para fazer comparações entre opções não ideais, como é contraproducente usá-las para esse fim.

A este propósito é útil analisar o problema do segundo melhor, a que já aludimos. Analisemos um exemplo usado por Goodin para ilustrar este problema: imaginemos que o nosso carro ideal é um Rolls Royce prateado. Mas imaginemos que o vendedor diz-nos que não está nenhum disponível na loja. O que fazer para escolher a segunda melhor opção? Uma resposta lógica seria escolher o carro cujas características fossem mais semelhantes ao Rolls Royce prateado. Assim, por exemplo, das três características que

¹² Vide: Stemplowska (2008: 331). Veja-se o exemplo do ensino privado e do ensino público: se uma teoria ideal defender a ideia de que toda a educação deve ser pública, numa situação não ideal (por exemplo, num contexto desfavorável em que o ensino público não garanta as melhores condições de aprendizagem, por incompetência governativa ou outras condicionantes) será legítimo que os pais de uma criança coloquem-na num colégio privado. Todavia, a ideia de que o ensino público deverá ser o ensino por excelência num contexto ideal fará toda a diferença, até para orientar políticas futuras para investir mais na qualidade do ensino público, por exemplo.

¹³ Tendo em conta o exemplo de Stemplowska acerca do ensino público e privado, se seguirmos esta linha de raciocínio concluiremos que para saber se devemos ou não defender que toda a educação deve ser pública, devemos comparar diferentes realizações sociais para determinar se esta medida favorecerá ou não as condições de vida gerais, sem qualquer consideração transcendental.

achássemos mais importantes no nosso carro ideal, estivessem presentes duas delas noutro, essa seria a escolha certa. Mas o problema do segundo melhor reside precisamente no facto de não ser necessariamente verdade que este carro, por ter duas das três características que achamos mais importantes seja a segunda melhor opção (1995: 53). O argumento utilizado por Sen remete-nos precisamente para esta questão. Portanto, a comparação com um modelo ideal é contraproducente. Se, ao invés, nos concentrarmos nos carros efetivamente existentes, analisando-os, será mais fácil e informada a nossa escolha.

Pode-se certamente contrapor que a questão da justiça é mais complexa do que a escolha de um carro. Certamente que sim, mas possivelmente esta constatação ainda dará mais força ao argumento. No que diz respeito a uma teoria ideal da justiça, esta poderá propor um conjunto de princípios (e recomendações, como propõe Stemplowska (2008), e pressuporá um total cumprimento dos mesmos, como vimos. Ora, é muito difícil (se não impossível) implementar todos esses princípios. Como Goodin salienta, imagine-se que idealmente queremos maximizar a liberdade e a igualdade, mas talvez a implementação da liberdade prescrita ponha em causa a igualdade (1995: 53). Nesse caso estaremos perante um problema do segundo melhor. Como implementar, pois, a segunda melhor opção?

O exemplo da implementação do princípio da abolição da propriedade privada de Marx, explorado no capítulo quatro, poderá ajudar-nos a analisar este problema. Claro que o exemplo de Goodin é diferente deste na medida em que nesse exemplo a dificuldade consiste em conciliar dois valores simultaneamente, a liberdade e a igualdade, enquanto que este exemplo do capítulo quatro a que aludimos diz respeito a factos que põem em causa, de algum modo, a viabilidade do princípio defendido. Porém, o ponto essencial é que em ambos os casos há um problema de não cumprimento da teoria.

O que tentamos mostrar neste exemplo do capítulo quatro foi que, perante dificuldades de implementação dos princípios, não devemos necessariamente alterar o princípio, mas também não deveremos deixar de o analisar em face das dificuldades causadas pela sua implementação. Argumentámos, contra Cohen, que a independência do princípio não é tanta que possa prescindir de escrutínio crítico quando os factos mostram padrões recorrentes de não cumprimento.

De que modo esta análise permite responder ao problema do segundo melhor? A nossa proposta foi que, perante constrangimentos da aplicação da teoria, devemos analisar os valores que consideramos essenciais. Primeiro que tudo, é necessário explicar a diferença entre valores e princípios. Aceitamos aqui a definição de princípio de Cohen, segundo a qual um princípio normativo é, em geral, uma diretiva geral que diz aos agentes o que devem fazer (2003: 211). Os valores estão inscritos nos princípios, e juntamente com os argumentos, são a justificação dos princípios. Stemplowska realça também a importância dos valores e dos argumentos, considerando-os partes integrantes da estrutura interna de uma teoria normativa (2008: 323).

Assim, o princípio da diferença de Rawls faz parte da sua teoria da justiça, e terá como valor fundamental a igualdade. Claro que quando se fala do valor da igualdade este tem de ser definido, porque pode-se entender por igualdade muitas coisas diferentes. Por exemplo, pode-se achar que igualdade pressupõe que todas as pessoas tenham o mesmo salário, ou, pelo contrário, pode-se achar que a igualdade é compatível com diferenças salariais conquanto os mais desfavorecidos sejam protegidos através, por exemplo, de políticas justas de redistribuição da riqueza, como Rawls defende (1971). Para defender tal princípio, claro está, é necessário construir uma linha argumentativa coerente, que permite também ligar os valores que estão na base dos princípios defendidos. Na teoria da justiça de Rawls a argumentação permite ligar os valores da liberdade e igualdade, explicando, por exemplo, o porquê da prioridade da liberdade sobre a igualdade.

Também no nosso exemplo do capítulo quatro há um princípio, o da abolição da propriedade privada. A questão aí colocada prendia-se com o não cumprimento desse princípio. Assim, se esse princípio teve maus resultados económicos recorrentes nas sociedades em que foi implementado (por exemplo, se os rendimentos dos trabalhadores dessas sociedades fosse inferiores sistematicamente ao dos seus congéneres capitalistas), dever-se-ia analisar os valores (e acrescentamos, os argumentos) que estão na base da formulação desse princípio. Claro que pode haver vários argumentos e vários valores defendidos com a implementação deste princípio, mas a sua análise também implica uma hierarquização desses argumentos e valores. Deste modo, se pretendemos, acima de tudo o bem-estar dos trabalhadores (e se acreditamos que alguém só tem bem-estar se tiver rendimentos suficientes para ter uma vida desafogada que lhe permita satisfazer as necessidades básicas, mas também aceder a bens culturais e outros que permitam enriquecer a sua vida espiritual), mas também a justiça (e se acreditamos que não pode

haver inteira justiça se quem mais produz apenas recebe uma parte reduzida do lucro), então teremos de hierarquizar os valores, recorrendo a argumentos. Se concluirmos que o bem-estar é mais relevante do que a justiça, será lógico pensar que o princípio pode ser reformulado, à luz do padrão de insucesso económico sistemático da sua aplicação.

Em que medida este exemplo permite responder ao problema do segundo melhor? O argumento que pretendemos desenvolver é o seguinte: perante dificuldades de não cumprimento dos princípios prescritos pela teoria ideal, ajudará a perceber qual a solução não ideal que melhor se ajusta àquela que defendíamos a análise dos valores que estão por detrás do princípio que pretendíamos implementar. Neste último caso, ao hierarquizarmos os valores que realmente pretendíamos defender, pudemos decidir se nos atínhamos ao princípio ou se o reformulávamos para melhor alcançarmos os efeitos sociais pretendidos.

Se assim procedermos, estaremos simultaneamente a reconhecer a importância dos factos e das realizações sociais, e a importância dos princípios que Sen qualificaria de transcendentais.

Outra crítica geral que Sen faz é que a justiça não depende só das instituições mas também do comportamento real das pessoas (Sen, 2009: 56). Uma vez mais está aqui patente o não cumprimento das soluções transcendentais. Porém, não será o comportamento real das pessoas também moldado pelas instituições? Além do mais, como nos mostra Rawls, construir uma teoria ideal da justiça não implica necessariamente ignorar que o comportamento real das pessoas e dos governos sejam importantes. O facto de Rawls acautelar que pode ser necessário aplicar teorias não ideais em casos de incumprimentos que ponham em causa a prossecução da teoria ideal parece mostrar que se pode incluir essa preocupação com os comportamentos reais na teoria ideal ¹⁴.

Sen destaca igualmente o perigo de uma teoria transcendental sobrevalorizar a razão, uma característica decorrente da tradição iluminista. Destaca, a este propósito, as atrocidades de Estaline, entre outros (*ibid.*: 75). Evidentemente, Estaline não terá cometido todas as atrocidades dele conhecidas porque era um teorizador transcendental, mas, segundo Sen, a tradição iluminista, que, como vimos foi precursora do pensamento

¹⁴ Vide: Rawls (1971), Simmons: 2010). Rawls explica a importância da teoria não ideal para fazer face a constrangimentos que a teoria ideal enfrenta, e que permitam melhor alcançar os objetivos pretendidos; Simmons analisa também o papel que Rawls reconhece à teoria não ideal.

transcendental, favoreceu uma excessiva confiança na razão, o que, por sua vez, pode também favorecer posições políticas mais extremadas (ibid.). Pode-se contrapor a isto que não há um vínculo necessário da defesa de uma teoria ideal da justiça a posições extremadas, mas se a teoria ideal nos diz como deve ser o mundo em condições ideais, quanto mais otimistas formos em relação a essas condições mais propensão teremos para querermos defender os princípios prescritos, por mais que os factos contrariem a aplicação dos princípios. Também por isso se torna necessário moderar a teoria ideal. Rawls, por exemplo, fá-lo ao salientar a importância da teoria não ideal como meio de transição para uma teoria ideal. Também a nossa proposta irá nesse sentido, acautelando a necessidade de um exame crítico dos princípios quando postos em causa por constrangimentos factuais.

Estas são algumas das críticas gerais feitas por Sen às teorias transcendentais da justiça. De seguida iremos analisar especificamente algumas críticas feitas à teoria da justiça de Rawls, dado que Sen concentrou-se bastante na sua teoria para fundamentar a importância de um modelo comparativo da justiça, em detrimento de um modelo transcendental da justiça.

5.3.2. Críticas à teoria da justiça de Rawls

Uma das críticas mais importantes de Sen à teoria da justiça de Rawls é que nada garante que, sob um véu de ignorância, todos os cidadãos escolhessem um único conjunto de princípios conducentes a uma sociedade justa (ibid.: 103).

Valentini trata esta questão da suposta inflexibilidade dos princípios da justiça de Rawls. Citando G.A. Cohen, nota que uma teoria transcendental não se centra sobretudo na sua relevância prática, mas na relevância teórica; o que uma teoria deste tipo nos diz é como devemos pensar, mais do que como devemos agir (Valentini, 2012: 5). Deste modo, o facto de ser possível haver vários princípios concorrentes e não apenas um conjunto de princípios não diminui a sua importância. A teoria vale pela sua argumentação, em suma, pela sua capacidade de nos mostrar como devemos pensar. Contudo, se estamos a discutir a questão da aplicabilidade de uma teoria ideal, torna-se certamente relevante saber se esta tem relevância prática. Todavia, o argumento aqui patente consiste em afirmar que a teoria pode ter relevância prática, mas antes de tudo o mais ela diz-nos o que pensar, mais

precisamente, diz-nos como deve ser uma sociedade justa. Podem certamente existir outras propostas teóricas (e Rawls não o ignoraria, seguramente), mas isso não tira valor a nenhuma delas.

Sen menciona também que Rawls preocupa-se mais com os aspetos institucionais do que os comportamentais, crítica a que já aludimos. Valentini, porém, contraria esta ideia, explicando que a sua teoria é suficientemente maleável para permitir que numa sociedade onde há discriminação social se proceda a uma discriminação positiva, em nome do princípio da igualdade de oportunidades (*ibid.*:11); no caso de esses preconceitos raciais não existirem, já não se aplicará a discriminação positiva. Portanto, a teoria de Rawls também permite uma adequação dos princípios a fatores comportamentais.

Outro ponto importante realçado por Sen prende-se com a questão dos bens primários. O facto de a teoria de Rawls ser transcendental faz com que se foque mais nos aspetos institucionais, e isso traduz-se, entre outras coisas, na defesa dos bens primários. Sendo o rendimento um bem primário, Rawls defende que uma sociedade justa deverá ajudar os mais desfavorecidos, redistribuindo a riqueza gerada. Porém, duas pessoas igualmente desfavorecidas poderão ter necessidades completamente distintas. Por exemplo, uma mulher deficiente pode necessitar mais de dinheiro do que uma mulher não deficiente, devido à sua condição de saúde. Logo, mais do que bens primários, devemos estar atentos às reais capacidades das pessoas (*ibid.*:114). Uma teoria comparativa permitirá um centramento nas reais capacidades das pessoas, atendendo às suas reais dificuldades, ao invés de se centrar simplesmente no funcionamento institucional.

No entanto, uma vez mais, é duvidoso que Rawls não pudesse encontrar uma solução para esta questão. Nada implica que o único critério para determinar quem são os mais desfavorecidos sejam os rendimentos líquidos que auferem; pode-se certamente inserir nesta equação despesas concretas que tenham devido ao problema de saúde de que sofrem.

Sen faz também um reparo à demasiada prioridade dada à liberdade sobre a igualdade. Num país muito pobre pode ser mais urgente prestar cuidados médicos e resolver situações graves de pobreza do que implementar todas as liberdades básicas que se considerem relevantes¹⁵. Dissemos que perante uma situação de incumprimento da teoria

¹⁵ Vide: Farrelly (2007). Explorámos esta questão com a análise de Farrelly sobre a necessidade de pesar os direitos, dado que a implementação de todos os direitos têm custos.

ideal, é necessário avaliar os valores que estão na base dos princípios que defendemos e que consideramos mais relevantes. Nesta situação, dada a urgência de resolver situações graves de fome, por exemplo, se da nossa análise resultar que é mais importante resolver o problema da fome do que salvaguardar que todos tenham o direito ao voto¹⁶, devemos implementar essas medidas. Porém, contrariamente ao que Sen diz, daí não resulta necessariamente a conclusão de que a teoria transcendental é inútil ou contraproducente, resulta antes a conclusão de que ela é importante mas não totalmente independente dos constrangimentos factuais.

Além destes problemas, Sen aponta ainda o problema de, mesmo que a escolha das instituições seja unânime, o seu funcionamento depende dos comportamentos das pessoas. Não parece claro, todavia, que esta razão seja suficientemente forte para pôr em causa a importância da teoria de Rawls. É certo que o seu funcionamento depende dos comportamentos reais das pessoas, mas isso não implica necessariamente que essas regras institucionais não sejam verdadeiras. Mesmo que possam falhar, daí não se segue necessariamente que não devem existir. Ademais, se é verdade que o funcionamento das instituições depende dos comportamentos das pessoas, também poderemos alegar que as instituições também ajudam a moldar o comportamento das pessoas. Rawls parece não ignorar que os contextos podem não favorecer o correto funcionamento institucional, daí a importância de colocar em prática as teorias não ideais como meios transitórios para alcançar os objetivos da teoria ideal, como vimos atrás.

Outro problema abordado por Sen prende-se com o facto de considerar que a imparcialidade da teoria de Rawls é fechada. Como vimos no subcapítulo anterior, a teoria de Rawls corresponde a uma imparcialidade fechada na medida em que está circunscrita a uma sociedade (Sen, 2009: 185). Como tal, a imparcialidade de Rawls é insuficiente porque exige uma imparcialidade em relação aos nossos próprios interesses, mas não estende essa exigência à necessidade de imparcialidade relativamente aos preconceitos de uma cultura (*ibid.*:204). Tal como foi anteriormente analisado, as desvantagens desta circunscrição são diversas. Uma das mais importantes é o facto de vivermos num mundo global em que muitos dos problemas carecem de uma resolução concertada, o que exige soluções globais, tais como sejam a pobreza global e os problemas ambientais, bem como a economia (a economia mundial é cada vez mais interdependente, como ficou

¹⁶ Vide: Farrelly (2007): Este foi o exemplo dado por Farrelly para ilustrar como por vezes é mais urgente implementar medidas de redistribuição da riqueza do que políticas que defendam as liberdades básicas.

demonstrado pela recente crise das dívidas soberanas). De acordo com Sen, a desvantagem deste modelo relativamente ao modelo comparativo é que não permite comparações, dado que pressupõe unanimidade, enquanto que o modelo comparativo convive mais pacificamente com posições distintas. Assim, há também uma crítica implícita às teorias transcendentais na medida em que, dado que nos dizem como deve ser uma sociedade perfeitamente justa, não admitem soluções diversas, e, como tal, impedem uma abertura a uma diversidade de posições sem as quais a própria democracia não pode funcionar eficientemente, uma vez que necessita de debate e de posições antagónicas. Esta crítica é forte. Sem dúvida que é difícil que uma teoria ideal deixe de propor um conjunto de soluções que, pressupondo um total cumprimento, pressupõem também uma unanimidade em relação às mesmas. Claro que nada impede que essas soluções sejam suficientemente gerais que possibilitem diversas soluções possíveis que estejam de acordo com elas. Além do mais, como Cohen referiu, o que a filosofia deve perseguir é o que devemos pensar e não o que devemos fazer (2008: 268). Como tal, uma teoria da justiça ideal pode e deve ter a ousadia de argumentar a favor de um determinado ideal de sociedade, o que não significa necessariamente que seja dogmática. Neste sentido, Rawls revela-se muito moderado, reconhecendo inclusivamente obstáculos á implementação dos princípios, e reconhecendo que a sua teoria não é aplicável em todas as sociedades.

Para finalizar, uma das críticas gerais mais importantes que Sen faz ao institucionalismo transcendental é extensível à teoria da justiça de Rawls – não permite fazer comparações. Evidentemente que se as teorias transcendentais, como vimos, não permitem comparações e a teoria da justiça de Rawls é transcendental, então também ela não permitirá comparações. Quando analisámos este problema contestámos já esta pretensa impossibilidade de comparação. Também Valentini contraria esta ideia. Vimos que podemos desdobrar esta questão em duas: a primeira é a questão da não necessidade de comparação; a segunda é a da não suficiência da comparação. Quanto à primeira questão, Valentini contesta o facto de não ser necessário comparar, porque nem todas as questões são tão consensuais como a fome ou a arbitrariedade do poder; a propósito da distribuição de bens escassos não é fácil haver unanimidade de qual solução permite melhor diminuir a injustiça no mundo (2011: 8). Porém, replicámos que Sen poderia concordar com esta posição, mas poderia acrescentar que não é preciso soluções transcendentais, mesmo a propósito de problemas cuja solução não seja consensual. O

seu modelo de justiça comparativa é perfeitamente suficiente, mesmo nestes casos. Uma análise racional das realizações sociais, através de mecanismos de discussão pública eficazes e democráticos é o desejável para permitir uma eliminação gradual da injustiça no mundo.

Quanto à teoria da justiça de Rawls, Valentini mostra que ela permite fazer comparações com contextos não ideais. Por exemplo, ainda que duas sociedades não redistribuam a riqueza gerada de modo justo, será mais justa aquela onde as liberdades básicas sejam mais respeitadas (*ibid.*:9).

5.4. Conclusão

A conclusão geral a extrair deste capítulo dedicado a Sen é que o modelo comparativo da justiça é efetivamente importante, mas que ele não é necessariamente incompatível com uma justiça transcendental. Tendo nós identificado a teoria transcendental da justiça com a teoria ideal, estaremos, pois, a defender que a teoria ideal também serve para fazer comparações entre estados do mundo não ideais. Porém, a ideia de Sen segundo a qual podemos fazer comparações sem termos uma ideia de justiça perfeita parece-nos acertada. Os exemplos por ele dados são, de facto, convincentes. Na verdade, nos debates políticos contemporâneos da nossa sociedade democrática e liberal, cada vez mais se fala de um discurso político sem conteúdo ideológico. Se isso é verdade, não é verdade, todavia, que os partidos políticos não ofereçam soluções políticas diversas. E se assim procedem é para fazerem aquilo que Sen justamente designa por reduzir as injustiças. As diversas propostas políticas dos partidos, enquadradas, por exemplo, nos seus programas políticos, são as suas tentativas de respostas a problemas que a sociedade, no seu todo, enfrenta. Para tal, não é necessário haver uma ideia transcendental de justiça, basta ter uma ideia de como minorar problemas reais.

No entanto a questão que importa levantar é se esta conceção de justiça é ela própria suficiente para construir uma teoria da justiça forte. Na última parte iremos analisar esta questão com maior profundidade.

Para já importa ressaltar que a crença num modelo de justiça comparativa não é necessariamente inibidora de uma crença num modelo transcendental, e vice-versa. A diferença entre teorizadores ideais que possam pensar que a teoria ideal dispensa qualquer

aproximação comparativa e aqueles que pensam que esta necessita de ter em conta possíveis constrangimentos tem que ver com o grau de moderação desses teorizadores. Por exemplo, Rawls mostra-se sensível à necessidade de fazer face a problemas de cumprimento da teoria ideal quando argumenta que as teorias não ideais poderão ter um papel a desempenhar em contextos desfavoráveis. Nesses casos é certamente importante implementar um método que permita fazer comparações para escolher a melhor opção. Mas, como vimos, o ponto de discórdia diz respeito à possibilidade de comparação com a justiça perfeita. Sen argumenta que é mais fácil comparar dois estados não ideais do que comparar um estado não ideal com um ideal. Os nossos exemplos a propósito do problema do segundo melhor tentaram mostrar que também é possível fazer comparações com o ideal.

Subsiste uma questão. Porquê comparar um estado não ideal com o ideal se podemos comparar estados não ideais entre si e isso permite reduzir as injustiças no mundo? Se acrescentarmos a isto que nunca será possível um mundo perfeitamente justo, mais força daremos a esta ideia. Uma possível resposta é que se não nos preocuparmos com o que deve ser a justiça perfeita estaremos a ser pouco ambiciosos, e correremos o risco de nos limitarmos a corrigir problemas e a evitar piores males sociais, ao invés de procurar uma mudança que possibilite romper efetivamente com o *status quo*. Um dos perigos de uma teoria não ideal é aquilo a que Estlund chamou de realismo complacente (2014:115). Os factos sociais não são equiparáveis a factos naturais, na medida em que as sociedades são dinâmicas, e não completamente previsíveis. Se a mudança comporta perigos, também comporta oportunidades de melhorias significativas. Claro que é importante ter em conta os factos e as realizações sociais, mas o perigo de só se ter em conta os factos e as realizações sociais é que estes não permitem ver para lá do que aconteceu.

Evidentemente, da nossa argumentação resulta a ideia de que os princípios também podem ser avaliados pelos factos. O exemplo da abolição da propriedade privada serviu este propósito. Esta avaliação é importante para perceber a limitação dos nossos princípios ideais, mas sem estes também estaremos a perder a oportunidade de avaliar de forma ambiciosa a realidade social. São os princípios, em suma, que nos permitem

perceber que, apesar de não ser possível algo que consideramos importante no imediato, esse deve ser o nosso propósito futuro¹⁷.

Assim acabámos a segunda parte do nosso trabalho, consagrada à análise dos principais problemas colocados à teoria ideal. Partindo da análise feita nesta parte e das conclusões extraídas, procederemos na terceira parte a um ponto da situação relativamente ao problema da aplicação da teoria ideal no mundo real. Discutiremos, pois, em que medida e extensão poderá a teoria ideal ser útil para a tarefa política de construir um mundo mais justo.

¹⁷ Uma vez mais, o exemplo de Stemplowska ilustra esta ideia. Mesmo que não seja possível colocar os meus filhos numa escola pública porque, por exemplo, o ensino público está degradado, idealmente deveria só existir a escola pública. Ainda que as circunstâncias históricas não o permitam, ter esta orientação fará toda a diferença para implementar futuramente medidas políticas que permitam investir recursos no ensino público, uma vez que acreditamos que ele permite melhor defender valores como a igualdade e a liberdade (Stemplowska, 2008: 331).

III – A TEORIA IDEAL E A SUA APLICABILIDADE PRÁTICA

CAPÍTULO 6

PAPEL DA TEORIA IDEAL NA CONSTRUÇÃO DE UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA, E SUAS LIMITAÇÕES

6.1. A centralidade do problema do não cumprimento para a discussão da relevância prática da teoria ideal da justiça

Depois de termos discutido argumentos relevantes no âmbito da aplicabilidade prática da teoria da justiça, importa agora tirar algumas conclusões desses argumentos, com o fim de tentar responder em que medida e extensão tem a teoria ideal relevância para uma teoria da justiça que ambicione a ser implementada, mesmo em condições não ideais.

Em primeiro lugar argumentaremos que, embora haja bastantes distinções importantes entre teoria ideal e teoria não ideal que podemos encontrar na literatura, o problema do não cumprimento é central nesta discussão. A razão que apontamos para tal não se prende exclusivamente nem principalmente por corresponder historicamente à distinção original entre as duas teorias (que, como vimos, foi atribuída a John Rawls, na sua *Teoria da Justiça* (1971)). Suportamos esta afirmação no facto de que qualquer característica que atribuamos à teoria ideal e à teoria não ideal tem como pano de fundo a exigência ou não de cumprimento dos requisitos da teoria. Assim, a teoria ideal poderá ser considerada utópica na medida em que, ao pressupor o total cumprimento dos seus princípios, poderá ser alvo da crítica de que esses princípios dificilmente ou jamais serão implementados, ao passo que o realismo está mais associado à teoria não ideal porque ela não faz essa exigência, e, como tal, poderá adaptar-se mais facilmente às dificuldades de implementação que encontrará pelo caminho¹⁸. Do mesmo modo, a teoria ideal poderá ser considerada pouco sensível aos factos porque não centra tantas atenções nos possíveis constrangimentos que os factos possam pôr em evidência, uma vez que assume o total cumprimento das suas prescrições, contrariamente à teoria não ideal, que, não partindo de tal pressuposto, considerará mais facilmente esses constrangimentos.

¹⁸ Já vimos, no entanto, que esta distinção poderá ser um pouco simplista, dado que o próprio Rawls, defendendo uma teoria ideal da justiça, reconheceu que a teoria ideal poderá ser difícil de implementar em determinadas circunstâncias não ideais. Nessas circunstâncias a teoria não ideal terá também um papel a desempenhar, embora o objetivo da sua utilização seja, na opinião de Rawls, o de favorecer a implementação dos princípios ideais (Rawls, 1971); (Simmons, 2010).

A questão central é que se uma teoria pretende prescrever princípios que deverão ser integralmente cumpridos, então, à partida, os possíveis obstáculos que possa encontrar não deverão ser bloqueadores da mesma. Se a teoria não ideal, pelo contrário, pressupõe apenas um cumprimento parcial, já terá espaço para considerar possíveis incumprimentos.

O paradoxo aparente da teoria ideal no que diz respeito à sua aplicabilidade prática é que pressupõe o total cumprimento e arrisca-se ao incumprimento, que é o oposto dos seus pressupostos. Porém, como vimos, a questão é que essa aparente contradição não só não tem de lhe retirar valor prático, como lhe pode conferir, pelo contrário, um valor adicional. Há várias razões que podem ser apontadas para a teoria ideal ter valor, mesmo que não possa ser cumprida. Desde logo, pode-se sustentar que uma teoria ideal não tem de ser implementada. Segundo este ponto de vista, uma teoria ideal tem valor em si mesma, independentemente da sua implementação. Contudo, uma possível consequência deste argumento é que a teoria ideal nem sequer deve ter aspirações a ser aplicada. Não consideramos este argumento forte. Ainda que, como Cohen sustenta, os princípios sejam independentes dos factos, os constrangimentos à sua implementação podem ser de tal modo fortes e persistentes que a sua sustentação deve merecer uma análise detalhada. Uma das conclusões da nossa análise é que os princípios não são tão independentes dos factos que possam dispensar inteiramente um escrutínio crítico quando, por exemplo, foram implementados diversas vezes e em contextos diversos (por exemplo, em sociedades com culturas diferentes) e o resultado da sua implementação não só não foi o esperado como possivelmente até pode ter tido resultados maus (por exemplo, da sua aplicação resultou mais injustiça).

Claro que também esta conclusão merece uma atenção detalhada. Primeiro que tudo, pode ter falhado a implementação da teoria exatamente porque ela não foi inteiramente cumprida, mas apenas parcialmente, com incorreções e distorções. Além desta razão para ter falhado, pode ter falhado por incompetência ou corrupção das elites, ou muitas outras condicionantes. Ou seja, o facto de a teoria não ter sido cumprida não significa que não pudesse ter sido¹⁹.

¹⁹ Este é, de resto, um dos argumentos centrais de Estlund a favor da teoria ideal: a distinção *won't do/can't do* põe justamente em evidência que uma teoria poderia ter sido cumprida apesar de não o ter sido (2011: 212). A este propósito é também interessante constatar que mesmo quando as razões da não implementação se prendem com fatores económicos, não é de todo evidente que não haja fatores motivacionais (como sejam a defesa de interesses corporativos ou a promiscuidade entre o poder político e o poder económico) que possam ter estado na base, em maior ou menor grau, dos condicionalismos económicos.

Além disto, o facto de não ter sido cumprida no passado não significa que o não seja no futuro. Por exemplo, provavelmente, se vivêssemos numa sociedade escravagista, na qual, além de ser um dado cultural que os escravos são seres inferiores como também são necessários para o equilíbrio económico dessa sociedade, seria muito difícil acabar com ela. E no entanto, historicamente, muitos países que foram durante muitos anos sociedades escravagistas são hoje sociedades democráticas, fundadas num Estado de Direito. Se no passado seria muito difícil convencer a generalidade das pessoas de que fazer de alguém um escravo é intrinsecamente errado, hoje em dia é, sem dúvida, muito mais fácil.

Em suma, por um lado, o facto de uma teoria ideal não ter sido cumprida no passado, não significa que não o pudesse ser; por outro, não significa que não o venha a ser.

Juha Räikkä é um autor que se debruçou sobre esta questão da exequibilidade da teoria política. O seu argumento central é que quando discutimos o problema da exequibilidade, temos de distinguir entre o que é a exequibilidade de uma teoria política e a exequibilidade da atividade política propriamente dita. Deste modo, quando falamos de uma decisão política exequível, falamos da possibilidade da sua implementação a curto prazo, o que pressupõe que não haja impedimentos económicos, técnicos, administrativos ou institucionais imediatos. Além disto, uma decisão política exequível é uma decisão política que (pelo menos num sistema democrático) não pode ter opiniões morais dos cidadãos aos quais se aplicam maioritariamente contra a sua implementação. Porém, mesmo neste caso, por vezes um político hábil pode conseguir contornar estes problemas de aplicação política. Da teoria política, pelo contrário, não se pode dizer que não seja exequível porque não pode ser aplicada rapidamente²⁰. Do mesmo modo, não perde a sua validade porque a maioria das pessoas está contra os seus pressupostos. A razão para estas diferenças entre a exequibilidade da atividade política e da teoria política prende-se com o facto de a argumentação política se destinar a atores políticos e os argumentos da teoria política se destinarem a guiar as ações políticas (1998: 27-30).

²⁰ O nosso exemplo das sociedades escravagistas é a este propósito paradigmático: uma teoria da justiça não perderia o seu valor por pressupor o cumprimento da abolição da escravatura numa sociedade em que esta estivesse instituída. Apesar de ser politicamente muito difícil acabar com ela rapidamente, ela poderia ser aplicável a longo prazo, o que tornaria a teoria política exequível. O próprio Räikkä dá-nos o exemplo da democracia, que há muitos anos era impraticável em muitos países e hoje está disseminada por muitos países onde no passado não teria qualquer possibilidade de aplicação (1998: 29).

Por outras palavras, a questão da exequibilidade não se esgota no curto prazo. O facto de não ser possível implementar medidas políticas no presente não as torna impossíveis de implementar no futuro. Os exemplos da democracia e da abolição da escravatura são disto paradigmáticos. Como tal, o argumento de Estlund segundo o qual a teoria ideal deve ser uma teoria aspiracional sem esperança ganha relevo. Se o facto de uma prescrição ser possível de implementar, ainda que o não seja, é uma das características que, ao invés de retirar valor a uma teoria, é um dos pilares da sua força, ela valerá pela sua capacidade de guiar ações futuras que possam resultar num aumento da justiça (2014).

Porém, subsiste um problema no que diz respeito à aplicabilidade prática da teoria ideal. É que, ainda que possamos concordar que uma teoria ideal poderia ter sido aplicada, mesmo que o não tenha sido, e, ainda mais, poderá ser no futuro, há que considerar os custos da sua implementação²¹. Ainda que possamos argumentar que os maus resultados que possam existir não sejam imputáveis à teoria ideal, mas a deficiências na sua aplicação, a verdade é que quando os factos mostram que um determinado princípio foi implementado (ainda que incorretamente) e persistentemente resultou em piores condições de justiça, estaremos perante o problema dos custos de implementação da teoria ideal²². Portanto, ainda que o tempo possa fazer com que os princípios defendidos se tornem viáveis, e a teoria ideal contribuir para uma visão de longo prazo do que deve ser feito, exatamente por nos dar essa ambição de longo prazo poderá ter efeitos contrários aos pretendidos. Ademais, se nos estamos a debruçar sobre a questão da aplicabilidade da teoria ideal, não podemos simplesmente ignorar esta questão dos custos de implementação.

Robeyns caracteriza as más idealizações como idealizações que não cumprem propósitos legítimos da teoria (2008: 358). Uma idealização em geral é, para Robeyns, um pressuposto que não corresponde à realidade (*ibid.*: 355). Evidentemente que o facto de não corresponder à realidade, em si mesmo, não é uma crítica. O que, precisamente, torna uma teoria relevante é justamente fazer pressupostos que ainda não correspondem à realidade, mas poderão vir a fazer. É neste sentido que podemos falar da teoria ideal da justiça como um guia para orientar as nossas ações. Stemplowska fala-nos também de pressupostos falsos, neste sentido. Aqui, portanto, o falso não tem a conotação de uma

²¹ O próprio Estlund reconhece que as ações com vista à implementação de uma teoria sem esperança podem ser contraproducentes ou até desastrosos (2014: 120).

²² Tanto Stemplowska como Robeyns aludem a este problema, referindo que a implementação da teoria ideal pode ter consequências imprevisíveis (Robeyns, 2008: 358); da sua implementação não resulta um aumento de justiça (Stemplowska, 2008: 329).

coisa negativa. Pelo contrário, os pressupostos falsos são importantes na medida em que, mesmo num contexto não ideal nos mostram o que deveria poder ser implementado, ainda que no momento presente não seja²³ (2008: 331). Nesse sentido, ao definir má idealização como uma idealização que não cumpre propósitos legítimos, Robeyns não considera que todas as idealizações são más. Mas o que será um propósito legítimo? Robeyns dá-nos como exemplo de uma má idealização uma teoria que pressupõe que os seres humanos são completamente independentes uns dos outros (*ibid.*:358)²⁴. Ora, isso não será legítimo, na medida em que os seres humanos serão por natureza sociais. Não é, contudo, fácil determinar o que é a natureza humana. Até que ponto esta dependência que os humanos têm uns dos outros pode ser diminuída ao ponto de poder tornar uma teoria ideal que o defenda exequível a longo prazo? Por exemplo, imagine-se que a teoria em questão aposta num futuro desenvolvimento tecnológico a longo prazo que torne possível que os cuidados sociais e de saúde sejam totalmente substituídos por máquinas.

Uma vez que consideramos que a exequibilidade da teoria ideal pode ser conseguida a longo prazo, mesmo um exemplo como este será legítimo. Isto teria como consequência que, em última instância, nenhuma idealização é má. Mas talvez este pressuposto seja demasiado ambicioso. É que determinadas exigências da teoria ideal podem ser efetivamente tão ambiciosas que os seus custos de implementação poderão ser bastante elevados.

Apesar de a argumentação de Räikkä ser convincente, há que ter em conta que uma teoria política que se arrogue o direito de intervir na vida pública e de, muito justamente, intervir na mudança política conducente a um mundo mais justo, tem de ter em linha de conta que os seus princípios, por mais importância e solidez argumentativa que tenham, não mudarão, por si só, as circunstâncias atuais. Os custos de implementação dos princípios são um fator importante a ter em conta. Claro que se pode sempre argumentar que a culpa da não implementação não deve ser imputada necessariamente aos princípios, mas a problemas de implementação, que poderão ser resolvidos no futuro. No entanto, há que ter em linha de conta que os princípios de uma teoria ideal podem ser aplicados sem

²³ O exemplo que ilustra isto é o do ensino público e do ensino privado. Se uma teoria ideal considera que o ensino público deve ser universal porque é ele que promove igualdade real de oportunidades, num contexto não ideal poderá não ser legítimo implementar o ensino privado. Porém, fará toda a diferença defender que num contexto ideal o ensino público é o que defende a igualdade real de oportunidades, uma vez que poderá guiar futuras ações políticas que permitam dotar o sistema de ensino público de condições necessárias para garantir a sua universalidade e qualidade (2008:331).

²⁴ Além do mais, esta idealização será má porque terá como efeito uma discriminação (ainda que involuntária) dos grupos mais desfavorecidos e que menos têm acesso às prestações de cuidados sociais, e que, muitos deles, são os mesmos que mais trabalham em áreas sociais, como lares de idosos, e centros de saúde, como sejam, os imigrantes, as mulheres, etc (Robeyns, 2008: 358).

sucesso num determinado momento ou local. E o insucesso pode ter diversos graus: pode implicar que simplesmente da sua aplicação não resultou nenhuma melhoria das condições de justiça, ou pode implicar mesmo uma piora dessas condições.

Para contornar este problema, há que distinguir os princípios defendidos por uma teoria ideal da justiça e as razões da defesa desses princípios. As razões dos princípios estão evidenciadas nos argumentos utilizados, mas a nossa hipótese é que nem sempre essas razões ficam completamente clarificadas. Essa clarificação das razões é especialmente importante em contextos não ideais que põem em causa a aplicação total dos princípios.

Tomemos como exemplo a teoria da justiça de Rawls. Esta teoria da justiça tem a vantagem de levar em consideração possíveis não cumprimentos da teoria, o que, por si só, permite já alguma clarificação de razões para estabelecimento de princípios. Um dos pressupostos desta teoria da justiça é que o princípio da liberdade deve ter prioridade sobre o princípio da diferença. Tal como Farrelly e Sen analisaram, em situações muito adversas pode ser prioritário reduzir a pobreza, em detrimento das liberdades básicas. A razão deste argumento é clara: apesar de a liberdade ser essencial, a pobreza extrema é mais urgente. Rawls parece concordar com esse ponto de vista:

A prioridade da liberdade significa que, sempre que as liberdades básicas possam ser efetivamente estabelecidas, se não pode trocar uma diminuição ou desigualdade da liberdade por uma melhoria no bem-estar económico. Só quando as circunstâncias sociais não permitirem que estes direitos básicos sejam efetivamente estabelecidos pode a limitação dos mesmos ser admitida; mesmo em tal caso, estas restrições só poderão ser aceites apenas na medida em que sejam necessárias para criar uma situação em que tal deixe de se verificar. A negação das liberdades iguais para todos pode ser defendida apenas quando tal é essencial para alterar as condições da civilização, de forma a que, em devido tempo, seja possível desfrutar dessas liberdades (Rawls, 1971: 132).

A prioridade da liberdade sobre o princípio da diferença indica que não se pode sacrificar as liberdades básicas em detrimento de um crescimento económico. Porém, há também um reconhecimento de que em circunstâncias não ideais pode ser necessário dar primazia à igualdade, nomeadamente em situações de carestia ou pobreza extrema. Há igualmente o reconhecimento de que para se atingir uma situação social ideal que permita que as liberdades básicas sejam garantidas, poderá ser necessário, transitoriamente, dar primazia à resolução de problemas económicos, nomeadamente, a pobreza.

O nosso argumento central foi o seguinte: em circunstâncias não ideais é importante clarificar as razões dos princípios defendidos, para decidir qual a opção não ideal que melhor se coaduna com a teoria ideal defendida. Para tal é necessário também hierarquizar os princípios e os valores para melhor permitir a escolha da segunda melhor opção, dados os constrangimentos que impossibilite o total cumprimento da teoria ideal. Assim, neste caso, ainda que Rawls tenha já hierarquizado os princípios (as liberdades básicas têm precedência sobre a igualdade económica), perante uma circunstância social adversa, pode ser importante colocar a igualdade económica no centro da decisão política, em detrimento da liberdade. Tal decisão não significa que a liberdade não continue a ser prioritária. Significa apenas que para ser possível implementar os princípios ideais a longo prazo, é preciso fazer uma escolha a curto prazo. A clarificação das razões dos princípios permite perceber que a liberdade, embora seja prioritária, é menos urgente do que a igualdade. Essa escolha que aparentemente é contrária aos princípios prescritos não o é, efetivamente, porque procede de uma clarificação dos princípios ideais. Assim, perante uma situação de pobreza generalizada da população, que não permita sequer uma redistribuição eficaz da riqueza nem o acesso generalizado a serviços sociais de qualidade, pode ser mais importante implementar políticas que visem acabar com a fome extrema do que, por exemplo, garantir que todos os cidadãos possam votar, se não for possível garantir as duas coisas no curto prazo, como defendeu Farrelly (2007:854). Clarificar os princípios corresponde a responder ao porquê de instituímos aqueles princípios e ao porquê de os hierarquizarmos daquele modo e não de outro, percebendo também que num contexto não ideal pode ser necessário um ajustamento das prioridades.

Assim, neste caso, uma possível explicação para as liberdades básicas serem prioritárias em relação à igualdade económica é que não é moralmente legítimo sacrificar as liberdades em nome de uma igualdade económica, uma vez que a liberdade é essencial para a dignidade humana, e o desígnio da igualdade económica não é pode ser justificado com a necessidade de eliminação das liberdades básicas, com o argumento de que estas podem pôr em causa a continuação dessa igualdade, por exemplo – isto corresponderia, inclusivamente, à defesa de uma sociedade não democrática. Mas porque é importante a dignidade e as liberdades? Uma possível resposta é que sem elas a vida humana é incompleta e pobre, e nem o facto de haver uma redistribuição igual da riqueza compensa essa falta de liberdade. É precisamente em nome da liberdade que Rawls considerará que é legítimo haver disparidade de rendimentos numa sociedade justa, conquanto essa

disparidade maximize o bem-estar dos mais desfavorecidos. Mas, e se a desigualdade for tanta que não haja recursos económicos para impedir a pobreza? Nesse caso, se se tivesse que escolher entre alocar recursos para atacar os focos principais de pobreza ou para garantir o cumprimento de liberdades básicas, poderíamos ser levados a clarificar os nossos princípios, de modo a contemplar este problema. É que, talvez a maximização da igualdade não possa justificar supressões de liberdades básicas, mas se houver situações extremas de desigualdade, ao ponto de haver fome, isso passa a ser prioritário, visto que que o próprio uso da liberdade tem como condição necessária que as necessidades básicas estejam asseguradas.

Foi também esta a linha de argumentação que usámos a propósito do exemplo da abolição da propriedade privada. Pode haver várias razões para a defender (e, mais do que isso, várias prioridades de razões). Essas razões determinarão que escolhas se deve fazer em contextos não ideais. Assim, se a razão prioritária da abolição da propriedade privada for o bem-estar económico das classes trabalhadoras, por se considerar que é condição essencial para a sua liberdade e autodeterminação, confrontados com factos que possam pôr em evidência que onde esse princípio foi aplicado, esse bem-estar não ocorreu, poderemos ser levados a não implementar o princípio, uma vez que a razão prioritária para o fazer não foi recorrentemente satisfeita. Se a razão prioritária, pelo contrário, é que se considera intrinsecamente injusto e ilegítimo que quem mais diretamente contribui para a produção de riqueza menos recebe, então, mesmo em face de dificuldades resultantes da aplicação do princípio, este resistirá mais a uma alteração. Repare-se que duas pessoas distintas podem concordar que as duas razões apontadas são razões legítimas para defender o princípio. Porém, clarificar as razões dos princípios é também clarificar a prioridade dessas razões, o que, muitas vezes, implica clarificar quais os valores mais importantes. No primeiro caso, podemos afirmar que é a liberdade e o bem-estar; no segundo, é mais uma questão de dignidade e justiça. A questão central é que a prioridade dada às razões e aos valores que presidem aos princípios por nós defendidos pode ser determinante para a decisão a tomar em contextos desfavoráveis. Se defendermos que mesmo que onde foi aplicado, o princípio não se traduziu em melhores condições de vida, podemos continuar a defender que ele deve ser aplicado, uma vez que a razão prioritária para a sua aplicação é a injustiça intrínseca de os detentores dos meios de produção ficarem com uma parcela muito maior do lucro, comparativamente aos trabalhadores. Ainda que os factos mostrem que os trabalhadores não viverão melhor,

esta questão de injustiça intrínseca não se porá, neste caso²⁵. Ademais, como nos mostra Rääkkä, o facto de a teoria ideal não poder ser implementada agora não lhe tira exequibilidade, uma vez que a exequibilidade da teoria ideal não tem o mesmo carácter da exequibilidade da atividade política; a teoria ideal é um guia de ação, para ser implementada a longo prazo. Apesar de aceitarmos esta distinção - defendemos que é importante que a teoria ideal tenha esta visão de longo prazo, o que lhe permite ser, de facto, um guia para a ação futura - acrescentamos que, sendo um guia para a ação política futura, não a podemos dissociar completamente dos factos, da realidade histórica, uma vez que ela tem a função de permitir a mudança dessa realidade. Por esse motivo, afirmamos que os factos, não sendo sempre determinantes para a teoria ideal, devem, contudo, ser levados em conta. Assim, concordamos que há más idealizações quando recorrentemente um determinado princípio (ou o conjunto dos princípios de uma teoria ideal) falham sistematicamente e em vários contextos culturais, por exemplo. Ainda que se possa sempre argumentar que no futuro eles poderão ser implementados, a análise dos factos que permitem evidenciar dificuldades padronizadas da sua aplicação permitem-nos perceber que os custos da sua implementação são demasiado elevados para compensar a possibilidade (reduzida, embora não eliminada pela constatação da sua tendência para falhar) de ser corretamente implementada.

Uma das conclusões a extrair da nossa argumentação é que os factos são importantes para a avaliação dos princípios, na medida em que permite perceber padrões de incumprimento e a extensão dos custos da sua implementação. Todavia, uma coisa é sustentar que eles não podem ser aplicados devido a contingências que se prendem com a natureza humana, constrangimentos económicos, ou muitos outros fatores, outra coisa é sustentar que os princípios são errados, em face das evidências desses constrangimentos. Se uma idealização é má, sê-lo-á porque efetivamente não cumpre propósitos legítimos para a teoria. O problema é justamente determinar rigorosamente o que é um propósito ilegítimo. Para lá de pressupostos visivelmente irrealistas, como sejam pretender que os seres humanos não estejam sujeitos à lei da gravidade, no longo prazo muitas coisas que hoje não são possíveis, poderão ser no futuro. O que defendemos é que os constrangimentos que se vão colocando à implementação dos princípios ideais também

²⁵ Tal não significa, evidentemente, que não se considere importante que os trabalhadores aufram de boas condições de vida. A teoria ideal pressuporia que houvesse justiça e que os trabalhadores tivessem boas condições de vida. O problema que estamos a tratar é que, quando há incumprimento da teoria (ainda que parcial) temos de escolher a opção mais aproximada da ideal, o que implica fazer a clarificação de valores.

têm um efeito avaliativo nos mesmos. Se é verdade que os teóricos ideais formulam princípios que permitem avaliar a realidade, também é verdade que essa formulação também pode ser influenciada pelos factos. Por exemplo, o princípio (que poderemos supor independente dos factos) segundo o qual *se algo é importante na vida de alguém, ele deve ser livre de o perseguir, a menos que daí decorra prejuízo para os outros*, pode ser inspirado por conflitos religiosos que o teórico que o formulou presenciou; provavelmente, se vivesse numa sociedade sem conflitos e sem violência poderia simplesmente sustentar que *se algo é importante na vida de alguém, ele deve ser livre de o perseguir*. Do mesmo modo, Rawls reconhece a necessidade de dar estímulos económicos para produzir riqueza, sem a qual não há possibilidade de implementar políticas eficazes de redistribuição de riqueza, e consequentemente, não há possibilidade de assegurar o princípio da diferença (Rawls, 1971). Tal reconhecimento corresponde à constatação de que a natureza humana é tal que necessita de estímulos para ser motivada a produzir.

Assim, o que pretendemos sustentar é que não há princípios puros, no sentido em que se eles permitem avaliar os factos, também são por eles avaliados. Porém, ainda não demos uma resposta cabal à questão de saber se, perante incumprimentos evidenciados pelos factos, devemos apenas escolher a melhor opção – a que melhor se aproxima da teoria ideal – ou se devemos reformular os princípios dessa teoria, à luz desses factos. À partida, há princípios que melhor resistirão a constrangimentos factuais do que outros. Por exemplo, é mais fácil que o princípio segundo o qual *se algo é importante na vida de alguém, ele deve ser livre de o perseguir, a menos que daí decorra prejuízo para os outros* resista a problemas de aplicação do que o princípio segundo o qual *se algo é importante na vida de alguém, ele deve ser livre de o perseguir*, uma vez que o primeiro já antecipa possíveis incumprimentos que decorram do uso da liberdade. Se é verdade que a teoria ideal da justiça não deve ser avaliada exclusivamente pela sua exequibilidade a curto prazo, como argumenta Räikkä, é também verdade que perante dificuldades que possam ser analisadas quando de algum modo uma parte da teoria foi implementada e não foi bem-sucedida, deve-se proceder, em primeiro lugar a uma clarificação das razões dos princípios para determinar o que deve ser feito, de modo a aproximar-nos do ideal defendido. Porém, dessa análise poderá igualmente resultar (embora não necessariamente) uma reformulação de algum (ou de alguns) dos princípios ideais defendidos. Por exemplo, a propósito do exemplo da abolição da propriedade privada,

dissemos que clarificar as razões desses princípios corresponderia a hierarquizar essas razões para perceber que ação política tomar se, perante custos de implementação desse princípio, os seus objetivos prioritários não fossem cumpridos. Deste modo, se a razão prioritária fosse o bem-estar económico dos trabalhadores, perante o incumprimento da teoria, não se aplicaria o princípio da abolição da propriedade privada. Contudo, se esta é a razão que se considera prioritária, poderá não ser a razão única. Já vimos que quem assim pensa pode também partilhar a razão de que é intrinsecamente injusto que quem mais produza menos receba, apenas não considera essa razão prioritária. Mas, dado o reconhecimento dessa razão, e uma vez que o valor da teoria ideal não se esgota na sua exequibilidade a curto prazo, pode-se defender que a melhor decisão política é aquela que preserve agora o bem-estar económico dos trabalhadores, esperando que no futuro seja possível implementar o princípio da abolição da propriedade privada. Ainda que demore muito tempo a ser implementado (ou até que nunca seja), a razão que norteia a sua defesa permite orientar as ações políticas possíveis de implementar em cada momento. Assim, ainda que não seja possível implementar esse princípio, pode-se defender a propriedade privada com restrições, ou com regulação, pode-se defender que os trabalhadores têm de ver consagrados uma série de direitos específicos, em virtude de já estarem numa natural posição de desvantagem, decorrente de haver um desequilíbrio entre o que produzem e o que recebem, entre muitas outras medidas.

Mas os factos podem também levar a uma reapreciação das razões para a defesa dos nossos princípios. Se a exequibilidade da teoria política deve ser colocada no longo prazo, não deve ser colocada de tal modo que não tenha em conta as restrições que podem ser analisadas, por exemplo, pelas ciências sociais. A recorrência dos não cumprimentos devem ser levados em conta, assim como as realizações históricas contrárias à teoria ideal defendida. Deste modo, se as políticas levadas a cabo permitiram alcançar objetivos que eram os defendidos pela teoria ideal na sua globalidade, ou uma parte dos princípios por ela defendidos, e não tiveram os custos de implementação que a tentativa da sua aplicação teve, é admissível que se prescinda dessa teoria (ou de parte dela). Em suma, a teoria ideal não pode ser simplesmente anulada pelas evidências factuais, mas também não deve deixar de analisar os princípios defendidos, tendo em conta essas evidências. Neste caso, se as evidências históricas permitirem constatar que as principais razões dos princípios prescritos pela teoria ideal foram alcançados, não há razão para não alterar esses princípios.

Em suma, apesar de os princípios poderem ser defensáveis, ainda que os factos contrariem o cumprimento total dos princípios defendidos, os princípios não são completamente independentes dos factos. Os factos podem revelar que as razões principais para a defesa de determinados princípios podem ser defendidas por outros princípios, que, ademais, não tenham os custos de implementação destes princípios.

6.2. A teoria ideal da justiça e a justiça comparativa de Sen

Que implicações deverá ter a nossa argumentação para os argumentos de Sen, que são claramente contrários à aplicação de uma teorização de tipo ideal para resolver problemas de justiça?

O argumento central de Sen, como vimos, dizia respeito à inoperância de uma teoria de tipo transcendental para resolver problemas da justiça num mundo não ideal. Ou seja, ele argumenta que uma teoria da justiça transcendental não é nem necessária nem suficiente para comparar estados do mundo não ideais. Isto acontece porque não é possível comparar esses estados não ideais com a teoria ideal, porque ainda que haja uma aproximação descritiva entre um estado não ideal e o ideal, não significa que essa aproximação corresponda à segunda melhor opção²⁶. A este propósito, analisámos ainda o problema do segundo melhor, formulado por Goodin. O problema consiste no facto de nem sempre a segunda melhor opção corresponder àquela que descritivamente mais se assemelha à que queríamos²⁷.

A resposta a este problema poderá passar precisamente, como vimos, pela avaliação dos ideais. Como propõe Swift, a solução é ir à base dos ideais que presidem à nossa teoria (2008: 377). Isto implicará, de acordo com a nossa argumentação, uma hierarquização das razões prioritárias para o estabelecimento dos princípios que compõem a nossa teoria ideal. Acrescentamos que por mais completa que seja a nossa teoria, por mais que contemple possíveis não cumprimentos futuros, os desafios da sua implementação serão sempre imprevisíveis, dado que a própria dinâmica do

²⁶ A questão da aproximação descritiva e a aproximação valorativa já foi por nós analisada, e é central na argumentação de Sen, para justificar que o institucionalismo transcendental não é eficaz para comparar diversos estados não ideais, e consequentemente, não é eficaz para resolver problemas da justiça no mundo (2009: 55).

²⁷ Analisámos, a este propósito, o exemplo do Rolls Royce, formulado por Goodin, bem como questões mais complexas que podem ser objeto de estudo de uma teoria da justiça, como a questão de escolher entre os valores da liberdade e da igualdade, na impossibilidade de escolher os dois. (1995: 53-55).

desenvolvimento histórico é imprevisível. Assim, a realidade social põe a claro factos que evidenciam constrangimentos aos preceitos defendidos por uma teoria ideal. Se assim é, sustentámos também que os princípios ideais não são puros, por duas razões: porque eles próprios, por mais independentes dos factos que sejam, são já o resultado, muitas vezes, das experiências e da análise da realidade histórica vivida pelo teorizador²⁸; e porque, por mais que a exequibilidade de uma teoria ideal não dependa de circunstâncias atuais, sendo antes um guia de ação a longo prazo, os factos sociais permitem perceber tendências de incumprimento de uma parte ou da totalidade da teoria que, só por isso, merece uma atenção detalhada dos defensores da teoria.

Nesse sentido, são os factos sociais que permitem uma reanálise dos princípios ideais, o que pressupõe uma clarificação das suas razões prioritárias. É desta clarificação que nascerá a possibilidade de se tomar uma decisão, atendendo aos constrangimentos, que se aproxime o mais possível da teoria ideal. A análise das razões prioritárias permite também saber em que medida é legítimo fazer concessões aos constrangimentos factuais. A propósito do exemplo da abolição da propriedade privada vimos que dependendo de quais são as suas razões prioritárias, pode-se concordar que não seja abolida porque os resultados da sua abolição são contrários às razões que consideramos prioritárias para a sua instituição, ou pode-se discordar, porque apesar de todas as consequências nefastas da sua aplicação, esta permite respeitar as razões prioritárias para a sua aplicação.

Desde logo, esta posição difere da posição de Sen sobre o papel do institucionalismo transcendental para uma teoria da justiça, porque aceita e subscreve a relevância do papel de uma teorização ideal da justiça. É evidente que é possível resolver alguns problemas da justiça sem recorrer a uma teorização de tipo ideal. O método comparativo proposto por Sen é, pois, adequado para resolver muitas questões. Através da discussão pública pode-se proceder a escolhas racionais baseadas numa comparação de realizações sociais diversas, com vista à diminuição da injustiça no mundo. Porém, como notou Valentini, o institucionalismo transcendental não é tudo o que interessa para uma teoria da justiça, mas também interessa. Certamente que não é preciso uma teoria ideal para saber que a fome é injusta, mas reduzir o problema da fome não esgota o problema da justiça. Há muitas questões que não são tão fáceis de resolver como esta, e, tendo em conta a

²⁸ Além do mais, como Raz explica, mesmo que possamos admitir que haja princípios que não são dependentes de factos, na prática as nossas razões para apoiar um determinado princípio são influenciadas por factos. E mesmo que se possa argumentar que o que importa é que há princípios independentes dos factos, ainda que sejamos todos, em menor ou maior grau, influenciados por factos, a verdade é que todas as nossas razões são influenciadas pelas nossas crenças (Raz, 2010).

complexidade do problema da justiça, a teoria ideal pode ser um guia importante para uma visão alargada do que é (ou do que deve ser) a justiça (Valentini, 2011: 7-8). É também neste sentido que Stemplowska alerta para o problema de estarmos a rejeitar problemas complexos quando rejeitamos todo e qualquer procedimento ideal. Os falsos pressupostos permitem responder a questões extensas e complexas, desde logo: “O que é a justiça” (2008, 326-327). Uma argumentação de tipo transcendental permite, portanto, pensar numa mudança geral, sem dúvida idealizada, mas que permite uma ambição que por vezes é necessária para evitar aquilo a que Estlund chamaria de realismo complacente (2014: 115). Sem algum irrealismo não há mudança, e sem mudança podemos correr o risco de apenas receitarmos cuidados paliativos para os problemas da justiça, não mudando paradigmas importantes para efetivamente incrementar a justiça no mundo. Contudo, esse irrealismo não deve ser confundido com ingenuidade. Como nota Estlund, citando O’Neill, as idealizações não correspondem sempre a imaginar ideais; pode ser um exercício racional para maximizar a utilidade social (*ibid.*: 128). Também Stemplowska fala da utilidade dos falsos pressupostos: ainda que não sejam possíveis de implementar dão-nos uma direção (2008: 329).

Claro que Sen não negará a complexidade dos problemas da justiça. Simplesmente, o método proposto – o da justiça comparativa – permitirá, na sua conceção, ir de encontro aos desafios da justiça, evitando todos os males de um teoria transcendental, conforme analisámos no capítulo cinco. A teoria da escolha social permite resolver problemas complexos, através da discussão pública informada, baseada não em pressupostos ideais, mas em comparações de realizações sociais efetivas (Sen, 2009). Mesmo aceitando que este método permite resolver questões complexas, a verdade é que o centramento exclusivo nas realizações sociais, ainda que possa evitar perigos identificados por Sen, como sejam o paroquialismo e a crença excessiva na razão, também dificilmente permitirá uma visão ambiciosa de mudança a longo prazo, tarefa que, como defende Räikkä, é parte integrante de uma teoria política.

Porém, não há dúvida de que se a teoria ideal é mais ambiciosa do que a teoria não ideal, no sentido em que pensa em termos de longo prazo, e em termos não meramente comparativos, mas do que deve ser, acarreta também perigos, que decorrem dessa visão. Uma das críticas implícitas de Sen prende-se com esta questão. Popper argumenta profusamente sobre ela. A sua distinção entre engenharia utópica e engenharia parcelar evidencia o perigo das mudanças drásticas. A engenharia utópica pressupõe que toda a

ação racional tem um objetivo, e que deve, pois, perseguir esse objetivo. A engenharia parcelar, pelo contrário, prescinde da esperança de que a humanidade concretize um dia um Estado ideal. O “engenheiro parcelar” procurará, portanto, lutar contra os maiores e mais urgentes males da sociedade, ao invés de procurar o maior bem último (Popper, 1966: 197-198). A ideia geral desta argumentação é plausível e até intuitiva. Os seres humanos são falíveis. Como tal, sempre que perseguem um ideal de justiça perfeita, estarão condenados a não só não alcançar essa perfeição, como até, em nome dela, cometer injustiças sob o pretexto de melhor alcançar o ideal. De facto, implementar a teoria ideal é um objetivo ambicioso, e, acompanhado de dogmatismo pode ter efeitos nefastos.

Porém, esses efeitos não ocorrem necessariamente. Apenas ocorrem se não houver um escrutínio crítico dos princípios ideais, quando estes enfrentam problemas de incumprimento. Como vimos, perante problemas de incumprimento da teoria ideal, não é forçosamente imperioso prescindirmos da teoria, mas, continuar a apoiar a teoria não é o mesmo que querer implementá-la a todo o custo, mesmo em circunstâncias desfavoráveis. Assim, a primeira coisa a fazer é pesar os custos de implementação da teoria em circunstâncias não ideais. De seguida, é também importante clarificar as razões prioritárias dos princípios defendidos, o que permitirá perceber, em primeiro lugar, se devemos implementar os princípios nas circunstâncias não ideais, e, caso da análise se conclua que não o devemos fazer, permite-nos também perceber qual a solução não ideal mais próxima da nossa teoria que pode ser implementada. Daí a importância da análise de Robeyns sobre a questão das más idealizações. Efetivamente, sendo que o valor da teoria ideal é o de servir de guia para ações de longo prazo, nem todas as idealizações são legítimas. Uma forma de determinar a ilegitimidade da mesma é justamente os custos de implementação. Se for possível determinar que uma teoria foi aplicada (ainda que parcelarmente e com distorções) por diversas vezes e os seus resultados foram contrários às suas razões prioritárias, então há fundamento racional para analisar criticamente esses princípios. Em última instância, até o princípio pode ser alterado, ainda que esse seja o último recurso.

Para finalizar, importa referir que a defesa de uma teoria ideal da justiça não é de todo incompatível com a justiça comparativa, apenas lhe acrescenta uma visão de longo prazo, não exclusivamente centrada nas realizações sociais. Afastada a impossibilidade de estabelecer comparações entre estados do mundo não ideais e os estados ideais, então

podemos afirmar que a teoria ideal é efetivamente um guia importante para orientar a ação política. Porém, como vimos, não há princípios puros, e a indeterminação dos factos futuros pode e deve ser analisada pelos teóricos ideais. Isto permitirá discutir as razões prioritárias dos princípios. Essa discussão também pode ser levada a cabo no domínio público. Por norma, os teóricos ideais trabalham solitariamente, independentemente das discussões públicas, mas o valor do seu trabalho também pode ser o de permitir uma análise da sua pertinência à luz dos constrangimentos que vão surgindo.

As realizações sociais são, sem dúvida, da maior importância para as decisões políticas. Hoje, mais do que nunca, temos à disposição um conjunto infundável de informações relevantes para estabelecer comparações entre os procedimentos políticos de um determinado contexto social com outros contextos. Isto permite tirar conclusões relevantes sobre que realizações sociais foram mais proveitosas e permitiram mais avanços sociais. Esta metodologia remete para o conceito de *engenharia parcelar*, proposta por Popper. Esta metodologia é bastante importante, e sem dúvida, racional. Mas só uma teorização ideal permite uma visão alargada da justiça, de longo prazo. Mas para essa visão de longo prazo não ser fechada e dogmática, tem de ter em conta que não há princípios puros e que estes são revisíveis, de acordo com a análise dos factos que ponham em evidência problemas de cumprimento da teoria. Os factos podem e devem ser analisados, de modo a clarificar razões prioritárias para a defesa dos princípios ideais. Mas essas razões não dependem exclusivamente desses factos, razão pela qual não é necessariamente verdade que os factos que evidenciem que os princípios defendidos tiveram efeitos adversos impeçam a sua aplicação futuro. Mas, efetivamente, os custos de implementação dos princípios são muito importantes e devem marcar a diferença entre a aplicação dos princípios e a análise de alternativas que respeitem as razões prioritárias.

6.3. A teoria ideal da justiça e os direitos

Que consequências terão os nossos argumentos para uma teoria dos direitos? Só haverá direitos numa conjuntura económica e política favoráveis? Ou, pelo contrário, há direitos que, pela sua importância serão independentes dessas conjunturas?

Em primeiro lugar, é necessário notar que esta questão é relevante para as nossas sociedades democráticas, fundadas no Estado de Direito, uma vez que os Direitos

inscritos numa constituição são mais duradouros do que os ciclos políticos. A prova disto é que o facto de as alterações às Constituições requererem, por norma, maiorias mais extensas do que as maiorias simples (por exemplo, dois terços), indica que se considera um conjunto de Direitos inscritos numa Constituição de tal modo relevantes que não se pode mudá-los ao sabor das dificuldades cíclicas. Este ponto merece destaque no nosso trabalho, uma vez que permite mostrar que as nossas democracias liberais, por mais pragmáticas que sejam, estão fundadas numa tradição republicana que considera existirem um conjunto de Direitos tendencialmente intocáveis²⁹.

Porém, hoje mais do que nunca, as democracias ocidentais vêm-se a braços com os limites de atuação do Estado social, que permitiu a consagração histórica de direitos dos trabalhadores, dando-lhes reformas, proteção no desemprego e acesso generalizado a serviços sociais, como saúde e educação. Perante as dificuldades crescentes de implementação do Estado social, o que fazer? Eddy fez uma distinção entre direitos ideais e direitos reais, realçando que um direito só é efetivamente real quando há uma possibilidade real de implementação desse direito (2008, 465). Contudo, mesmo que aceitemos esta distinção, ela revela-se problemática. É a própria Eddy quem reconhece que a não implementação de direitos pode resultar de incompetência governativa e não da pura escassez de recursos (*ibid.*: 466).

A questão central é que não é fácil estabelecer a fronteira que separa nitidamente a escassez da incompetência governativa; a escassez atual pode resultar da incompetência governativa passada, por exemplo. No entanto, a nossa análise já se debruçou sobre a questão de determinar o que é uma má idealização, e quando é que se deve procurar a segunda melhor escolha, ao invés de aplicar a todo o custo a teoria ideal, ou até mesmo, quando devemos prescindir de alguns dos princípios defendidos. Quando estamos a falar de direitos, temos de distinguir entre diferentes direitos com diferentes graus de importância. Gilabert, por exemplo, faz este exercício quando fala de diferentes concepções de direitos globais. Assim, quando se fala em Justiça Global Básica, está-se a falar de direitos básicos universais, entre os quais, o direito a ter acesso a bens de consumo essenciais para viver, como por exemplo, alimentos. Este tipo de direitos são diferentes da concepção do Igualitarismo Geral Global, que é a concepção segundo a qual todos têm

²⁹ A este propósito fizemos já alusão a autores republicanos, nomeadamente Paine, que considerava que um Governo é legítimo apenas na condição de fazer cumprir escrupulosamente uma Constituição, que é o documento que expressa os direitos legítimos de um povo (1792).

direito às mesmas oportunidades. Ora, a Justiça Global Básica é prioritária em relação ao Igualitarismo Geral Global, porque resolver a questão da fome é mais urgente do que resolver a questão da igualdade de oportunidades (Gilbert, 2008).

A forma como procurámos resolver esta tensão entre aplicar a teoria ideal, apesar do seu possível não cumprimento, e não aplicá-la foi, como vimos, através da clarificação das razões prioritárias dos princípios defendidos pela teoria ideal. Se as principais razões dos nossos princípios forem defendidas, mesmo não aplicando totalmente a teoria ideal, então é admissível que se não a aplique; caso contrário, não será admissível.

Transpondo este argumento para a questão dos direitos, poderemos prescindir de defender um direito por razões que se prendem com a impossibilidade da sua aplicação, se a decisão política tomada permitir defender as principais razões e valores por nós considerados essenciais. Consideramos o argumento de Gilbert a favor de uma Justiça Global Básica forte, uma vez que quanto mais básicos forem os direitos menos possível é prescindir deles, porque tendencialmente menos as razões prioritárias da sua defesa, exatamente por serem básicos, serão negociáveis.

Este argumento leva-nos a fazer uma outra consideração. Se o nosso argumento consistia em apontar que os princípios são revisíveis à luz de constrangimentos factuais, uma vez que a persistência de incumprimento dos princípios pode levar a que a aplicação dos princípios seja contraproducente, podendo até degenerar no contrário dos efeitos pretendidos, também dissemos que abdicar da aplicação desses princípios é legítimo sempre que a análise das razões prioritárias dos princípios que compõem a teoria ideal permitam ser defendidas num contexto não ideal. Ora, quanto mais básicos forem os princípios, mais dificilmente a sua não execução será legítima. Por exemplo, se o direito à vida é um direito básico, toda e qualquer conjuntura que a possa pôr em causa só poderá ter alguma sustentação, em termos ideais, se a sua não implementação puder salvar mais vidas. Ou seja, a razão prioritária da defesa deste direito, por ser um direito básico, é óbvia: é que o direito à vida é inegociável em si mesmo, dada a sua centralidade. Claro que mesmo esta questão dos direitos básicos pode ser contestada; pode, por exemplo considerar-se que a liberdade ou o direito de propriedade é um direito tão básico como a vida. A legitimidade moral para fazer a guerra, por exemplo, poderá servir para questionar este argumento. Pode-se discutir que há razões morais para fazer uma guerra – e, portanto, para sacrificar vidas humanas – em nome de valores como a liberdade ou simplesmente,

o direito de um Estado a manter um território que outros querem usurpar. Precisamente, aqui estamos já a discutir razões prioritárias, por modo a decidir o que deve ser feito num contexto não ideal.

A análise dos direitos básicos fundamentais é de extrema importância para o debate em torno da teoria ideal e teoria não ideal, na medida em que hoje discute-se crescentemente a reformulação de direitos consagrados nas democracias liberais, nomeadamente na Europa. À medida que o desemprego estrutural avança, bem como um desequilíbrio demográfico e uma crescente substituição do trabalho humano pelas máquinas (o que também se relaciona com a questão do desemprego) discute-se um redimensionamento do Estado social, que diz-se não poder garantir o mesmo nível de redistribuição de riqueza e de serviços sociais que existiam no passado. Mais uma vez, está aqui patente a questão do não cumprimento, devido a fatores de não exequibilidade. Por outro lado, temos a teoria ideal que afirma a justiça intrínseca de direitos que tendem a ser reduzidos em face da necessidade de redimensionamento do Estado social. Até que ponto pode, pois, a conjuntura política denegar a teoria ideal dos direitos?

A nossa posição sobre este problema é que se clarificarmos as razões prioritárias para a defesa dos direitos que pretendemos implementar, estaremos a decidir se (e em que medida) os constrangimentos à sua aplicação são legítimos ou não. Claro que em situações de fortes dificuldades, é possível não se implementar direitos, mas quanto mais básicos eles forem menor será a probabilidade de poderem ser postos de parte à luz de dificuldades que emirjam.

Mas quando falamos em valores estamos a falar de algo mais estrutural do que quando falamos em princípios. Um princípio é, de acordo com Cohen uma diretiva geral que diz aos agentes o que devem (ou não devem) fazer (2003, 211). Um valor corresponde a uma forma de qualificar a realidade. Por exemplo, o valor da igualdade, em termos de teoria política, significa que se valoriza a não discriminação dos cidadãos. Esta igualdade pode assumir, bem entendido, diferentes configurações. Por exemplo, podemos argumentar que todos devem ser iguais perante a lei, ou podemos argumentar que não deve haver discrepâncias nos salários dos cidadãos – trata-se de duas conceções muito distintas de igualdade. Outra coisa ainda são os argumentos utilizados para justificar os nossos valores e princípios. Os princípios são, portanto, as diretivas gerais para a ação que permitem o cumprimento dos valores que consideramos importantes. Os argumentos servem para

legitimar esses princípios e valores. Assim, os valores são mais estruturais do que os princípios. Diferentes princípios poderão promover os mesmos valores. Se achamos que é essencial a igualdade, não apenas formal, mas real, poderemos defender o princípio da abolição da propriedade privada, mas também podemos sustentar que a melhor ação política a defender para promover esse valor é, pelo contrário, estimular a propriedade privada e o investimento, que gerarão emprego e consequentemente prosperidade, que também chegará às classes trabalhadoras. Quando argumentamos que, quando confrontados com não cumprimentos sistemáticos, os princípios devem ser escrutinados para decidirmos se os devemos manter ou se devemos fazer algum tipo de cedências, estamos a defender que os argumentos servem para perceber até que ponto os valores que achamos fundamentais podem ser defendidos através de outros princípios diferentes dos que defendíamos, ou, mesmo a mantê-los, que extensão devemos dar às cedências por modo a defender esses valores num contexto desfavorável.

Se aceitarmos esta linha de argumentação, poderemos defender que os princípios são mais revisíveis do que os valores, na medida em que estes são mais estruturantes. Podemos concordar com a abolição de princípios quando os seus custos de implementação forem demasiado elevados, desde que a alternativa permita manter as razões prioritárias defendidas por esses princípios. Essas razões prioritárias são também os valores que consideremos fundamentais. Daí que aquilo a que se designa de direitos básicos seja dificilmente negociável, uma vez que um direito básico será muitas vezes objeto central da argumentação que legitima uma razão prioritária. Mesmo que os mais realistas possam contrapor que por vezes mesmo as nossas razões prioritárias poderão ser inexequível subsiste uma objeção muito importante, que Räikkä esclarece – é que a teoria política não se confunde com a ação política. Como tal, se consideramos que, apesar da necessidade de levar em linha de conta os constrangimentos factuais, a teoria ideal não tem necessidade de o fazer de tal modo que prescinda de ser um guia de orientação para a ação de longo prazo. Se o fizesse, confundir-se-ia com a própria ação política.

6.4. Teoria ideal e realismo político

Se autores como Räikkä argumentam que a teoria ideal é importante exatamente porque é distinta da atividade política propriamente dita, na medida em que lhe confere

um enquadramento valorativo de longo prazo, outros autores vêm nesta distinção uma razão para pôr em causa a legitimidade da teoria ideal.

Galston é um desses autores. Socorrendo-se do argumento de Waldron sobre a diferença entre a justiça e a política, argumenta que o realismo político não se coaduna muitas vezes com as prescrições da teoria ideal. A diferença essencial entre os moralistas políticos e os realistas políticos tem que ver, sobretudo, com o facto de que os moralistas põem as questões morais à frente das questões políticas (Galston, 2010: 387). Assim, está implícito nesta definição que o realista político será quem, mesmo reconhecendo a importância da moral, considera que a política é autónoma e prioritária em relação à moral. Esta ideia é muito intuitiva e atual. A atividade política é por excelência uma atividade que implica cedências e análise das hipóteses mais plausíveis, muitas vezes muito afastadas do que possamos considerar ideal. Mark Philp destaca precisamente que a ação política não é puramente moral e que um bom político é aquele que trabalha eficientemente num contexto particular. Um exemplo deste carácter particular da atividade política é a diferença entre ser um Senador nos Estados Unidos da América e lidar com conflitos no Iraque (Philp, 2010: 397). Portanto, ser político é ser adaptativo e saber tomar as melhores decisões, tendo em conta as características do país que governa, assim como as conjunturas que enfrenta. Pode-se responder a isto que efetivamente o político deve adaptar-se e tomar as decisões tendo em conta as características particulares do país que governa, bem como das circunstâncias e condicionantes específicas que encontra, mas que isso não é incompatível com um sistema de valores, uma ideologia e uma visão estratégica de longo prazo, que lhe permitirá escolher o politicamente possível numa dada altura, tendo em conta (ainda que não exclusivamente) esse sistema de valores. O argumento de Philp é que nenhuma dedução pode ser feita da filosofia política sobre como fazer um compromisso particular ou sobre como tomar uma decisão (*ibid.*: 407). Logo, a teoria ideal é pouco ou nada prestável para a ação política concreta³⁰.

É também na sequência desta distinção entre conduta política e teoria ideal que David Wiens propõe uma forma de a teoria política contribuir para a implementação de políticas reais sem ter em linha de conta a teoria ideal. Ele começa por referir que uma teoria política tenta desenhar soluções institucionais a que devemos aspirar numa dada

³⁰ Note-se a semelhança desta argumentação com o argumento de Sen contra a necessidade e suficiência do institucionalismo transcendental para a comparação entre estados sociais reais. Se assim for, a teoria política dispensa qualquer tipo de prescrição de carácter ideal, na medida em que este não permite tomar decisões políticas exequíveis.

conjuntura política. As instituições materializam-se em arranjos de regras que estabelecem papéis e estabilizam normas comportamentais para uma determinada sociedade. Esse desenho institucional deve responder a problemas de engenharia e de arquitetura (2012: 47). No fundo, o problema de criar soluções políticas institucionais assemelha-se à construção de um edifício, que deve respeitar regras de engenharia e de arquitetura. Os problemas de engenharia corresponderão aos constrangimentos (políticos, económicos ou sociais) que as soluções delineadas possam enfrentar; os problemas de arquitetura corresponderão aos valores e ideias subjacentes a essas soluções.

Se Wiens reconhece que há uma componente normativa no desenho institucional, porque não reconhece igualmente que a teoria ideal poderá ter utilidade nesse domínio? Exatamente porque a teoria ideal não permite responder eficazmente a problemas de engenharia. Se tomarmos como exemplo o problema da legitimidade política que Buchanan analisa, compreenderemos melhor a questão. As condições mínimas de uma democracia constitucional passam pelo cumprimento dos direitos humanos básicos e pelo cumprimento da lei internacional. O problema é que há muitos Estados que mantêm todas as prerrogativas de um Estado soberano, embora não cumpram os Direitos Humanos. Por esse motivo, Buchanan considera que a legitimidade de um Estado passa pelo cumprimento de quatro fatores: condições de justiça interna, que se traduzem por não violar direitos básicos dentro de portas; condições de justiça externa, que pressupõe não violar direitos humanos de cidadãos de fora desse Estado; condições de não usurpação, o que significa que nenhum Estado pode prosperar com base na usurpação de bens e recursos de um país externo; e condições de justiça mínima, que exige que o Estado tenha as regras mínimas exigíveis para o funcionamento democrático (*ibid.*: 49-51).

A crítica de Wiens a estes critérios mínimos de legitimidade política é que se centram exclusivamente na justiça, ignorando que a conduta política exige compromissos e adaptações, até para melhor poder implementar e fazer cumprir os direitos humanos no mundo³¹(*ibid.*: 52).

A questão da melhoria das condições sociais é, evidentemente, central na ação política, mas deve ser realista, o que implica, na perspetiva de Wiens, uma substituição das prescrições ideais por uma análise de falhas institucionais através de hipóteses de

³¹ Uma vez mais a crítica tem como fundamento implícito que a teoria ideal ignora não cumprimentos e não é capaz de responder eficazmente a problemas de exequibilidade da teoria.

formulação e de avaliação. Em vez de princípios ideais, deve-se fazer diagnósticos de falhas institucionais com o fito de as resolver. Ao proceder-se desta forma estar-se-á também a focar a teorização política em problemas sociais concretos.

Assim, a mudança política parte da insatisfação com uma dada situação política e um desejo de a mudar. De seguida haverá um diagnóstico do problema, que consistirá em determinar o mais exaustivamente possível o que o causou. E por fim, delinear-se-á a alternativa (*ibid.*: 53). Note-se que a solução procede de um diagnóstico correto do problema. A teoria ideal, pelo contrário, falha porque prescreve soluções sem se ater a condições sociais existentes e sem fazer diagnósticos detalhados das mesmas. Pelo contrário, a solução proposta por Wiens centra-se na análise de falhas existentes e na comparação com estados alternativos exequíveis. Por exemplo, para determinar o que pode permitir uma melhoria das condições de prestação de saúde numa democracia liberal podemos comparar diversos modelos de saúde existentes no mundo. Se da análise das falhas do nosso sistema de saúde resultar que um determinado modelo pode suprir essas lacunas, dever-se-á estudar essa hipótese de implementação. Neste caso, determinar de uma forma racional o que falha e o que pode melhorar implica comparar indicadores objetivos como sejam a esperança média de vida, taxas de mortalidade infantil, entre outros (*ibid.*: 57). O modo de diagnóstico preconizado por Wiens é tanto empírico como normativo. Porém, a normatividade defendida por Wiens é, no seu entender, realista, no sentido em que tenta perceber os mecanismos causais dos desvios das normas e valores pretendidos. O desenho institucional não dispensa os dados empíricos. Neste sentido, Wiens critica igualmente a teoria ideal no sentido em que critica os filósofos por não analisarem profundamente correlações causais que possam estar na base de falhas. Sem essa análise dos mecanismos causais das falhas as prescrições poderão ser erradas porque não respondem ao problema (*ibid.*: 64).

Em suma, Wiens tenta mostrar que a mudança política realista dispensa teorizações de carácter ideal, na medida em que a conduta política é distinta da teorização puramente moral. Uma teoria clínica, como ele lhe chama, deve diagnosticar corretamente a doença para aplicar corretamente o remédio. Partir do pressuposto do total cumprimento de uma teoria que faz depender os seus pressupostos de premissas morais, independentes dos factos poderá ser contraproducente e, acima de tudo, irrealista.

Há algumas semelhanças entre esta argumentação e a defesa de um modelo de justiça comparativa por parte de Amartya Sen. A racionalidade política de Wiens pressupõe desde logo uma comparação entre diversas realizações sociais, como lhe chamaria Sen. A dispensa de um modelo transcendental de solução política para os problemas é também uma marca da argumentação de Wiens.

Um argumento de Wiens que nos parece especialmente forte consiste na defesa da importância de uma análise detalhada dos mecanismos causais das falhas. Com efeito, os dados empíricos são importantes. Essa constatação é uma das conclusões que, aliás, tirámos do nosso trabalho. Daqui também se poderá concluir que a teoria ideal, em si mesma, poderá não resultar, exatamente porque, pela sua própria natureza, que lhe exige pensar em termos do que é melhor para alcançar a justiça perfeita, não está tão focada na análise dos problemas empíricos como da análise dos princípios e valores. Esta aparente menor incidência do foco da teoria ideal nos aspetos empíricos pode ainda ser alvo de outra crítica, a que, por exemplo, Popper fez. Como vimos, Popper acusa os teorizadores que pretendem prescrever soluções perfeitas para os problemas políticos de facilmente caírem no dogmatismo. Ademais, a procura da verdade procede-se gradualmente, através de melhorias contínuas, e não partindo de concepções de justiça perfeita. Isto acontece porque o ser humano é imperfeito e só se pode melhorar através do erro. De resto, a perspectiva da análise das falhas parece coadunar-se bastante com esta argumentação de Popper.

A nossa argumentação permite, todavia, responder a estes argumentos. Não há dúvida de que é importante analisar as falhas nas teorias e sistemas políticos, e não há dúvida também de que se pode aprender e melhorar graças à análise dessas falhas. Aceitar isto é, pois, aceitar a importância da teoria não ideal. Coisa muito diferente é dizer que uma teoria da justiça tem de ser apenas isso. Mas se a teoria ideal prescreve como o mundo deve ser em circunstâncias ideais, como poderá escapar do problema do não cumprimento e dos constrangimentos factuais? Tentámos, ao longo deste trabalho, responder a esta questão. Primeiro que tudo há que notar que afirmar que uma teoria ideal da justiça deve prescrever o que deve ser a justiça perfeita, ou seja, como uma sociedade deve ser idealmente para ser justa é coisa distinta de afirmar que ela está completamente certa e não precisa de qualquer ajuste. É verdade que alguns dos maiores filósofos políticos escreveram teorias que prescreviam sistemas políticos que hoje nós podemos ver como ditatoriais, exatamente porque legitimados numa teorização ideal que prescrevia como o

mundo deve ser, independentemente de qualquer consideração factual. Um exemplo é justamente um dos maiores alvos da argumentação de Popper, Platão, que defende em “A República” que a democracia não permite aplicar a justiça na cidade, o filósofo-rei deve governar porque é o sábio, e só o detentor de sabedoria saberá aplicar a justiça (Platão, 1949). Mas vimos também que este realismo conceptual não se aplica a todas as teorias ideais da justiça, desde logo à teoria da justiça de Rawls.

Por outras palavras, nada obriga uma teoria ideal a ser utópica e dogmática por focar-se nas condições normativas a que deve obedecer uma sociedade para ser justa. Mas para tal não acontecer deve efetivamente ter em linha de conta os constrangimentos factuais. Já vimos, todavia, que essa preocupação não deve ser central para a teoria ideal, exatamente porque, como argumenta Räikkä, a teoria política é distinta da conduta política. Se a teoria ideal se centra mais nos constrangimentos factuais do que na elaboração de princípios da justiça deixará de ser uma teoria ideal.

Resta responder à questão da inutilidade da teoria ideal. Se é possível haver melhorias sem prescrições ideais, porquê elaborar princípios ideais? Já respondemos extensivamente a esta questão. Autores como Stemplowska e Swift debruçaram-se sobre esta questão. Na verdade, uma teoria ideal permite centrar a análise nos valores que achamos fundamentais numa sociedade. Embora os factos ajudem certamente a esclarecer quais são os valores mais importantes, a verdade é que dificilmente podem esgotar esse esclarecimento, na medida em que os valores por definição são valorativos e não meramente descritivos. Embora a ação política atual possa não pôr em prática todos os princípios e valores que consideremos fundamentais, fará certamente diferença termos esses princípios e valores como orientação a longo prazo ou não termos nenhuns. Neste caso estaremos a ser meramente burocráticas, ou técnicos. Ora, a política, embora contemple certamente aspetos técnicos, não se resume a eles, implica escolhas valorativas e ideológicas. Como vimos, a defesa dos princípios não significa ignorarmos não cumprimentos. Se os teóricos ideais têm pretensões a ser tidos em conta por quem pensa soluções políticas para problemas políticos concretos deverão certamente analisar princípios que recorrentemente falharam, e devem estar prontos para escolher hipóteses exequíveis que não ponham em causa as razões prioritárias dos seus princípios. Os princípios não são, pois, intocáveis, mas também não devem ser descartados porque num determinado contexto não foram cumpridos. Deve-se analisar as causas desse não cumprimento – nesse aspeto Wiens tem razão – mas os princípios ideais podem resistir a

esse não cumprimento. A determinação da causa do incumprimento também é importante para perceber a probabilidade de que o princípio não funcione recorrentemente.

Se é uma tarefa de longo prazo, a teoria ideal é também um guia para o futuro, que, todavia, não é necessariamente utópico, na medida em que a análise das razões prioritárias dos princípios ideais permite escolher as soluções exequíveis mais aproximadas dos princípios defendidos.

Galston explica-nos que a diferença entre moralistas políticos e realistas políticos é que os primeiros consideram que os seres humanos são maleáveis e que podem mudar, de acordo com mudanças de educação, ou outros fatores (2010, 408). Esta mudança permite que um não cumprimento atual seja ultrapassado. O realismo, ainda que conceba uma mudança, centra-se mais na legitimidade científica, o que o torna mais propenso a mudanças graduais. Não há dúvida de que os aspetos empíricos são relevantes, mas uma das nossas conclusões foi que não há razão para que a teoria ideal e a teoria não ideal não cooperem para o mesmo fim, que é o de ajudarem a encontrar soluções para problemas da justiça.

Em suma, consideramos que a teoria ideal tem uma aplicabilidade prática, na medida em que fornece uma orientação de longo prazo para a conduta política. Porém, os princípios ideais não são completamente independentes dos factos no sentido em que os constrangimentos a que possam estar sujeitos não possam levar a uma reanálise crítica dos mesmos. Quando assim se procede, não é necessariamente forçoso que o teorizador ideal deva abdicar dos princípios, mas deve levá-lo a analisar as razões prioritárias dos mesmos para permitir uma escolha aproximada exequível. Esta análise permite também uma cooperação com as ciências sociais para uma análise crítica das condições políticas vigentes. O diálogo com as ciências é importante pois são elas que de uma forma sistemática e organizada poderão mostrar problemas de exequibilidade e constrangimentos empíricos. Mas, por sua vez, a teoria ideal permite um delineamento de objetivos normativos de longo prazo, que permitem uma visão ambiciosa do papel da teoria política.

CONCLUSÃO

A questão essencial que pretendemos abordar nesta dissertação prende-se com a aplicabilidade prática da teoria ideal. Ou seja, pretendemos analisar os problemas da aplicabilidade que a teoria ideal enfrenta, com o intuito de perceber em que medida e extensão esta pode aplicar-se aos problemas políticos concretos. Deste modo estaremos também a responder ao problema da relevância prática da filosofia política.

Para responder a esta questão começámos por analisar, em primeiro lugar, os conceitos centrais de teoria ideal e teoria não ideal, desde a definição dada por John Rawls até à atualidade. De seguida analisámos as principais críticas feitas à teoria ideal. Essas críticas têm em comum o facto de porem em causa, precisamente, a viabilidade prática da teoria ideal. Evidentemente, nem todos os autores põem em causa essa viabilidade no mesmo grau. Pode-se defender a completa inutilidade prática da teoria ideal ou apenas a sua limitação para esse fim. Por exemplo, Robeyns conclui que a teoria ideal é insuficiente para guiar as ações políticas concretas no mundo real, mas daí não podemos inferir que esta não tem nenhuma importância. O que Robeyns faz é chamar atenção para as limitações da teoria ideal e alertar os seus teorizadores para a necessidade de reconhecer essas limitações, uma vez que nada se segue das suas teorias (Robeyns, 2008: 359). Por outro lado, autores como Farrelly parecem ser mais taxativos na abordagem da não exequibilidade da teoria ideal.

Da análise dos argumentos que põem em causa a viabilidade da teoria ideal começámos por extrair uma primeira conclusão: a de que o problema do não cumprimento da teoria ideal é o problema central da questão da aplicabilidade. Isto acontece porque, não obstante a importância de todos os outros problemas estudados, estes estão, em última instância, associados ao problema do não cumprimento. Assim, se defendermos que a teoria não ideal é mais sensível aos factos do que a teoria ideal, e que isso implica que esta seja mais realista, e que a teoria ideal seja utópica, isso acontece em virtude de a teoria ideal não ser exequível na prática, ou seja, acontece porque os seus princípios não são cumpridos, ainda que sejam muito justos.

A partir do capítulo quatro começámos a delinear a nossa posição sobre este problema. A partir da análise da relação entre princípios e factos, concluímos que efetivamente, por mais que possamos conceber princípios que sejam independentes dos factos, estes são importantes na medida em que permitem perceber padrões de incumprimento dos

princípios que desejamos aplicar. É certo que se um princípio não é aplicado não significa que não seja correto, apenas que não foi cumprido, tal como argumenta Estlund. Porém, quando um determinado princípio normativo falha recorrentemente, quer seja porque não foi de todo seguido, quer seja porque do seu cumprimento não se seguiu nenhuma melhoria da justiça, ou até porque dele se seguiu um aumento real da injustiça, então a atitude racional será certamente a de reavaliar esse princípio.

Foi neste âmbito que introduzimos a ideia segundo a qual em caso de flagrantes constrangimentos factuais dos princípios ideais estes devem ser analisados com o intuito de esclarecermos as razões prioritárias desses princípios. A partir do exemplo do princípio da abolição da propriedade privada defendemos que pode haver vários valores e razões para o defender. Perante problemas de exequibilidade da teoria ideal, a decisão de nos mantermos fieis ao princípio ou não, ou ainda, a decisão de concedermos que pode haver uma solução política moralmente aceitável ainda que não seja possível no curto prazo abolir a propriedade privada depende da análise das razões prioritárias. Ou seja, devemos determinar que valores e razões pesam mais na nossa defesa desses princípios. Assim, ainda que possamos concordar com a ideia segundo a qual é intrinsecamente injusto que os trabalhadores recebam uma parte muito reduzida do lucro produzido, ao analisarmos as razões prioritárias da nossa defesa desse princípio poderemos concluir que o bem-estar geral dos trabalhadores é mais prioritário do que a injustiça intrínseca. Se assim for, será legítimo, pelo menos, prescindirmos da aplicação desse princípio no curto prazo, dados os constrangimentos factuais identificados. Porém, se, pelo contrário, ainda assim considerarmos que a razão prioritária prende-se com a injustiça intrínseca, então poderemos sustentar que não é legítimo prescindirmos da aplicação do princípio, apesar dos constrangimentos factuais. Note-se que neste último caso, há uma conceção deontológica da justiça, na medida em que se considera o princípio de tal modo correto, que as possíveis consequências negativas da sua aplicação tornam-se secundárias.

Durante o capítulo cinco, consagrado a Amartya Sen, aprofundámos estes argumentos, o que permitiu também responder às suas posições que contrariam a pertinência de uma teoria ideal para o delineamento de soluções práticas para problemas políticos. Concluímos que é possível conciliar um modelo de justiça comparativa com um modelo transcendental. A argumentação de Sen conclui algo de diferente, essencialmente porque considera que os pressupostos do modelo transcendental não são eficazes para comparar estados do mundo não ideais. Ora, o esclarecimento das razões prioritárias dos nossos

princípios constitui-se como a solução para este problema, na medida em que nos permite elencar as razões e valores que mais importam para defender esse princípio. Ao fazermos essa hierarquização de valores e princípios estaremos em condições de escolhermos uma solução que não seja aquela que defendíamos, mas que se aproxime o mais possível dela, tendo em conta as nossas razões prioritárias para defendermos os princípios que compunham essa teoria. Aceitar isto é, evidentemente contrariar a perspectiva de Sen segundo a qual a teoria ideal é pouco prestável no que diz respeito à comparação entre diversos estados não ideais. No fundo, o seu argumento apoia-se no problema do segundo melhor, formulado por Goodin, o qual sustenta que nem sempre a solução que aparentemente é a mais aproximada da nossa solução ideal é a melhor. Deste modo, a ilustração do Rolls Royce é bastante elucidativa deste argumento. Se considerarmos este automóvel o nosso automóvel preferido, essencialmente por ter três características essenciais que valorizamos, e se esse automóvel não está disponível, então a nossa segunda escolha passaria por escolher um outro automóvel que tivesse duas dessas três características. O argumento de Goodin é que não é necessariamente verdade que a segunda escolha fosse essa, pelo facto de possuir duas das três características valorizadas. Porém, se se procedesse à determinação das razões prioritárias da escolha do Rolls Royce, é nossa convicção de que esse problema seria ultrapassado, visto que mais do que descrever o que valorizamos no automóvel estaremos a elencar essas razões e a determinar efetivamente o que consideramos mais importante num automóvel. Ora, procedendo dessa maneira estaremos em condições de escolher um outro automóvel que esteja de acordo com as nossas razões prioritárias para a escolha de um automóvel. Do mesmo modo, se elencarmos as razões prioritárias dos nossos princípios, estaremos em condições para escolher soluções práticas possíveis de executar no curto prazo. Além disto, estaremos também em condições de evitar aquilo a que chamamos os custos de implementação da teoria ideal. Ou seja, se formos capazes de elencar razões prioritárias e escolhermos uma opção viável no curto prazo evitaremos ser criticados por defendermos uma posição que acarreta consequências negativas.

Daqui se conclui também que é possível conciliar um modelo de justiça comparativa com um modelo de justiça transcendental. Na prática, esta possibilidade permite que se possa delinear princípios normativos ideais, mas que estes sejam escrutinados pela análise factual levada a cabo pelas ciências sociais. Mas também é válido o contrário, as realizações políticas e as propostas práticas levadas a cabo pelas ciências sociais podem

também ser avaliadas pelas teorias ideais. Neste ponto, revela-se de extrema utilidade a argumentação de Swift segundo a qual a filosofia é útil para avaliar as opções disponíveis, e as ciências sociais são úteis para nos mostrar o que é possível de ser posto em prática (2008).

Que consequências terá esta abordagem para a teoria política atual? Há diversos desafios atuais colocados a todos os que se debruçam sobre os problemas políticos atuais. A crise das dívidas soberanas e, em particular, a crise da zona euro põem em evidência questões que remetem para a distinção que foi tratada no nosso trabalho. As democracias europeias vêm-se hoje confrontadas com os limites da sua soberania, e os Estados vêm-se gradualmente forçados a cumprir a todo o custo regras que remetem para o controlo do défice, ainda que isso limite ou mesmo impossibilite implementar políticas que visem o crescimento da economia. As consequências dos efeitos negativos das políticas de austeridade poderão passar pelo próprio desgaste do sistema democrático, na medida em que pode fomentar o descrédito pelas soluções democráticas para problemas que poderão ser percecionados como fora da esfera democrática. Neste sentido, quer a teoria ideal quer a teoria não ideal poderão revelar-se necessárias para darem o seu contributo para a solução dos problemas políticos identificados. O pensamento dominante atual salienta a importância de fatores como o controlo do défice, e do redimensionamento do Estado Social, o que pode implicar a implementação de políticas que terão como consequência – pelo menos a curto prazo – de um retrocesso dos serviços públicos e do emprego. Evidentemente, nenhum político dirá que essa receita é o objetivo último, mas apenas um meio para se atingir a prosperidade no futuro. Esse é, pois, o discurso do realismo, que enfatiza a importância do reconhecimento dos constrangimentos, e que aborda a questão da necessidade da adequação de um Estado Social a um tempo novo, diferente do tempo do seu apogeu.

É neste sentido que uma teorização ideal que pretenda aplicar princípios normativos que contrariem esta necessidade de redimensionamento do Estado Social, ou que ponha em causa a necessidade de aplicação de austeridade pode ser considerada utópica, na medida em que, tal como vimos, estará fortemente sujeita a incumprimentos que advêm da conjuntura atual. Porém, há que fazer algumas observações quanto a este ponto.

Em primeiro lugar, concluímos que a teoria ideal é relevante para uma teoria da justiça forte, mas que esta, se quer ter pretensões de aplicabilidade, pode e deve ser reavaliada à

luz dos constrangimentos factuais que possam existir. Dessa reavaliação surgirá a possibilidade de elencar as razões prioritárias que presidem à defesa dos princípios normativos que compõem a teoria. Por seu turno, tal hierarquização permite também perceber em que medida poderemos prescindir desses princípios ou não, e se sim, que soluções viáveis permitem respeitar as razões prioritárias desses princípios.

Transpondo estas conclusões para a conjuntura política identificada, devemos, em primeiro lugar, perceber as questões factuais que legitimam as políticas de austeridade e a sua eficácia. Neste ponto, é necessário o contributo das ciências sociais, como sejam a economia e a sociologia, para se perceber claramente a pertinência de tais políticas, bem como a possibilidade de mudanças políticas. Sendo a realidade social e política dinâmicas, não é de todo crível a posição segundo a qual não há alternativa possível. Tal asserção afigura-se-nos como a própria negação da atividade política, como atividade que tem por finalidade a organização da vida social de acordo com uma determinada orientação prática. No que diz respeito à teoria ideal, é especialmente visível a sua importância no que diz respeito ao confronto entre as aplicações políticas que põem em prática a austeridade e os direitos constitucionais, que podem ser postos em causa por essas políticas. Este confronto foi particularmente visível em Portugal, aquando da atuação do Tribunal Constitucional que chumbou medidas do governo que visavam o corte de subsídios para a função pública. Este episódio põe em relevo a necessidade de atuação política com base nos constrangimentos factuais, em contraposição a direitos considerados essenciais, e, como tal, inscritos na Constituição. Ora, o argumento da necessidade de revisão Constitucional defendida por alguns políticos e comentadores corresponde precisamente à identificação da impossibilidade de cumprimento de determinados princípios normativos. A não exequibilidade desses princípios, dissemos-lo, deve levar-nos a reavaliar esses princípios. Porém, a não exequibilidade deve ser também ela demonstrada e não apenas declarada. Quando expusemos a argumentação de Eddy contra os direitos ideais, notámos que ela, ainda assim, reconhece que um direito não é apenas real quando existe, mas quando não existe por pura incompetência governativa (2008: 466). Ora, é muito difícil separar os factos políticos dos seus autores, os políticos. A globalização, é certo, torna os fenómenos políticos mais complexos, na medida em que cria uma interdependência entre Estados muito maior do que no passado. Porém, não haverá sempre uma componente de escolha política na base de uma qualquer conjuntura política? Se a resposta a esta questão for positiva, então concluiremos que um direito

inexistente poderia existir caso as escolhas políticas tivessem sido diferentes. Isto não significa, claro está, que não se deva reconhecer constrangimentos. Se assim fosse estaríamos a contradizer-nos. O que salientamos é que também não é possível defender o contrário, a saber, que não é possível mudar uma dada conjuntura política. No que diz respeito aos direitos, em primeiro lugar, as ciências sociais devem ter um papel relevante na identificação correta dos constrangimentos reais. Com base nessa análise poderemos reanalisar os princípios que são postos em causa por esses constrangimentos. Se efetivamente é necessário mudar o Estado Social, então, seguindo os nossos pressupostos, deveremos esclarecer as razões prioritárias da nossa defesa desse Estado. Com base nesse esclarecimento, poderemos escolher uma alternativa viável que respeite essas razões prioritárias.

Daqui concluímos que efetivamente a filosofia política pode dar um contributo decisivo para o delineamento de soluções políticas para os problemas políticos dos nossos tempos. É certo que, de acordo com os nossos argumentos, a aplicabilidade dos seus princípios normativos depende de estar devidamente informada dos verdadeiros constrangimentos factuais a que, num dado momento, os seus pressupostos possam estar sujeitos. Neste ponto aceitamos plenamente o ponto de vista de Swift sobre o papel avaliativo da filosofia e do papel empírico das ciências sociais. A filosofia pode ser de extrema utilidade para mostrar racionalmente qual a melhor ação política, e as ciências podem ser de extrema utilidade para mostrar o que num dado momento é viável. Esse pendor empírico é também importante para mostrar os padrões de inexequibilidade dos pressupostos ideais e de mostrar os seus custos de implementação. Dessa análise rigorosa o teorizador ideal poderá avaliar as razões prioritárias, o que é também uma tarefa eminentemente filosófica, na medida em que procede da capacidade argumentativa relativamente a razões para a ação política.

Neste âmbito, é também uma consequência do nosso trabalho a necessidade de diálogo entre a filosofia e as ciências sociais. Ao mesmo tempo, para sermos capazes de mudar o rumo político, é também necessário que estas disciplinas do saber ocupem um espaço mediático para que sejam capazes de mostrar novos caminhos que desmintam a suposta inevitabilidade de um caminho político, como é exemplo o caminho das políticas de austeridade.

Acabámos o nosso capítulo seis, que precede esta conclusão, com um conjunto de observações sobre o problema do realismo político. De facto, uma das críticas mais recorrentes a que está sujeita a teoria ideal é a de que é irrealista, porque não tem em conta os incumprimentos dos seus pressupostos. Ora, como vimos, os incumprimentos podem ser mais ou menos inevitáveis. Podem ser difíceis de contornar ou podem corresponder apenas a um rumo traçado por uma elite. Podem ser fruto da incompetência governativa, ou podem resultar de uma conjuntura mais complexa e difícil de ultrapassar. Determinar as causas do incumprimento é, pois, determinante também para percebermos em que medida esse incumprimento poderia ser evitado, e em que medida é voluntário ou corresponde efetivamente a dificuldades políticas e económicas. Todos estes aspetos revelam-se de extrema importância, porque só com base nestas clarificações se pode legitimamente dizer que uma teoria ideal está sujeita a padrões de incumprimento. É certo que não aceitamos inteiramente os pressupostos da argumentação de Estlund, segundo os quais uma teoria ideal poderia ser seguida, embora não o tenha sido, e, conseqüentemente, não perde valor por não ser seguida. Embora esta frase seja verdadeira, a aplicabilidade de uma teoria é claramente posta em causa quando se resguarda na sua pureza intrínseca, independentemente dos seus resultados práticos. Assumimos neste trabalho que os factos são importantes e merecem uma apreciação dos princípios ideais, quando põem em causa a sua aplicabilidade. Porém, por um lado, a determinação exata dessa não exequibilidade não deve ser ela própria resultado de uma visão parcial e ideológica, deve antes ser fundada numa análise rigorosa e científica; por outro lado, essa determinação racional dos constrangimentos não acarreta necessariamente uma perda de valor dos princípios ideais. É por esse motivo que os valores e os princípios, embora sujeitos à crítica dos factos, são relevantes e permitem redimensionar o discurso político, e permitem perceber que, não obstante as especificidades dos problemas políticos atuais, é também com base neles que poderemos construir uma mudança no mundo, que deve ser, no fim de contas, o propósito último da ação política, e que corresponde a uma visão não determinista dos factos políticos. Esta possibilidade de mudança é, pois, condição e não negação de um realismo político, que, caso contrário, como diria Estlund, dificilmente deixará de ser complacente.

Bibliografia

- Anderson, E. S. (1999). What Is the Point of Equality?. *Ethics*, 109(2), 287-337.
- Buchanan, Allen. (2004). *Justice, Legitimacy, and Self-Determination*. New York: Oxford University Press.
- Cohen, G. A. (2003). Facts and principles. *Philosophy & public affairs*, 31(3), 211-245.
- Eddy, K. (2008). Against Ideal Rights. *Social Theory and Practice*, 463-481.
- Ege, R; Igersheim, H; Le Chapelain, C. (2012). Transcendental vs. Comparative Approaches to Justice: A Reappraisal of Sen's Dichotomy. *Documents de travail du BETA (Bureau d'économie théorique et appliquée), n° 15*, Consultado em (...)
- Estlund, D. (2014). Utopophobia. *Philosophy and Public Affairs* 42 (2):113-134
- Estlund, D. (2011). Human nature and the limits (if any) of political philosophy. *Philosophy & Public Affairs*, 39(3), 207-237.
- Farrelly, C. (2007). Justice in ideal theory: a refutation. *Political Studies*, 55(4), 844-864.
- Galston, W. A. (2010). Realism in political theory. *European journal of political theory*, 9(4), 385-411.
- Geuss, R. (2008). *Philosophy and real politics*. Princeton University Press.
- Gilabert, P. (2008). Global justice and poverty relief in nonideal circumstances. *Social Theory and Practice*, 411-438.
- Goodin, R. E. (1995). Political ideals and political practice. *British Journal of Political Science*, 25(01), 37-56.
- Hamlin, A., & Stemplowska, Z. (2012). Theory, ideal theory and the theory of ideals. *Political Studies Review*, 10(1), 48-62.
- Jensen, M. (2009). The Limits of Practical Possibility. *Journal of political philosophy*, 17(2), 168-184.
- Marx, K. (1963). *Manuscritos económico-filosóficos*. Lisboa: Edições 70. 1975
- Mills, C. W. (2005). "Ideal theory" as ideology. *Hypatia*, 20(3), 165-183.

- Paine, Thomas (1792). *Direitos do Homem*. Lisboa: Europa América. 1998
- Pettit, P. (1997). *Republicanism, a Theory of Freedom and Government*. Oxford: Oxford University Press.
- Philp, M. (2008). Political theory and the evaluation of political conduct. *Social Theory and Practice*, 389-410.
- Phillips, A. (2008). Egalitarians and the market: dangerous ideals. *Social theory and practice*, 439-462.
- Platão. (1996). *A República*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- Popper, K. (1962). *A sociedade aberta e os seus inimigos, Primeiro Volume: O sortilégio de Platão*. Lisboa: Edições 70, 2012
- Räikkä, J. (1998). The feasibility condition in political theory. *Journal of Political Philosophy*, 6(1), 27-40.
- Rawls, John (1971). *Uma teoria da justiça*, Lisboa: Presença, 1993
- Raz, Joseph, Rescuing Jerry from (Basic) Principles (July 9, 2010). Available at SSRN
- Robeyns, I. (2008). Ideal theory in theory and practice. *Social Theory and Practice*, 341-362.
- Rosas, João C. (2011). *Concepções da justiça*, Lisboa, Edições 70
- Schmidtz, D. (2011). Nonideal Theory: What It Is and What It Needs to Be. *Ethics*, 121(4), 772-796.
- Sen, A. (2009). *A ideia de justiça*. Coimbra: Almedina, 2010
- Sen, A. (2006). What do we want from a theory of justice?. *The Journal of philosophy*, 215-238.
- Simmons, A. (2010). Ideal and nonideal theory. *Philosophy & Public Affairs*, 38(1), 5-36.
- Stemplowska, Z., & Swift, A. (2012). Ideal and non-ideal theory. *The Oxford Handbook of Political Philosophy*, 373-392.

Stemplowska, Z. (2008). What's ideal about ideal theory?. *Social Theory and Practice*, 319-340.

Swift, A. (2008). The value of philosophy in nonideal circumstances. *Social Theory and Practice*, 363-387.

Valentini, L. (2012). Ideal vs. Non-ideal Theory: A Conceptual Map. *Philosophy Compass*, 7(9), 654-664.

Valentini, L. (2011). A paradigm shift in theorizing about justice? A critique of Sen. *Economics and Philosophy*, 27(03), 297-315.

Wiens, D. (2012). Prescribing Institutions Without Ideal Theory. *Journal of Political Philosophy*, 20(1), 45-70.